

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Bruna Cristina Pereira Ferreira

**RADICALIZAÇÃO DA DIREITA NO BRASIL NOS ANOS DE 2010: UMA ANÁLISE
DA BANCADA MINEIRA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Juiz de fora

2021

Bruna Cristina Pereira Ferreira

**RADICALIZAÇÃO DA DIREITA NO BRASIL NOS ANOS DE 2010: UMA ANÁLISE
DA BANCADA MINEIRA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais; Área de concentração Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Professora Doutora Marta Mendes da Rocha

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ferreira, Bruna Cristina Pereira.

Radicalização da direita no Brasil nos anos de 2010: uma análise da bancada mineira na Câmara dos Deputados / Bruna Cristina Pereira Ferreira. -- 2021.

148 p.

Orientadora: Marta Mendes da Rocha

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Radicalização da direita. 2. Bancada mineira. 3. Câmara dos Deputados. 4. Conservadorismo moral. 5. Neoliberalismo. I. Rocha, Marta Mendes da, orient. II. Título.

Bruna Cristina Pereira Ferreira

**RADICALIZAÇÃO DA DIREITA NO BRASIL NOS ANOS DE 2010: UMA ANÁLISE
DA BANCADA MINEIRA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais; Área de concentração Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 27/04/2021

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Marta Mendes da Rocha - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Jorge Gomes de Souza Chaloub
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Thiago Rodrigues Silame
Universidade Federal de Alfenas

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, assim como todas as conquistas da minha trajetória acadêmica, é resultado de muita compreensão, incentivo, apoio e dedicação sem os quais nada seria possível. Às pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram enorme importância para a realização deste projeto, o meu muito obrigada.

À minha orientadora Marta Mendes da Rocha por todas as oportunidades que me deu ao longo de tantos anos de aulas, vivências, orientações e projetos de pesquisa, pela generosidade, aprendizado e paciência durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Raul Francisco Magalhães e Jorge Gomes de Souza Chaloub pelas valiosas contribuições que ofereceram a este trabalho.

Aos meus amigos, especialmente, Júlia e Gabrielle, que estiveram ao meu lado durante todo o processo, me oferecendo suporte, descontração e um incentivo de valor inestimável.

À minha família, especialmente meus pais, Paulo e Júlia, que mesmo sem se darem conta disso, me inspiram, apoiam, valorizam e superestimam, me fazendo acreditar mesmo e, talvez, principalmente, quando nem eu mesma acredito que algo é possível, obrigada pelos exemplos de força, humildade e amor. Aos meus sogros, Vicente e Glória, que são bem mais do que sogros, pelos exemplos, ajudas, conversas e incentivos.

Ao meu companheiro e melhor amigo, João Victor, que esteve presente em todos os momentos me ajudando a superar os desânimos e descrenças, pela sensibilidade “vicentina”, doçura e apoio incondicional que tornam todos os meus dias mais leves.

Por último, aos meus filhos, Renato e Beatriz, que apesar de tantas ausências e saudades, me dão forças, gostam de me ver estudar, me acalantam e acabam me ensinando mais do que eu a eles.

“As ideias só valem (para o mineiro) como encarnadas em pessoas de carne e osso. As instituições outro tanto. As leis, por sua vez, não são textos frios e distantes; São ordens que vem de pessoas e se dirigem a pessoas. Daí as suas acomodações, a sua relatividade. O mineiro é homem da ordem, mais que homem de lei. A ordem, para ele, é uma manifestação da própria vida, em seu equilíbrio profundo, em sua compensação de partes, em sua oscilação entre extremos. E nada de mais antiextremista do que o mineiro. A lei, porém, tem qualquer coisa de rígido, de geométrico, de duro e impessoal, que repugna ao caráter mineiro. (...) O essencial é o sistema natural das coisas, a que temos de obedecer, sob pena de vermos as coisas se voltarem contra nós. [O mineiro] não violará a lei, se ela corresponder às exigências profundas do bom senso e da ordem natural. Mas se for apenas fruto do arbítrio, da força ou de experiências teóricas, a violação se fará, embora sem violência, sem barulho, sem proclamações enfáticas” (Elites mineiras e a conciliação: A mineiridade como ideologia, Otávio Soares Dulci, 1984, p. 47-48)

RESUMO

Os anos de 2010 trouxeram profundas transformações no cenário político mundial. Na Europa os agravamentos dos efeitos da crise econômica global de 2008 e da crise humanitária dos refugiados coincidiram com o fortalecimento de discursos extremados em torno de ideais xenófobos e nacionalistas. Em meio a esta atmosfera, se observou um êxito desses ideais na esfera política, que ultrapassou o continente europeu e se disseminou por diversos países ganhando expressão nas disputas eleitorais através de uma radicalização do campo ideológico da direita e através da imposição de condutas morais, baseadas na ideologia conservadora que se reproduziram, inclusive, no Brasil. A presente dissertação visa contribuir para a compreensão acerca de como essa radicalização se estabeleceu no Brasil. Para tanto, será enfatizada uma das esferas onde o extremismo se manifestou, a Câmara dos Deputados, mais especificamente, a partir da análise da produção legislativa, do perfil e do comportamento em votações nominais dos parlamentares da bancada mineira entre 2011 e 2018. Ao explorar essas três dimensões esperamos compreender de quais formas essa elite parlamentar atuou para o fortalecimento do radicalismo de direita tanto na esfera política quanto na esfera social e como os deputados e deputadas do estado de Minas Gerais contribuíram para a evolução deste processo.

Palavras-Chave: Radicalismo; Direita; Ideologia; Conservadorismo; Minas Gerais; Câmara dos Deputados.

ABSTRACT

The 2010s have brought profound transformations in the global political landscape. In Europe the serious effects of the 2008 global economic crisis and the humanitarian crisis of refugees coincided with the strengthening of extreme discourses around xenophobic and nationalistic ideals. Amidst this atmosphere, it was observed that these ideals were successful in the political sphere, which went beyond the European continent and spread to several countries, gaining expression in the electoral disputes for the radicalization of the ideological field of the right and for the imposition of moral conducts, guided by the conservative ideology that was reproduced, including, in Brazil. This dissertation aims to contribute to the understanding of how this radicalization was established in Brazil. To this end, we will emphasize one of the spheres where extremism has manifested itself, the House of Representatives, more specifically, from the analysis of legislative production, profile, and behavior in roll-call votes of the parliamentarians of the Minas Gerais caucus between 2011 and 2018. Exploring these three dimensions we hope to understand in which ways this parliamentary elite acted to strengthen right-wing radicalism both in the political and social spheres and how the deputies of the state of Minas Gerais contributed to the evolution of this process.

Keywords: Radicalism; Right; Ideology; Conservatism; Minas Gerais; Chamber of Deputies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - PLs apresentados por deputados de outros estados aos quais os PLs dos deputados mineiros foram apensados	91
Quadro 2 - Panorama geral dos PLs apresentados pelos deputados da bancada mineira e seus respectivos autores (2011-2018)	94
Figura 1 - Classificação ABCP 2010	100
Figura 2 - Classificação de Scheeffler 2016	101
Figura 3 - Classificação Bolognesi, Codato e Ribeiro 2020	102
Quadro 3 - Classificação ideológica dos partidos	103
Quadro 4 - Votações analisadas	104
Figura 4 - Média percentual dos deputados federais eleitos em 2010 e em 2014 pelo PRB, PRP e PSL	134
Figura 5 - Votos favoráveis a pautas da direita radical	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Deputados(as) na CD e na Bancada Mineira por sexo (2010-2018)	48
Gráfico 2 - Bancada Mineira na Câmara dos Deputados por raça/cor (2010-2018)	51
Gráfico 3 - Deputados(as) na CD e na Bancada Mineira por estado civil (2010-2018)	53
Gráfico 4 - Deputados(as) na CD e na Bancada Mineira por faixa etária (2010-2018)	54
Gráfico 5 - Deputados(as) da Bancada Mineira por escolaridade (2010-2018)	57
Gráfico 6 - Bens declarados pelos deputados(as) da Bancada Mineira (2010-2018)	64
Gráfico 7 - Participação dos deputados da bancada mineira em grupos e associações (2010-2018)	66
Gráfico 8 - Deputados da bancada mineira por número de mandatos (2010-2018)	67
Gráfico 9 - Deputados da bancada mineira por número de migrações de partido (2010-2018).....	68
Gráfico 10 - Deputados Federais da bancada mineira por mesorregião (2010 e 2014)	72
Gráfico 11 - Situação dos PLs apresentados entre 2011 e 2014 pelos deputados da bancada mineira na Câmara dos Deputados	87
Gráfico 12 - Tramitação dos PLS elaboradas entre 2015 e 2018	88
Gráfico 13 - Número de propostas por partido	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Deputados(as) da bancada mineira por profissão (2010-2018)	59
Tabela 2 - Deputados eleitos por Minas Gerais por partido (2010 e 2014)	71
Tabela 3 - Projetos de lei identificados como alinhados à agenda da direita radical apresentados por deputados federais eleitos por MG (2011-2018)	85
Tabela 4 - Votação do Requerimento de Urgência para criação da Comissão Nacional da Verdade (2011)	108
Tabela 5 - Votação da redação final do projeto que criava cotas raciais em concursos públicos	110
Tabela 6 - Aumento do tempo de prorrogação das horas de trabalho para motoristas profissionais	114
Tabela 7 - Votação em separado do inciso VI do § 4º do art. 18 da subemenda substitutiva global de Plenário ao PL nº 7.699/2006 para suprimir do texto original os termos “orientação sexual” e “gênero”	116
Tabela 8 - Aumento da quantidade de parcelas do seguro desemprego para trabalhadores domésticos	119
Tabela 9 - Terceirização do trabalho	122
Tabela 10 - Concessão de exploração da área do Pré-Sal	124
Tabela 11 - Ampliação dos regimes de trabalho terceirizado e temporário	127
Tabela 12 - Reforma trabalhista do Governo Michel Temer	129
Tabela 13 - Privatização de distribuidoras de energia da Eletrobrás	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
ACCE	Aguardando Criação de Comissão Especial
ACCT	Aguardando Constituição de Comissão Temporária
ADRC	Aguardando Designação de Relator em Comissão
AGU	Advocacia-Geral da União
AFD	Alternativa para a Alemanha
ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
APRC	Aguardando Parecer do Relator em Comissão
BH	Belo Horizonte
BM	Bancada mineira
Brexit	Britain Exit
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CD	Câmara dos Deputados
CEUNIR	Conselho Universitário de Minas Gerais
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNTTT	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação Histórica
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FMI	Fundo Monetário Internacional
FN	Frente Nacional
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano por Município
IMIL	Instituto Millenium
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MBL	Movimento Brasil Livre
MP	Medida Provisória
MP	Ministério Público
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operaria
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PJ	<i>Partido Justicialista</i>
PL	Projeto de Lei
PLN	Projeto de Lei do Congresso Nacional
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLV	Projeto de Lei de Conversão
PNE	Plano Nacional de Educação
PPL	Partido Pátria Livre
PPP	Pronta para Pasta em Plenário
PRO	<i>Propuesta Republicana</i>
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RCC	Renovação Carismática Católica
REQ	Requerimento
SD	Partido dos Democratas Suecos
SEEDESP	Sindicato dos Empregados em Empresas Distribuidoras de Gêneros Alimentícios. Remédios, Jornais e Revistas
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UGT	União Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPÍTULO 1 – DIREITA E ESQUERDA: CONCEITOS, RADICALIZAÇÃO E ELEMENTOS SOCIAIS PARA UMA ANÁLISE DA POLÍTICA BRASILEIRA	21
2.1	Ideologia, conservadorismo e neoliberalismo	22
2.2	A radicalização da direita	28
2.3	Novas tendências eleitorais	31
2.4	Foi mesmo pelos vinte centavos?	34
2.5	Os meios de comunicação e a construção de discursos ideológicos	40
3	CAPÍTULO 2 – O PERFIL DOS DEPUTADOS	45
4	CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI	75
4.1	Relações Executivo-Legislativo no Brasil e produção legislativa na Câmara dos Deputados	75
4.2	Análise dos Projetos de Lei	81
5	CAPÍTULO 4 – COMPORTAMENTO LEGISLATIVO	96
5.1	Classificação dos partidos	98
5.2	Análise das votações	104
5.2.1	PL 7.376/2010 – Comissão Nacional da verdade	106
5.2.2	PL 6738/2013 – Cotas para negros em concursos públicos	109
5.2.3	PL 4246/2012 – Aumento no tempo de direção dos motoristas profissionais	111
5.2.4	PL 7.699/2006 – Identidade de gênero das pessoas com deficiência	115
5.2.5	PLP 302/2013 - Seguro-desemprego de trabalhadores domésticos	118
5.2.6	PL 4330/2004 – Regime de trabalho terceirizado	121
5.2.7	PL 6.726/2013 – Concessão do Pré-Sal	123
5.2.8	PL 4.302/1998 – Regulamenta os regimes de trabalho temporário e terceirizado	126
5.2.9	PL 6787/2016 – “Minirreforma” trabalhista	128

5.2.10	PL 10.332/2018 – Privatização de empresas da Eletrobrás	130
5.3	Discussão dos dados	132
6	CONCLUSÃO	137
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
8	ANEXO A	148

1. INTRODUÇÃO

Se nos primeiros anos da década de 1990 criou-se a União Europeia sob os princípios de cooperação, solidariedade e defesa das instituições democráticas, nas primeiras décadas do século XXI este conjunto de valores jaz abruptamente enfraquecido por um forte sentimento coletivo de defesa do nacionalismo e do protecionismo econômico, apoiado por movimentos sociais e partidos políticos.

Em 2016, a recusa pela integração comunitária entre os países europeus, fixada sob a ideia de um enfraquecimento das potências econômicas, causado por movimentos imigratórios, levou a maioria dos eleitores do Reino Unido a apoiar o *Brexit* (termo usado para designar a saída do Reino Unido da União Europeia). Nas eleições de 2017, na França e na Alemanha, movimentos semelhantes reproduziram-se através de votações expressivas de partidos de extrema direita e até mesmo de natureza neonazista. Na França, a Frente Nacional de Marine Le Pen alcançou o segundo lugar no pleito nacional e superou 30% dos votos no país. Na Alemanha, a Alternativa para a Alemanha (AFD) registrou um marco histórico ao eleger representantes para o parlamento, pela primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tornando-se a terceira maior força política no país. Na Suécia, as eleições nacionais de 2018 revelaram o Partido dos Democratas Suecos (SD) como o terceiro mais forte partido, tendo alcançado quase um quinto dos votos. Também podem ser citados países como Polônia, Hungria e Grécia cuja extrema direita se consolidou na liderança política ao longo da década.

Em consonância com esses movimentos, principalmente, a partir da campanha efervescente pelo *Brexit*, a eleição do republicano Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, surpreendeu demonstrando, claramente, tanto uma tendência global pelo crescimento da direita radical, quanto uma ampla tolerância por parte da sociedade norte-americana em relação aos ideais nacionalistas e xenófobos, fortemente difundidos por Trump sob a forma de uma visão do imigrante como o inimigo nacional e por um prévio incentivo à indústria bélica. A vitória deste discurso nas eleições americanas foi, assim, o símbolo do triunfo de um conservadorismo moralista. Para alguns autores foi, ainda, uma das heranças da crise econômica mundial de 2008 e um encorajamento para que essas ideias se fortalecessem para além dos Estados Unidos e Europa, ganhando cada vez mais espaço também na América Latina.

A exemplo dos países já mencionados, na América Latina, o avanço da direita nas eleições presidenciais, nos anos de 2010, marcou a chamada “onda conservadora” que sucedeu governos de esquerda e centro-esquerda em alguns países. Um dos primeiros países a demonstrar essa tendência foi a Argentina que, em 2015, deu a vitória a Mauricio Macri, líder

do *Propuesta Republicana* (PRO), encerrando, assim, doze anos do governo kirchnerista, tornando-se o primeiro presidente de direita desde o retorno da democracia argentina. Seguindo esta linha, em 2017, no Chile, Alejandro Guillier, o sucessor da então presidente, Michelle Bachelet, foi derrotado nas urnas pelo direitista Sebastián Piñera que, dentre outros elementos discursivos, se utilizou da crise venezuelana para angariar votos, demonstrando repúdio pelo governo do socialista Nicolás Maduro e ganhando apoio da classe média do país. Em maio de 2018, a América Latina deu mais um passo à direita, elegendo o conservador Mario Abdo Benitez, herdeiro político da ditadura militar paraguaia, para a presidência do país. Benitez fez uma campanha eleitoral de forte oposição aos princípios da esquerda e venceu com um discurso de apelo moralista e religioso de apoio à manutenção da “família tradicional” e de repúdio à política venezuelana.¹

Em outubro de 2018, os eleitores brasileiros, também, decidiram romper com um ciclo de quatro mandatos consecutivos do Partido dos Trabalhadores (PT), marcado por uma política de centro-esquerda de fortalecimento dos programas sociais e combate à pobreza, para dar posse ao candidato de extrema direita do Partido Social Liberal (PSL). O então deputado federal, ex-militar e ultraconservador, Jair Bolsonaro, que chegou ao Palácio do Planalto com um discurso autoritário de exaltação à ditadura militar, à tortura de presos políticos, ao porte de armas de fogo e ao fortalecimento das instituições militares, firmou sua candidatura através da crítica ao ideário socialista, ao apelo a um discurso cristão voltado para a valorização da família tradicional e a defesa da ética. Um dos fatores de sucesso de sua campanha foi a entonação radical do seu discurso, segundo o qual o país carecia de autoridade, disciplina e honestidade para superar os estragos feitos pelos governos antecessores que, segundo ele, foram imorais, corruptos, doutrinadores e ameaçaram tanto a estrutura moral tradicional do país quanto o progresso econômico.

É válido ressaltar que a candidatura de Bolsonaro foi favorecida por uma atmosfera política de polarização ideológica muito forte no país, por uma recessão econômica, pela desmoralização pública e constante do Partido dos Trabalhadores, por uma rica campanha

¹ Destaca-se que ao longo da década de 2010, alguns desses governos de direita não tiveram boa aceitação em seus países. Na Argentina, em 2019, Mauricio Macri não obteve sucesso na tentativa de reeleição, sendo derrotado nas urnas por Alberto Fernández do Partido Justicialista (PJ), mais conhecido como Partido Peronista em uma aliança com Cristina Kirchner. No Chile, em outubro de 2019, mais de um milhão de manifestantes se reuniram na capital, Santiago, para contestar a política econômica de Sebastián Piñera, incluindo o aumento da tarifa do metrô, da conta de energia e o alto custo de vida que se instaurou no país. Em 2020, nos Estados Unidos, depois de um mandato conturbado, marcado por amplas críticas, Donald Trump também não alcançou a reeleição, sendo derrotado nas urnas pelo democrata Joseph Biden.

eleitoral via internet e por tantos outros fatores que não caberiam nesta introdução. Em suma, o que fica aqui registrado é que, por um conjunto de fatores, o Brasil inseriu-se no grupo de países que buscaram uma nova saída política pela direita ou que encontraram uma saída pela “nova direita”, termo que será abordado ao longo do trabalho.

Naturalmente o resultado da eleição presidencial de 2018 não foi algo que se construiu da noite para o dia. Há, na literatura mais recente, um debate significativo que questiona se a direita que chegou ao poder no Brasil se distingue como uma nova força, característica de sua época, ou se ela corresponde, tão somente, à “velha direita” que sempre esteve presente observando os acontecimentos ao longo das últimas décadas e esperando a melhor oportunidade de se beneficiar das falhas da esquerda.

Fato é que houve e há uma série de elementos envoltos a estes acontecimentos que se expressam em uma agenda política voltada tanto para a redução do Estado quanto para um retrocesso moral e cultural no que diz respeito à tolerância e aos direitos das minorias. E uma das várias formas de se observar como estes elementos se manifestam consiste em investigar mudanças no perfil e no comportamento da elite política brasileira ao longo deste período. Este é o objetivo desta dissertação: investigar o processo de radicalização da direita no país, tomando como objeto de estudo os parlamentares na Câmara dos Deputados, seus perfis e comportamentos legislativos.

Afirmar que a análise dos projetos e votações dos parlamentares, nos últimos anos, traria uma compreensão razoável acerca deste fenômeno, constitui-se como uma hipótese válida, porém, de certa forma, limitada, no sentido de não ser capaz de apreender toda a complexidade do processo em análise e suas múltiplas manifestações. Isso porque o avanço do radicalismo da direita no país deu-se como um processo que ultrapassa a política institucional, e expressa-se em vários âmbitos da sociedade e da cultura.

As manifestações, grupos e movimentos que eclodiram na década de 2010 seja de direita, esquerda ou apartidários revelaram-se como formas de participação política, não conduzidas pela liderança de políticos profissionais ou de partidos, mas sim, a partir do engajamento de cidadãos com diferentes perfis que tiveram como denominador comum uma insatisfação para com diferentes aspectos do cenário político nacional. Logicamente, não podemos desconsiderar o papel que tanto a mídia, quanto as lideranças de oposição e as operações anticorrupção, ordenadas pela Polícia Federal, exerceram neste processo; mas é preciso evidenciar como a participação popular foi essencial para a compreensão dos eventos que se seguiram. O engajamento com causas sociais e políticas, quando levado à prática, demanda do cidadão comum uma renúncia que compromete sua vida financeira e particular. E

o que se observou nas jornadas de 2013, nas manifestações em 2014 contra o resultado da eleição presidencial que deu posse à Dilma Rousseff e nos protestos de rua pró-impeachment, em 2016, foi um tipo de adesão social que abalou a normalidade da rotina de trabalho, estudos e mobilidade urbana, algo que por si só demonstra que o cenário social teve um papel crucial no curso das transformações políticas que se deram ao longo desta década.

Notadamente, o problema ou a pergunta que impulsiona o presente estudo “como compreender a radicalização da direita no Brasil, a partir da década de 2010” não se baseia, tão simplesmente, em inferir afirmações, pretensiosas por objetividade, a respeito deste ou daquele evento ser o gatilho explicativo para o fortalecimento de um ideário político/social. Começamos, então, por assumir que há múltiplos elementos que envolvem este tema e muitas possíveis abordagens analíticas. Diante da impossibilidade de observar profundamente todos os elementos sociais contidos no problema ou de explorar múltiplas abordagens analíticas, optamos, a partir de então, por observar um dos âmbitos onde este fenômeno se expressa: o parlamento.

O pressuposto que sustenta esta escolha baseia-se na ideia que ao olharmos, especificamente, para a arena parlamentar, neste caso, para os deputados federais, podemos visualizar o fenômeno sob dois prismas importantes. Primeiramente, ao compararmos duas legislaturas distintas e subsequentes, ambas imersas em um mesmo período de transformações sociais e políticas, podemos identificar a capacidade de os diferentes grupos de se organizarem e serem capazes de adentrar o sistema político e conseguir a tradução político-institucional de sua força social. E por último, os dados podem demonstrar a porosidade da elite parlamentar à essas pautas e forças políticas, identificando se houve ou não aumento de parlamentares que poderiam ser identificados com a direita radical e/ou se de uma legislatura para a outra eles se tornaram mais porosos às pautas da direita radical.

Investigar essa provável radicalização no campo da direita nos conduz, inevitavelmente, à famigerada questão acerca dos conceitos de esquerda e direita no continuum ideológico, tal como, à classificação dos partidos brasileiros, assuntos que ganharão ênfase no primeiro e no quarto capítulo deste trabalho.

Em suma, considerando o objetivo desta dissertação – compreender as transformações recentes na política brasileira que concernem ao processo de radicalização da direita a partir da observação e da análise do perfil e do comportamento dos deputados federais ante a sua produção legislativa e ao seu comportamento em votações nominais – e a julgar pelos limites de recursos para a realização da pesquisa, optou-se por focalizar os deputados eleitos pelo Estado de Minas Gerais para as legislaturas 2011-2014 e 2015-2018 (em vez de recorrer

aos dados da Câmara dos Deputados como um todo). Dessa forma, poderemos investigar em que medida a bancada de Minas na Câmara dos Deputados expressou e/ou foi afetada pela tendência de fortalecimento e radicalização da direita, assim como de suas agendas. A análise também permitirá averiguar a contribuição dos deputados federais mineiros para o avanço da agenda conservadora no país.

A escolha do recorte temporal justifica-se por se tratar de um período de várias transições, marcado pela redução dos índices de aprovação e popularidade do Partido dos Trabalhadores, pelas manifestações contra o governo federal que passaram pelas jornadas de 2013, a redução da representatividade de políticos e partidos de esquerda no Congresso Nacional, ocorrida nas eleições de 2014, pelas disputas em torno do resultado da eleição que deu o segundo mandato à presidenta Dilma Rousseff, pelas manifestações pró impeachment e, finalmente, pela eleição de 2018 que deu a vitória à Jair Bolsonaro como presidente da República e a Romeu Zema (NOVO), governador de Minas Gerais.

A escolha por restringir a análise apenas aos deputados mineiros deve-se ao tipo de abordagem pretendida. Além da análise quantitativa do perfil dos deputados, dos projetos de lei iniciados e do comportamento em votações, pretendemos, sempre que possível e necessário, aprofundar a análise com exemplos concretos, um esforço importante para aprofundar nossa compreensão sobre o tema e que poderia ser inviabilizado caso se tomasse o total dos 513 deputados como objeto de estudo.

À primeira vista, o tipo de problema posto em análise sugere que um estudo comparado traria resultados mais efetivos, se analisados os perfis de parlamentares eleitos por outros estados e/ou ampliando a análise para toda a Câmara dos Deputados. No entanto, o estudo aprofundado de um único caso – aqui, a bancada mineira – confere algumas vantagens em relação à viabilidade da pesquisa e à investigação do problema proposto. Ele permite esmiuçar mais os elementos presentes no fenômeno analisado, abarcando um leque mais amplo de dimensões e variáveis. Além disso um estudo mais direcionado pode oferecer reflexões relevantes para a elaboração de hipóteses, algo especialmente importante em se tratando de um fenômeno recente e que ainda não conta com um grande volume de estudos para serem usados como referência.

Em termos das referências bibliográficas, três áreas de investigação no interior da Ciência Política serão mobilizadas neste trabalho: (1) os estudos sobre elites políticas, (2) os estudos sobre comportamento parlamentar e produção legislativa; (3) as investigações recentes sobre o fortalecimento das direitas.

Para a análise do perfil dos parlamentares, criamos uma base de dados composta por todos os deputados federais eleitos por Minas Gerais em 2010 e 2014 que exerceram mandato como titulares. A base criada contém informações sobre sexo, cor/raça, estado civil, faixa etária, escolaridade, ocupação, bens declarados, mesorregião, número de mandatos, partido político (no ano da eleição e depois de tomarem posse), mudanças de partido e experiência associativa prévia.

Para a análise da produção legislativa, foi criada uma segunda base de dados na qual constam todos os projetos de lei apresentados pelos deputados da bancada mineira entre 2011 e 2018 que tinham como objetivo o avanço de pautas da direita radical, com propostas como o fim do ensino de diversidade de gênero nas escolas, a facilitação para a compra e o porte de armas de fogo, o hasteamento diário e obrigatório da bandeira nacional em todas as instituições públicas do país, entre outras.

Por último, foi criada uma terceira base com dados relativos ao comportamento dos deputados mineiros nas votações selecionadas. Para a análise do comportamento dos deputados em votações, selecionamos os projetos cuja temática dividiam claramente os campos ideológicos, como os relacionados à regulamentação e à intervenção estatal na economia, e questões morais e de costumes relacionadas com a família, os direitos das mulheres, entre outros. Sempre que possível, a análise quantitativa do perfil dos deputados, de sua produção legislativa e de seu comportamento em votações será acompanhada de exemplos de casos concretos que permitirão aprofundar nossa compreensão sobre o objeto.

Por se tratar de um estudo que possui como objetivo compreender o processo da radicalização da direita, faz-se necessário recorrer ao que a literatura clássica sobre ideologia tem a nos dizer, tal como, os estudos recentes que se debruçaram sobre as transformações políticas ocorridas no Brasil, percorrendo a periodização dos eventos e elementos que correspondem ao período analisado, tais como as tendências eleitorais, as manifestações sociais e o papel das redes sociais e dos meios de comunicação na formação de discursos ideológicos, temas que serão abordados no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, abordaremos a primeira dimensão de análise através dos estudos sobre perfil parlamentar, a princípio pelo debate teórico em torno do recrutamento eleitoral e, logo em seguida, através de informações sobre o perfil dos deputados federais mineiros nas legislaturas observadas, segundo uma série de variantes, com o objetivo de compreender a composição da bancada mineira ao longo do período da radicalização, os padrões e tendências no perfil desses parlamentares que dialogam com uma agenda mais radical.

A segunda dimensão de análise – análise dos Projetos de Lei – será retratada no terceiro capítulo, passando pelos estudos sobre as relações Executivo-Legislativo no Brasil, pelos estudos sobre produção legislativa e, por fim, pela análise dos PLs apresentados pelos parlamentares mineiros, ao longo do período propostos, através da análise dos projetos que dialogaram com o extremismo de direita.

Por último, o Capítulo 4 focará na terceira dimensão de análise – o comportamento dos parlamentares mineiros nas votações nominais, ocorridas no período estudado, que deliberaram sobre propostas legislativas que dialogam com o radicalismo da direita, tanto em relação ao fortalecimento e implementação de pautas vinculadas ao ideário neoliberal, quanto em relação a pautas de caráter comportamental, moralista e conservador. Assim, este capítulo estará dividido em três partes, a primeira onde os partidos serão classificados conforme sua posição no eixo ideológico esquerda/direita, a segunda, onde serão apresentados os resultados dos parlamentares mineiros, agrupados por blocos ideológicos, diante das votações nominais, ocorridas no período em questão, concernentes a projetos que visavam reduzir a atuação do Estado sobre a economia e sobre a legislação trabalhista, tal como, projetos que defendiam a padronização de valores morais na sociedade, especialmente, no que tange ao desrespeito aos grupos minoritários. E, por fim, traremos uma análise geral do comportamento dos deputados nas votações observadas.

2. CAPÍTULO 1 – DIREITA E ESQUERDA: CONCEITOS, RADICALIZAÇÃO E ELEMENTOS SOCIAIS PARA UMA ANÁLISE DA POLÍTICA BRASILEIRA

Este primeiro capítulo reúne alguns dos principais elementos que integram o debate sobre a radicalização da direita no país. Trata-se de situar cada aspecto necessário para a compreensão dos eventos, percorrendo a literatura dos conceitos teóricos clássicos às análises mais recentes da conjuntura política brasileira, apresentando dados introdutórios e hipóteses iniciais acerca dos processos que são o objeto deste estudo.

2.1 Ideologia, conservadorismo e neoliberalismo

Abordar a distinção conceitual entre direita e esquerda no cenário político contemporâneo, inclusive no Brasil, certamente, não é uma tarefa muito simples, considerando-se, sobretudo, a alta fragmentação do sistema partidário, o federalismo marcado por significativos contrastes socioeconômicos entre as diferentes regiões e o fraco enraizamento social da maioria dos partidos brasileiros.

A classificação ideológica de partidos e grupos políticos no eixo dicotômico esquerda/direita – inicialmente, fruto da separação geográfica das cadeiras na Assembleia Nacional Francesa do período revolucionário – resiste na atualidade como o marco de uma fronteira que separa diferentes conjuntos de valores que mobilizam reflexão, ação social, política e economia, cada qual para uma determinada direção. Mais do que isso, para muitos, essa fronteira é a força que orienta comportamentos, visões de mundo e ações, atribuindo identidade ao sujeito. Por isso, a compreensão acerca dos fenômenos que envolvem a ação política, seja no campo institucional ou no âmbito individual, envolve a noção de preferências e, por conseguinte, da análise de conceitos que impulsionam a atividade política coletiva. Alguns desses conceitos, talvez os mais intrigantes e controversos sejam os de esquerda e direita e as diversas derivações que ambos produziram ao longo da história.

De um lado, o liberalismo, caracterizado como “direita” e, de outro, a corrente socialista ou progressista caracterizada como “esquerda”, contrapostas sob diferentes concepções acerca do funcionamento da vida em sociedade. A primeira, baseada no princípio da liberdade individual de acumulação, da propriedade privada, livre concorrência e do capitalismo; e a segunda, baseada na ideia de uma sociedade essencialmente igualitária, tanto no que tange ao ideal de justiça social, quanto à distribuição das riquezas. Assim se constituiu também uma

distinção entre conservadores e progressistas seja no âmbito cultural, social, econômico ou político.

A clássica definição de Bobbio (1996, p. 95) nos direciona para uma distinção essencialmente baseada no conceito de igualdade, onde o que diferencia os dois blocos é “a postura que os diferentes homens organizados em sociedade assumem diante do ideal de igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar”. Para o autor (p. 105), os grupos à esquerda tendem a compreender as desigualdades como o resultado de causas artificiais como convenções sociais e leis, isto é, condições produzidas pela própria sociedade e que são passíveis de transformações; já os grupos à direita tendem a compreender as desigualdades como características naturais da vida em sociedade, ou seja, como limitações que se associam às capacidades e habilidades inerentes aos seres humanos e, portanto, inevitáveis.

Este conceito, inevitavelmente, nos leva a pensar a separação entre os dois ideários como uma distinção que tipifica os sujeitos como aqueles que possuem maior ou menor tolerância diante das injustiças e desigualdades sociais, principalmente, se olharmos para as colocações de Bobbio em relação a questões como a desigualdade de gênero, por exemplo, algo que imediatamente nos remete à naturalização das disparidades de direitos entre homens e mulheres. Respeitando a devida necessidade de se diferenciar a análise de desigualdades culturais/sociais e políticas, o esforço intelectual deste autor, muito mais do que reforçar a legitimidade da oposição esquerda/direita, nos traz um amplo horizonte de interpretações ao elucidar as causas naturais e as causas artificiais.

Giddens (1994, p. 284), também, apresenta em sua obra uma visão da direita como um bloco que demonstra menor sensibilidade diante das desigualdades e que é “mais propenso a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder”; no entanto, o autor distancia-se de Bobbio ao enfatizar que, na contemporaneidade, a mera contraposição dos dois blocos não constitui um argumento forte o suficiente para sustentar análises de sociedades que são muito mais complexas e, portanto, as duas correntes não poderiam mais ser abordadas como referências teóricas universais diante das questões políticas e sociais.

O autor argumenta que o mundo globalizado produziu “incerteza, fragmentação e interdependência”, explica que neste contexto, nem mesmo os conceitos mais consagrados ou as “maiores certezas” estão imunes a transformações, inclusive, os sentidos primordiais de esquerda e de direita que, neste cenário, se confundem. “Muitos partidos, têm um pé na direita e outro na esquerda”, explica o autor ao falar sobre a baixa identificação ideológica observada nos partidos políticos, salvo algumas exceções. Decerto, a perspectiva de Giddens promove

uma transição no que tange à compreensão da política e da sociedade, à medida em que nos permite refletir sobre fenômenos como ideologia e desigualdade frente a questões que são presentes e concretas nas sociedades modernas. A baixa identificação ideológica e a alta fragmentação dos partidos políticos no Brasil são exemplos disso.

A partir de um olhar sobre o campo econômico, o americano Anthony Downs (1957, p. 137) simplifica as diferenças entre os dois campos ideológicos como pressupostos de uma questão determinante: “Quanta intervenção governamental na economia deveria haver?” Assim o autor determina que a defesa da máxima intervenção do Estado na economia caracteriza a extrema esquerda; e a defesa da mínima intervenção do Estado na economia caracteriza a extrema direita. Entre os extremos, situam-se diferentes níveis de engajamento para com a intervenção ou a não-intervenção. Dessa forma, partidos políticos diferenciam-se, entre outros aspectos, a partir da forma como identificam o papel e a atuação do Estado diante das questões econômicas e pautas que afetam diretamente os conflitos entre classes. Assim, o estudo de Downs oferece-nos tanto uma definição teórica, quanto um modelo de classificação na qual a elaboração de uma escala numerada de 0 a 100 posiciona os partidos políticos conforme a sua identificação ideológica.

É preciso destacar, neste ponto, que a diferenciação entre esquerda e direita não se apresenta com o objetivo máximo de investigação neste trabalho, entretanto, a contribuição destes autores fornece-nos um ponto de partida para pensar a radicalização da direita, a partir dos conceitos mais aceitos no campo acadêmico. Ficaremos, então, com a representação de uma direita que se caracteriza, sobretudo, pela priorização da liberdade do mercado ante o protecionismo social e com uma noção do liberalismo – e suas vertentes – como objeto central desta macro representação da direita. Permitindo, assim, que outros elementos associados com este campo ideológico possam ser identificados e comparados.

Para além dos campos político, econômico e social, direita e esquerda também se distinguem no âmbito das ideias que concernem à moral e aos costumes. Se usarmos como parâmetro de comparação, por exemplo, os partidos políticos brasileiros, veremos que partidos posicionados mais à direita tendem a normatizar um modelo de sociedade baseado em uma família tradicional e patriarcal, muitas vezes, vinculada aos princípios religiosos do Ocidente. Enquanto que partidos posicionados mais à esquerda tendem a contestar determinados aspectos deste modelo de sociedade tradicional, defendendo tanto a pluralidade de ideias, costumes e comportamentos, quanto questões ligadas às escolhas individuais dos sujeitos, como a legalização do aborto, do consumo de drogas e a defesa dos direitos da comunidade LGBT.

Essa distinção, no campo da moral, promove uma demarcação entre o conservadorismo – remetendo à conservação de valores tradicionais – e o progressismo – remetendo ao rompimento com valores historicamente enraizados – através de uma trajetória secular de embates que passaram pelo movimento abolicionista, pela luta feminista por igualdade de direitos, pelos movimentos pela legalização da união civil entre os homossexuais, pelo direito ao reconhecimento de auto identidades de gênero e por tantas outras demandas dos diversos grupos reprimidos da sociedade. Por isso, o termo “conservadorismo” é algo que ganhou novos sentidos e versões ao longo dos anos e, por conseguinte, vem sendo investigado pela literatura, ganhando novas interpretações e nomenclaturas, a fim de identificar o que é esse conservadorismo moral que atravessa a política contemporânea.

A relação entre o conservadorismo e o campo da direita é historicamente ligada ao conflito de classes. Enquanto a burguesia se consolida como a classe política e economicamente dominante, antagônica à ideologia marxista anticapitalista e revolucionária, surge o conflito entre a manutenção da ordem social e a desagregação da sociedade de classes. Em sua obra “República do capital: capitalismo e processo político no Brasil”, o sociólogo Décio Saes (2001, p. 123), ao analisar a instabilidade da democracia brasileira, ressalva que as classes economicamente dominantes tendem a se apoiarem no Estado e nos regimes políticos para preservar sua hegemonia. Nesta perspectiva, o conservadorismo, seja ele clássico ou contemporâneo vincula-se à preservação das relações sociais capitalistas, ganhando ênfase entre as agremiações políticas que comungam dos princípios liberais.

Se no conservadorismo tradicional, a preservação da ordem econômica era o principal objetivo a ser defendido; na contemporaneidade, outros elementos tornam-se objetos de desejo dessa conservação da ordem das coisas. Nesse contexto não há um consenso classificatório: ultraconservadorismo, neoconservadorismo, conservadorismo cristão, radical, entre outros termos, são utilizados para explicar a transição entre uma vertente que se pauta em garantir os interesses de classe, a partir do discurso da preservação e uma vertente que se utiliza desses mesmos discursos para determinar padrões morais de comportamentos e valores culturais.

Em seu trabalho sobre o neoconservadorismo e a direita religiosa nos Estados Unidos, Quadros (2014, p. 63) explica que o conservadorismo no país se reformulou a partir da união entre os políticos de direita e os conservadores cristãos que acusavam o Partido Democrata de “ultrajar o papel da família e da religião, de desmoralizar a sociedade através de políticas assistencialistas, de promover o inchaço do Estado e da complacência com a criminalidade”. Assim, o discurso adotado por eles permeou tanto aspectos econômicos, quanto culturais, promovendo uma radicalização do ideário conservador:

Os benefícios sociais conferidos pelo Estado aos pobres deveriam ser cortados a fim de incentivar as pessoas a saírem da pobreza por meio do esforço pessoal e da mudança de mentalidade (...) quando o pobre se liberta moral e economicamente da dependência estatal, o remédio, que a princípio seria amargo, mostrar-se-ia eficaz e produziria o verdadeiro bem. Conduta similar deve ser adotada diante do crime: punindo-se rigorosamente as condutas criminosas, os potenciais praticantes do ilícito seriam dissuadidos, e a sociedade estaria lhes fazendo um bem (Quadros 2014. p. 54).

Tanto Souza (2016) quanto Quadros (2014) demonstram que o conservadorismo se orienta em torno da defesa de um modelo econômico dominante para se articular politicamente. No entanto, a radicalização deste ideário enfatiza fortemente um modelo moral e religioso para se sustentar enquanto vertente política, utilizando-se de um discurso moralista para se ampliar na sociedade.

Vásquez (2007, p. 07), em seu estudo sobre a moralidade no âmbito das ideologias políticas, enfatiza que a negação dos direitos humanos, da diversidade e da solidariedade são características próprias da direita. O autor conclui que a distinção entre esquerda e direita, na modernidade, dá-se principalmente no campo da moral e dos valores. No Brasil, a crítica aos direitos humanos, a defesa dos valores cristãos e, principalmente, o desprezo à diversidade étnica e de gênero constituem discursos fortemente utilizados pelos ultraconservadores. Não é, portanto, difícil constatar que a direita radical e o ultraconservadorismo misturam-se e fortalecem-se na produção de um discurso moralista que tipifica um inimigo comum, amoral e desagregador: a esquerda.

Da mesma forma que o conservadorismo passou por adaptações para se sustentar enquanto uma estrutura ideológica presente no campo político, o liberalismo econômico, também, assumiu novas particularidades para se integrar às transformações econômicas globais ao longo da trajetória do capitalismo. No século XVIII, com a ascensão do capitalismo e da sociedade de classes, os ideais iluministas favoreceram a elaboração da teoria liberal – principalmente representada por Adam Smith em sua obra “A riqueza das nações” – na qual o princípio da liberdade de mercado e o livre desenvolvimento do capital consistiriam no desenvolvimento das economias das nações pós-revolução industrial. Tal teoria foi legitimada enquanto política econômica de Estado, principalmente na Inglaterra e na França, ao longo dos séculos XVIII e XIX. No entanto, no início do século XX, com a crise de 1929 nos Estados Unidos e, principalmente, com a crise econômica deixada pelas duas grandes guerras mundiais, o liberalismo clássico passa a ser questionado enquanto um modelo político capaz de sanar as

necessidades das sociedades pós-guerra e surge um novo modelo de gestão político-econômica, no qual passa a prevalecer a prerrogativa de que o Estado deveria garantir, ao menos, minimamente, recursos de amparo social aos cidadãos como moradia, saúde, previdência e educação. O Estado de Bem-Estar Social – teorizado na obra do economista britânico, John Keynes – rompe com o paradigma da não-intervenção estatal como o principal meio de desenvolvimento econômico e defende a ação do Estado ante os problemas sociais como estratégia para diminuir as desigualdades e estimular o desenvolvimento econômico. Nos Estados Unidos, o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt foi um dos primeiros a se utilizar desses preceitos para buscar a recuperação da economia após a crise de 1929, implementando o plano econômico *New Deal* que, entre outras medidas, contou com políticas de criação de emprego, investimento em setores básicos da indústria, criação de obras de infraestrutura, concessão de empréstimos e, até mesmo, leis de amparo social aos trabalhadores. Contudo, embora, a crise norte-americana tenha sido superada tanto pela política do governo Roosevelt, quanto pelo crescimento pós-Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, a política de Bem-Estar Social passa a ser questionada por uma nova corrente de teóricos do liberalismo.

A conferência de *Mont Pèlerin* realizada na Suíça em 1947, sob a liderança do economista austríaco Friedrich Hayek, reuniu intelectuais, principalmente, economistas e sociólogos, de diversas nacionalidades para articular suas críticas à tendência das políticas intervencionistas enquanto dinâmica de Estado e promover uma revisão da tradição do liberalismo clássico. A sociedade de *Mont Pèlerin* e o prestígio de seus representantes no campo intelectual promoveram uma nova vertente da doutrina liberal que, a partir dos anos de 1970, influenciou governos, como os de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, de Margaret Thatcher, na Inglaterra e de Augusto Pinochet, no Chile, disseminando-se, ao longo das décadas seguintes, por diversos países, inclusive o Brasil, sob o governo de Fernando Collor de Mello. Os programas implementados por esses governos como a privatização de empresas estatais, alterações na legislação trabalhista, restrição à ação dos sindicatos e a redução de políticas assistencialistas foram interpretados pelos críticos como uma versão repaginada da doutrina liberal, recebendo a alcunha de “neoliberalismo”.

No primeiro capítulo de sua obra “Nas ruínas do neoliberalismo”, a teórica política norte-americana, Wendy Brown, realiza uma análise da postura antidemocrática dos autores neoliberais. Para a autora, essas teorias, que se materializaram em políticas de Estado, tem como principal característica a aversão à política e à democracia. Para Brown, “a governança baseada em princípios de negócios e sujeitos orientados pelo interesse e disciplinados pelo mercado e

pela moral” (2019, p. 70) disfarçada sob um discurso em favor das liberdades individuais, tem por finalidade a limitação e o enfraquecimento da soberania política. Segundo a autora, os teóricos do neoliberalismo articularam um modelo isolado de pactos pluralistas e de demandas populares, justamente para que o Estado não fosse capaz de se expandir e de penetrar na arena econômica:

Os neoliberais convergiram no reconhecimento de que a democracia representativa baseada no sufrágio universal em grandes Estados-nação capitalistas seria inevitavelmente controlada pela classe numericamente maior, tornando a socialdemocracia, com sua trajetória tendencialmente totalitária, inevitável. A menos que sejam enganados, condicionados ou efetivamente marginalizados, os trabalhadores e os pobres vão sempre combater os mercados como injustos em sua distribuição de oportunidades e recompensas (Brown, 2019, p. 77).

Observa-se que, nessa perspectiva, não só o Estado interventor é compreendido como um inimigo do mercado, como também, a massa populacional empobrecida - entendida como uma parcela da sociedade que possui maior peso político para se organizar em torno de grupos, movimentos e partidos que promovam a solução de suas demandas - é vista como um obstáculo para a expansão do neoliberalismo. Neste sentido, a consolidação de um governo democrático e pluralista, baseado na redução das desigualdades sociais e no acolhimento de demandas das minorias reprimidas, não corresponde ao propósito do mercado e, por conseguinte, das forças neoliberais.

Bourdieu (1998) traz uma reflexão semelhante no que diz respeito à relação entre a lógica do mercado e a ordem social. Para o autor, o neoliberalismo promove o seu desenvolvimento reprimindo “todas as transgressões, através das sanções que inflige, seja de forma automática, seja por intermédio dos seus braços armados, o FMI ou a OCDE, e das políticas que estes impõem: redução do custo da mão-de-obra, restrição das despesas públicas e flexibilização do mercado de trabalho” (1998, parágrafo 1). Cria, assim, condições para promover sua teoria econômica à prática política através de uma “metódica destruição dos coletivos”.²

Em suma, podemos concluir que a prática neoliberal ultrapassa as barreiras do campo econômico e atravessa o funcionamento da vida em sociedade, principalmente, afetando as camadas populares. Mas, a partir deste ponto, é preciso determinar uma separação entre os

² Texto foi publicado originalmente no jornal *Le Monde Diplomatique* em março de 1998 por Pierre Bourdieu

elementos associados ao campo da direita tradicional e os elementos associados ao campo da direita radical, com destaque às premissas do neoliberalismo e do conservadorismo moral.

2.2 A radicalização da direita

O neoliberalismo que reivindica para si a tutela do funcionamento do Estado seja no campo econômico, político ou social, representada por grupos políticos de direita, propõe a liberdade de mercado e de crescimento individual, reservando suas benesses para os que ocupam o topo da pirâmide econômica e impondo dependência àqueles que se posicionam na base. Partindo do princípio de que a direita é o campo ideológico que se apropria da teoria liberal ou neoliberal (a depender do contexto histórico) para sustentar sua orientação política, o ponto de partida para a análise empírica a ser realizada será uma demarcação objetiva do que entendemos por direita e por radicalização da direita. Neste ponto, as ponderações de Camila Rocha (2019, p. 5) nos fornecem uma distinção pontual: os “neoliberalistas justificam a adoção de políticas públicas liberalizantes no debate político a partir de uma base de argumentos de eficiência econômica e amparados em conhecimento técnico-científico” enquanto que “os radicais justificam suas preferências com base em princípios de ordem moral”.

Ao analisar o desenvolvimento do que ela chama de “contra público³ ultraliberal”, a autora explica que a evolução de vertentes mais radicais da direita no Brasil, a partir da década de 2010, se consolidou a partir da combinação de três fatores:

(1) a pré-existência de fóruns e grupos nas redes sociais formados por jovens universitários e profissionais liberais que já se utilizavam desses espaços para flertar com o liberalismo (2) a ação das *Think Tanks*⁴ que ofereceu suporte financeiro e organizacional aos simpatizantes e (3) o contexto político do país deixado pelas manifestações de 2013 e pelos protestos contra a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 e 2015.

Rocha utilizou-se de entrevistas em profundidade com lideranças e militantes dos grupos organizados, da análise dos conteúdos por eles reproduzidos na internet e de reportagens e matérias realizadas na época para remontar a trajetória do desenvolvimento deste pensamento no Brasil. Dessa forma, a autora destaca que o sentimento de subalternidade, entre aqueles que se opunham ao pensamento político hegemônico da época, os uniu em grupos onde eles tinham

³ A autora usa esse termo para designar grupos que compartilham identidades, preferências e discursos minoritários frente a ideias hegemônicas, amplamente difundidas e aceitas

⁴ Os Think Tanks são grupos que atuam com o objetivo principal de disseminar ideários políticos procurando influenciar a opinião pública.

espaço e interlocutores para debater ideias em comum, as quais tinham pouco espaço no debate político e que ganharam ainda mais força quando as operações anticorrupção (em especial a Operação Lava-Jato) passaram a protagonizar os noticiários e quando a reeleição de Dilma Rousseff foi questionada e combatida por manifestantes na rua e na internet

A hipótese de Rocha contribui para a elaboração de uma linha de tempo que desafia a suposição simplista de que a direita chega ao poder no Brasil por consequência de um esgotamento das forças progressistas. Esse é um aspecto importante a ser considerado, em primeiro lugar porque já existia um bloco político neoliberal amplo e consolidado no país que durante os últimos anos foi atuante na oposição ao governo federal e que sustentou sua representação parlamentar; em segundo lugar, porque as diferentes manifestações do radicalismo direitista observadas, seja nas ruas ou nas urnas, ultrapassaram a militância antigovernista vista até então, reforçando um discurso ideológico forte e uma ação participativa quase que evangelizadora.

Partimos do princípio de que somente através da compreensão acerca da sucessão de eventos que irromperam no Brasil naquele momento será possível encontrar características capazes de discriminar a natureza de tais grupos. Chaloub, Lima e Perlatto (2018, p. 9) em seu trabalho sobre a expansão da direita radical no Brasil contemporâneo, assim como Rocha, debruçaram-se sobre a expansão do discurso que promoveu este avanço. Para eles, trata-se, sobretudo, de um processo que ultrapassa as fronteiras eleitorais, envolvendo “dimensões estéticas e concepções religiosas”. Segundo os autores, a grande mudança deu-se no âmbito do discurso, quando a crítica à esquerda ganhou a entonação de um discurso moral: “Através de uma hiper moralização da realidade, que reduz todas as disputas a um confronto entre bem e mal absolutos, constrói-se um discurso onde o universo da esquerda deve ser necessariamente erradicado” (p. 13). Nos dois trabalhos, observa-se um ponto em comum: a noção de um discurso moral que se expande alcançando a esfera política através da radicalização dos princípios liberais e de um apelo quase que sentimental em prol de valores éticos, religiosos e comportamentais, ganhando força a partir da criação de um inimigo comum: a esquerda.

Com o avanço das investigações da Operação Lava-Jato e com a decepção de um eleitorado que dava como certa a derrota do PT nas urnas em 2014, a união dessa corrente radical de direita foi decisiva, consolidando um movimento político que, a partir de então, se tornou muito mais organizado e combativo na luta pelo fim dos governos petistas e pela ascensão de seus valores também na esfera institucional.

A partir do momento em que o governo petista passa ser criminalizado pela direita radical, não somente a política econômica do governo ou a desconfiança quanto à honestidade

de lideranças do partido tornam-se o foco das críticas; mas sim, toda e qualquer bandeira defendida pelo campo progressista. A crítica ao governo, antes dispersa e descentralizada passa a ter uma identidade, uma causa pela qual lutar e, principalmente, espaços onde pôde se disseminar e alcançar ainda mais seguidores. A coesão deste grupo ultrapassou a barreira da contestação política; a partir de então, lutar contra o fim de um governo deixou de ser o seu objetivo principal e este passou a incluir lutar contra toda uma agenda de ações políticas que passa por programas de redistribuição de renda, por defesa das minorias raciais e de gênero e pelo princípio da laicidade do Estado. Assim, sua bandeira passa a ser expressa na forma de um símbolo de moralidade, levando boa parte de seus membros e simpatizantes a uma postura radicalizada, capaz de questionar qualquer princípio que desafie a sua lógica de pensamento.

A direita radical que surge no país reaviva valores de uma sociedade patriarcal, essencialmente cristã e moralista; reivindica para si toda uma ordem de certezas e verdades incontestáveis, opondo-se ao papel do Estado em garantir a consolidação de valores cívicos e promovendo uma separação entre educação e cidadania. Como apontam Chaloub, Lima e Perlatto:

A linguagem neoconservadora defende uma radical separação entre o Estado e a formação dos valores, mesmo os fundamentais para uma ordem republicana. Rompem-se os vínculos entre educação e cidadania (...) Em tal discurso, a educação perde qualquer função de formação de cidadãos e construção dos grandes debates públicos e passa a ser vista como transmissão de uma série de técnicas, como é a intenção de propostas como o “Escola sem Partido”. (2018, p. 11)

O ultraconservadorismo apropria-se de cada elemento social ou coletivo para ressignificá-lo conforme a sua própria lógica, seja no âmbito político, econômico, comportamental, científico, histórico, cultural ou social. Neste universo de realidades paralelas, toda a ordem das coisas como já as conhecemos é questionada, como, por exemplo, o currículo das ciências humanas nas escolas, a defesa das minorias, os direitos da comunidade LGBT, a história do Brasil e do mundo, o formato da Terra, a legalidade do aborto, a censura, entre tantos outros temas que centralizam esses discursos.

Fato é que sempre houve um campo neoliberal no Brasil, da mesma forma como sempre existiram grupos isolados em defesa de uma moral conservadora, mas é justamente a fusão radical destes dois campos que nos interessa neste estudo e, principalmente, a forma como a direita radical e o ultraconservadorismo ganha expressão institucional na política.

2.3 Novas tendências eleitorais

A legislatura eleita no ano de 2014 para o período 2015-2018 foi considerada, à época, a mais conservadora desde 1964, anunciando uma descontinuidade do avanço da esquerda no Brasil nos anos 2000. Segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a nova Câmara era composta, em sua grande maioria, por homens (mais de 90%), parlamentares com nível superior de escolaridade (mais de 80%) e por um baixíssimo percentual de parlamentares considerados jovens, com idade até 29 anos (4,5%). Características estas que corroboram as hipóteses mais difundidas na literatura de que a Câmara dos Deputados, no Brasil, é masculina e elitizada.

Em relação à ocupação, segundo o DIAP (2014, p. 19) a grande maioria desta legislatura era formada por empresários e profissionais liberais. Dos 513 deputados, mais de 200 eram comerciantes, pecuaristas, agropecuaristas ou industriais; 169 compunham a categoria dos profissionais liberais, dentre eles 109 eram advogados, médicos ou administradores. E, por último, com menor representação, estavam os profissionais assalariados, contabilizando 136 parlamentares, entre os quais servidores públicos, professores e outras categorias, como as carreiras militares.

Em relação às bancadas informais, o DIAP também ressaltou uma expansão nas áreas consideradas mais características de partidos à direita e uma contração em temas considerados progressistas. Entre as bancadas que diminuíram de tamanho estavam a de parlamentares ligados às atividades sindicais (reduziu pela metade), a bancada de parlamentares ligados à defesa dos direitos da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis) e a bancada de parlamentares ligados à defesa dos movimentos indígenas. Todas, ligadas a pautas que já eram sub representadas na Câmara, antes das eleições de 2014, e que viram seu tamanho ainda mais reduzido. Por outro lado, enquanto os empresários se mantiveram como a bancada mais representada, houve um considerável aumento no número de parlamentares eleitos com discursos religiosos e com forte apelo à segurança pública, ligados aos segmentos militares e policiais.

Os evangélicos começaram a buscar representação no Congresso a partir da redemocratização e, desde então, têm aumentado a cada pleito o número de cadeiras na Câmara dos Deputados. Em 2014, eles tiveram expressiva votação, levando à pauta a defesa de temas como o combate à descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de pessoas homossexuais e a defesa da moral cristã, da família e dos bons costumes (Mariano, 2011, p. 251). Já a bancada militar caracteriza-se por um discurso armamentista e de oposição aos

direitos humanos, outra característica que contribui para a formação de uma Câmara dos Deputados mais conservadora.

Diante dos dados sobre as mudanças eleitorais nessas duas legislaturas, surgem algumas questões: o perfil dos deputados mineiros na Câmara dos Deputados se assemelha ao perfil dos deputados eleitos em 2014? A Bancada Mineira refletiu as mesmas tendências, de fortalecimento e radicalização da direita, observadas na Câmara como um todo? A partir da análise do comportamento dos deputados mineiros é possível notar a proposição de projetos voltados para a redução do Estado e ligados à pauta do conservadorismo moral? Quais foram as principais mudanças ocorridas no âmbito da bancada em termos de perfil e agenda? Se não houveram mudanças significativas no perfil dos deputados mineiros, será que eles se tornaram mais permeáveis às pautas da direita radical?

Há razões para crer que a escolha pelo estado de Minas Gerais ofereça oportunidades interessantes para a geração de hipóteses que possam ser, posteriormente, testadas para um número maior de casos. Minas Gerais é o segundo estado mais povoado do país e possui o segundo maior colégio eleitoral, em ambos os casos, perdendo apenas para o estado de São Paulo. No entanto, diferente do cenário paulista, Minas possui o quadro de distribuição socioeconômica que mais se assemelha ao cenário nacional. Essa similaridade é percebida, por exemplo, se observada a distribuição dos municípios a partir do Índice de Desenvolvimento Humano por município (IDHM). Enquanto em estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o tipo de município mais frequente é aquele com IDHM considerado alto e os municípios com baixo e muito baixo IDHM quase não aparecem e em estados como os das regiões Norte e Nordeste, em que os municípios mais frequentes possuem IDHM baixo. A situação de Minas segue a mesma tendência de classificação dos municípios do país observado como um todo. Em dados percentuais vemos, em primeiro lugar, os municípios com IDHM “médio” (Brasil: 40,1 e MG: 64,7), seguido por “alto” (Brasil: 33,9 e MG: 26,4), “baixo” (Brasil: 24,6 e MG: 8,5), “muito alto” (Brasil: 0,8 e MG: 0,2) e “muito baixo” (Brasil: 0,6 e MG: 0)⁵. O estado possui microrregiões como o Vale do Mucuri com municípios com índices comparados aos encontrados nas cidades mais carentes do Nordeste e microrregiões desenvolvidas como a Grande Belo Horizonte com índices altos, comparáveis à região do ABC Paulista. Assim, por conter em seu território diferenças regionais significativas no que tange aos indicadores socioeconômicos, com populações vivendo em condições muito diferentes,

⁵ Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013

Minas é um estado que traduz muito bem o quadro de heterogeneidades e de desigualdades sociais tão evidentes no cenário nacional.

Em relação ao cenário eleitoral, Minas também se destaca como um estado que traduz muito bem os resultados gerais das eleições no país. Segundo Penha (2018) “as eleições presidenciais registradas nos períodos de 1994 a 2014 mostram que os resultados em Minas no primeiro turno foram os mais próximos dos registrados no Brasil”, algo que se comprovou no resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, quando os percentuais de votos válidos dos candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) em Minas e no Brasil, foram muito semelhantes. No Brasil o candidato do PSL alcançou 53,13% dos votos válidos e em Minas alcançou 58,19%, enquanto o candidato do PT alcançou 44,87% dos votos válidos distribuídos pelo país e 41,81% no estado mineiro.

Nos demais estados, outras tendências foram observadas como a vitória de Haddad com ampla vantagem (caso de todos os estados da região Nordeste), a vitória de Bolsonaro com ampla vantagem em estados da região norte como Acre, Rondônia e Roraima, e resultados mais difusos em estados onde os demais candidatos possuíam maior prestígio eleitoral.⁶ Essa tendência corrobora a visão de Minas Gerais como um termômetro eleitoral nas eleições presidenciais, caracterizando, assim, mais um aspecto em relação ao qual o estado apresenta similaridade com o contexto nacional, o que constitui uma das justificativas para a escolha desta unidade federativa como objeto de análise do trabalho.

O histórico da política estadual em Minas Gerais também foi um fator relevante para tal escolha. A herança da Primeira República, do início do século XX, contribuiu para formação de grupos políticos fortes ligados às oligarquias rurais do estado. Na Terceira República (1945-1964), enquanto em estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (que constituíam colégios eleitorais importantes) partidos associados ao campo popular (PTB e PCB) ganhavam força eleitoral, em Minas os partidos mais conservadores (Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN) polarizavam a disputa pelo governo estadual e a representação na Câmara dos Deputados.

Em Minas Gerais durante o período de 1945 a 1962, em todas as eleições, PSD e UDN representaram juntos mais da metade dos deputados federais eleitos no estado, enquanto o PTB jamais ultrapassou 13% dos parlamentares eleitos e o PCB não elegeu nenhum deputado. Diferente de estados como Rio de Janeiro e São Paulo onde, no mesmo período, havia maior dispersão entre os partidos e o PTB ganhava mais força eleitoral a cada pleito.

⁶ Fonte: TSE. Divulgação dos resultados das Eleições 2018

Essa é uma das razões que contribuiu para a construção de uma narrativa na qual o estado de Minas aparece como mais conservador, se comparado aos outros estados do Sudeste. A forte liderança e notabilidade de políticos emblemáticos que se valeram de discursos em prol da conservação e da moderação, como Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, contribuiu para o fortalecimento dessa narrativa.

Embora o PT tenha ganhado as eleições presidenciais no estado em quatro pleitos subsequentes (2002-2014), o estado também viu o surgimento de grupos radicalizados com um discurso conservador de direita; organizados, principalmente, na capital Belo Horizonte. Estes grupos ganharam adesão e espaço por meio das redes sociais, entre eles, os movimentos Direita Minas, Avança Brasil e o Politicamente Incorreto que contam com mais de 150 mil seguidores em suas páginas oficiais no *Facebook* e milhares de membros espalhados entre grupos informais nas redes sociais. Os encontros e manifestações promovidas por estes grupos nas principais cidades mineiras evocam, principalmente, a defesa do mandato de Jair Bolsonaro e o repúdio às manifestações do pensamento marxista. Neste sentido, é interessante realizar uma pesquisa que investigue se, e como, o surgimento e o fortalecimento de uma direita radical no estado teve eco na política institucional e na composição da elite política. Nossa hipótese é a de que a tendência de fortalecimento e radicalização da direita se fez sentir também na bancada mineira na Câmara dos Deputados, seja devido a uma mudança no perfil dos deputados, seja porque eles se tornaram mais permeáveis às pautas associadas a esse campo ideológico. Para verificar essa hipótese será realizada, no segundo capítulo, uma análise do perfil dos deputados e deputadas eleitas em 2010 e 2014, das proposições apresentadas por eles no período e de seus comportamentos em votações cuja temática divide de forma clara os campos da esquerda e da direita.

2.4 Foi mesmo pelos vinte centavos?

Este tópico apresenta uma discussão sobre os debates recentes em torno do ressurgimento e/ou radicalização de grupos de direita no país. O que pretendemos traçar aqui é uma narrativa dos eventos que permearam a história recente e que, de alguma maneira, estão relacionados com este processo de radicalização.

Veza e outra, ouvimos um descontente do governo suspirar: “*tudo isso por causa de vinte centavos*”; para muitas pessoas, as manifestações de 2013, no Brasil, foram a causa direta das transformações políticas no país, e esta não é uma associação tão sem sentido assim,

principalmente se nos lembrarmos de que logo depois de 2013, vieram as eleições contestadas de 2014, os protestos antigovernistas em 2015, o impeachment em 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018. Para alguns analistas, esse episódio (2013) representou, de certa forma, o empoderamento de um campo ideológico que não se utilizava de protestos de rua para manifestar suas ideias. No entanto, para que os protestos pudessem ser organizados, foi necessário que já houvesse uma estrutura de comunicação que permitisse o contato entre os sujeitos envolvidos, uma identificação que unisse os manifestantes em torno de uma mesma causa e um sentimento que os impulsionasse a, de fato, tornar públicas as suas insatisfações.

Muito se questiona também a respeito de “quem é essa direita que chega ao poder no século XXI”? Trata-se da velha direita que foi apenas repaginada ou, de fato, as novas tecnologias cumpriram o papel de difundir novas ideias para o surgimento de uma corrente de pensamento? Ou seria essa tendência uma resposta às políticas sociais de caráter progressista?

O interesse em torno da radicalização da direita no Brasil não provém da mera alternância de poder, visto que esta já está prevista no regime democrático. A grande novidade reside na ampla difusão, não apenas de manifestações de apoio a políticas conservadoras, mas de ideias e princípios morais que, até pouco tempo, não ocupavam os espaços públicos de debate entre a maioria da população. O que se observa é que enquanto para alguns esse “endireitamento” da política e do campo das ideias é algo recente, configurado sob a luz dos novos meios de comunicação, para outros, trata-se apenas da mesma velha direita que sempre esteve presente no cenário político, que apenas se customizou para falar uma linguagem mais popular e usufruir de um certo carisma.

Os protestos de junho de 2013 – movimento iniciado contra o aumento no valor da tarifa dos ônibus urbanos em algumas cidades brasileiras – reuniram manifestantes motivados pelos mais diversos fatores e de variadas orientações ideológicas – direitistas, esquerdistas, populares com baixo engajamento ideológico, estudantes, críticos do governo petista, dentre outros grupos – em um movimento histórico, tomados por um discurso reformista e anticorrupção.

Em sua análise sobre as manifestações daquele ano, Brugnaro e Chaia (2014) apontam este episódio como a origem de uma guinada à direita ou mesmo um divisor de águas, afirmando que na medida em que grupos de oposição ao governo ganhavam aqueles espaços, a agenda de protestos tornava-se cada vez mais diversa e fragmentada. O resultado foi um tipo de manifestação generalizada contra as instituições políticas, a corrupção e, principalmente, contra o governo federal, à época liderado pelo Partido dos Trabalhadores.

Apesar de a maioria das pessoas no pico do manifesto se considerar de centro, podemos dizer realmente que a dualidade esquerda e direita renasceu no Brasil mais forte do que nunca. A esquerda se entendeu na necessidade de não mais se contentar com um discurso conciliador centrista; precisava se identificar como esquerda e se diferenciar da nova classe de direita (Brugnaro e Chaia, 2014, p. 106).

Ao abordarem as manifestações, os autores dão uma entonação de “separação” entre antes e depois de 2013, tanto no que diz respeito aos rumos políticos do país quanto à uma polarização entre os grupos que resultou no fortalecimento de um discurso mais conservador. Algo interessante de se pensar seria que a crescente rejeição ao governo federal (petista) tenha provocado uma repulsa a toda uma agenda de políticas defendidas pelo PT, o que diretamente implicaria em uma afeição por políticos e partidos opositores e, por conseguinte, em uma adoção, pelos manifestantes, de um posicionamento ideológico que fosse oposto a tudo o que aquele governo representava, inclusive valores morais e sociais.

Cruz (2015, p. 13), ao se debruçar sobre o tema da ascensão da direita no país, também identifica uma vertente que se fortalece na atualidade levantando antigas demandas como a defesa da redução da maioridade penal, a intolerância cultural e religiosa, a defesa da adoção de um padrão moral e religioso, a crítica à programas sociais como o Bolsa Família, a defesa da austeridade fiscal até o questionamento do funcionamento das instituições democráticas, o que o autor chama de “inconformados do pleito de 2014”. Este, assim como os autores mencionados acima, identifica uma espécie de surgimento ou renascimento de forças políticas, ocasionado pela atmosfera dos protestos.

Já o trabalho de Débora Messenberg (2017, p. 634-640) enreda uma força política que resulta de eventos recentes: (1) o antipetismo – em que é atribuído ao Partido dos Trabalhadores a culpa tanto pela crise econômica do início dos anos 2000 quanto a responsabilidade pelos maiores esquemas de corrupção do país; (2) o conservadorismo moral no qual somente a família cristã, oriunda de um casamento legítimo e heterossexual é considerada digna da sociedade; e (3) os princípios neoliberais em que ideias como a meritocracia e o livre mercado, acompanhados da crítica aos programas sociais, resultam na eficiência econômica do país. De forma semelhante, Codato, Bolognesi e Roede (2015, p. 127) também vislumbram uma direita modificada que se utiliza de uma defesa radical dos valores da família tradicional e de uma entonação mais afetiva e apelativa para angariar novos seguidores.

Estes estudos dialogam com a hipótese de grupos que se utilizaram de novos e velhos argumentos para estabelecer sua legitimidade ao longo da onda de protestos, mas o que nos questionamos aqui é (1) o que precedeu ou o que possibilitou essas ações coletivas? E (2)

como essa vertente se sustentou, elevou o discurso e organizou suas ações para além de 2013? Partimos do pressuposto de que estas são perguntas centrais para que possamos começar a entender o que há de novo no Brasil.

Este fragmento do colunista Rodrigo Constantino, conhecido por publicações de livros e textos em jornais renomados, por sua forte defesa do liberalismo, no portal Instituto Liberal, expressa um pouco da trajetória trilhada pelos liberais no Brasil, por volta do início dos anos 2000:

“Quando comecei nessa batalha por mais liberdade, os liberais não conseguiam encher nem uma Kombi. Ou assim era a nossa brincadeira, com um tom de verdade. Usava então o Orkut como instrumento para debater, mostrar o outro lado, combater o esquerdismo. Éramos poucos mesmo, que tinham a coragem de se dizer liberais, de defender coisas como a privatização e o estado mínimo”.⁷

Constantino é o atual Presidente do Conselho do Instituto Liberal, membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL) e um dos ícones da direita na defesa da doutrina liberal no Brasil. Sua fala nos leva a pensar que o surgimento de grupos de direita radicalizados ocorreu muito antes dos ciclos de protestos de rua, ainda no início dos anos 2000. Em seu artigo sobre o avanço das direitas no país, Camila Rocha (2018) demonstra como a pré-existência de comunidades online voltadas para a comunhão de usuários descontentes com as políticas centro-esquerdistas e simpatizantes do neoliberalismo contribuiu para formação de espaços de debates e compartilhamento de ideias que germinou um sentimento de “inclusão” onde os membros antissistêmicos puderam se organizar, primeiro em grupos e comunidades virtuais, e em um segundo momento, transbordar suas visões de mundo para além da internet.

Esse mecanismo de interação social é um demonstrativo do que Chaloub, Lima e Perlatto (2018, p. 9) identificam como algo que se deu, primeiramente, em um plano cultural. Eles explicam que a insurgência dessas comunidades *online* coincidiu com uma maior difusão das ideias conservadoras também através de publicações de intelectuais do pensamento liberal. Podemos pensar a criação de uma retórica direitista como algo que começa a ganhar forma, na visão daqueles que não costumavam ver seus interesses sendo alimentados por escritores de referência, a partir de um tipo de legitimação ou reafirmação de que aqueles pensamentos possuíam espaço, representantes e um público interessado. Exemplo disso foi o jornalista Olavo

⁷ Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-papel-dos-liberais-na-imprensa-e-o-lancamento-da-rede-liberdade/>. Acessado em 11/10/2020.

de Carvalho (figura icônica do governo Bolsonaro) que após a publicação de livros nos quais fazia duras críticas a intelectuais de esquerda incorporou a internet e as redes sociais como meio de divulgar suas teorias e interagir com seus admiradores.

Com espaços e interlocutores, essa direita liberal que se organizava poderia, a partir de então, reagir às políticas de governo sob um novo prisma, com novos argumentos e com o conhecimento de que suas críticas não eram inautênticas ou solitárias, com a convicção de que existiam vozes que defendiam os mesmos ideias com crescente potencial de ecoar sobre o cenário cultural, social e político.

Diante deste cenário, não é difícil imaginar que os escândalos de corrupção envolvendo a alta cúpula do PT, em 2008, tenham sido um prato cheio para a reafirmação destes grupos, principalmente por conta da abordagem que os grandes veículos de comunicação dedicaram aos eventos. Neste momento, a identificação dessas pessoas ganha um novo aliado, o antipetismo. Importante observar que a crítica ao governo que se consolidava neste momento ganhava a forma de uma defesa da moralidade e da honestidade, isto é, estar contra a corrupção é um dever de todo cidadão que preza pela ética e pela integridade e, assim sendo, os bons cidadãos precisariam lutar contra um partido que se tornou o símbolo de uma má conduta. O mesmo se aplicava a lutar contra políticas de redistribuição de renda e políticas de integração racial, vistas como uma estratégia para a compra de votos; e contra as empresas estatais que, segundo o discurso da direita, seriam melhor geridas se estivessem fora do alcance do governo. No entanto, essa luta não seria fácil de ser expandida em um momento em que o governo era altamente popular, em que a economia se desenvolvia bem e, principalmente, em que as camadas mais baixas da população demonstravam enorme satisfação para com as lideranças do governo. Por isso, por mais que tenha se formado um espetáculo midiático em torno do “mensalão”, o campo popular continuou sustentando o governo e garantindo suas reeleições.

Com o desgaste provocado pelo julgamento do mensalão em 2012 e com a eclosão dos protestos de rua em 2013, o cenário político começa a mudar. Em primeiro lugar, porque as jornadas de 2013, que se iniciaram em junho daquele ano, tiveram amplo engajamento na internet e contaram com a participação de grupos muito mais diversos, incorporado novas reivindicações a cada dia, ganhando publicidade e adesão por parte da classe média. Em pouco tempo, o foco dos protestos deixou de ser o aumento das passagens e se tornou um grande movimento multifacetado que contestava, sobretudo, a corrupção e atores políticos do Congresso e do governo federal.

O estudo de Ridenti (2018, p. 47) demonstra como a composição destes protestos revelou um público muito mais representado pela classe média escolarizada, por jovens

universitários e por profissionais liberais do que pelas camadas mais baixas da população. Com a popularização dos protestos, tornou-se muito mais viável para os grupos conservadores tomar parte do movimento para incorporar suas próprias demandas, angariar seguidores e propagar seu antipetismo. Isso se tornou ainda mais viável diante da reação do governo frente aos manifestos. Sustentado pela alta aprovação de que usufruía as gestões petistas anteriores, o governo Dilma pouco dialogou com as queixas dos manifestantes e pouco agiu acerca de medidas anticorrupção, algo que surtiu um impacto negativo significativo em relação à aprovação do governo petista e promoveu uma fragmentação das forças políticas.

Ridenti (2018) sugere que uma das causas do abalo sistêmico vivido pelo Partido dos Trabalhadores tem como razão a sua própria agenda de políticas públicas e sociais. De acordo com o autor, que propôs uma análise da dinâmica social da crise política brasileira dos últimos anos a partir do reconhecimento dos atores que integraram os protestos de rua, a agenda dos governos petistas promoveu uma inclusão significativa da população pertencente às mais baixas camadas em alguns espaços sociais onde ela não tinha representação, mas, no entanto, evitou grandes reformas estruturais no que concerne à temas como reforma tributária e reforma agrária. Dessa forma, quando a possibilidade de uma crise econômica se aproximou, duas forças confrontaram-se: a primeira, composta pela classe baixa ascendente e ainda vulnerável que passou a atuar com vistas a não perder os espaços que já havia conquistado; e a segunda, composta pela classe média escolarizada, com vistas a manter seus privilégios e vantagens sociais e financeiras. Em um cenário no qual a recessão econômica começava a se revelar e com a fragilidade da imagem do PT, a elevação do discurso da direita tornou-se muito mais proeminente.

Assim, com as manifestações que ecoaram ao longo dos meses que se seguiram e com a queda da popularidade do governo Dilma, a direita viu nas eleições de 2014 uma oportunidade de barrar a continuidade do PT no governo. Contudo essa expectativa não se confirmou e a proposta de dar continuidade ao modelo de políticas públicas adotado pelos governos petistas surtiu grande efeito nessa eleição e mesmo com uma votação acirrada, Dilma Rousseff reelegeu-se, derrotando o candidato tucano, Aécio Neves.

Mas diante de uma eleição muito equilibrada e do apoio de um eleitorado que não aceitava o triunfo do “partido da corrupção”, a oposição mais atuante na época, representada por Neves e pela militância do PSDB, contestou fortemente o resultado eleitoral, iniciando um novo ciclo de protestos, dessa vez pelo *impeachment* da presidenta petista.

É notório como a crescente força direitista/conservadora ganhou eco diante de todos esses eventos. À essa altura, as denúncias de corrupção na Petrobrás já viralizavam entre os

meios de comunicação e a luta antipetista ganhou novos ares e mais popularidade. O que se observou foi um forte discurso de criminalização da esquerda e de tudo o que ela envolvia – intervenção econômica, defesa dos direitos das minorias, laicidade do Estado, políticas de integração racial, a pauta do meio ambiente, entre outros.

A essa altura, os tons de inúmeras bandeiras se mesclavam na luta contra o esquerdismo, com destaque para os apoiadores de Sérgio Moro – juiz que liderou as investigações da Operação Lava-Jato e caminhava para se tornar um ícone da moralidade no país. Além disso, merecem destaque algumas vertentes mais conservadoras da religião evangélica que lutavam contra causas progressistas como a união civil entre homossexuais e a descriminalização do aborto e que viram neste momento uma oportunidade para buscar expressão para além das igrejas, no Congresso e nas redes sociais. Assim a militância ultraliberal ganhava cada vez mais força através de um discurso moralista implacável que se utilizava dos escândalos para atribuir mais e mais veracidade às suas teorias radicais. Quando enfim, o *impeachment* se consolida, em 2016, o inimigo nacional, corporificado pelo PT se torna oposição e a direita radical chega ao poder, coroado pela vitória de Jair Bolsonaro em 2018.

Importante observar que esse resultado eleitoral tornou-se ainda mais relevante por contar com a articulação de diferente atores, partidos, movimentos sociais, intelectuais, artistas, juristas, militância radical, evangélicos, empresários, os *think tanks*, todos com maior ou menor adesão aos preceitos de um conservadorismo moral radicalizado, somando forças para, não apenas, alternar uma agenda que fizera parte do governo ao longo de 14 anos mas, principalmente, para transfigurar todo um paradigma ético, cultural, social, econômico e político a partir de uma nova concepção.

2.5 Os meios de comunicação e a construção de discursos ideológicos

O papel da imprensa brasileira – em especial das principais emissoras de televisão – vem sendo questionado há, pelo menos, três décadas. A principal e mais notória reivindicação parte dos grupos de esquerda que se veem sub representados, quando não, prejudicados pelas abordagens dedicadas a eles nesses meios de comunicação. De fato, estudos e pesquisas, dedicados ao tema, indicam que a imprensa brasileira possui protagonismo no cenário político, demonstrando ampla capacidade tanto de influenciar os processos eleitorais quanto de pressionar o poder público em relação a determinadas pautas.

No Brasil o recente processo de democratização não se estendeu ao setor da comunicação. A sociedade brasileira hoje é informada por um pequeno grupo de grandes empresas de mídia, todas ativas no contexto do regime militar, que apoiaram de maneira mais ou menos explícita. (...) Com as repetidas vitórias de candidatos do Partido dos Trabalhadores nos últimos quatro pleitos presidenciais, a grande mídia assumiu coletivamente o papel de oposição ao governo em exercício. Isso se reflete, entre outras coisas, em um tremendo viés antigoverno, antiesquerda e anti-PT (Feres Jr. e Assumpção, 2015, p. 75).

No entanto, nos últimos anos, o que se observa é que os meios tradicionais de comunicação já não são mais os únicos meios pelos quais os eleitores brasileiros se pautam para basearem suas escolhas eleitorais. A revolução digital e suas ramificações – redes sociais – são, atualmente, um dos principais meios pelos quais os eleitores recebem informações sobre os candidatos. Mais do que isso, as redes sociais permitiram que seus usuários promovessem verdadeiras campanhas virtuais, nas quais a interação entre os eleitores era adotada com o intuito de promover ou criticar as candidaturas. É neste cenário, de ampla interação entre usuários da internet, que se tornou comum, mesmo fora dos períodos eleitorais, o compartilhamento de ideias e valores políticos. Logo essa prática disseminou-se até que ganhasse dimensões inimagináveis, a ponto de fazer surgir novas lideranças, novos partidos, movimentos sociais e vertentes ideológicas.

É ainda neste cenário que se observa, nos últimos anos, no Brasil, um crescimento vertiginoso da quantidade de páginas e comunidades *online*, dedicadas a veicular e defender valores da direita – tanto os princípios e padrões mais reacionários, quanto os mais maquiados pela nova tendência. Esse movimento ficou ainda mais evidente na última eleição presidencial (2018), em que o volume de conteúdos com este teor foi constante durante todo o processo eleitoral.

Para Kaysel (2015, p. 70), os meios de comunicação de massa, ao concentrarem seu tempo na televisão, quase que exclusivamente, em torno da veiculação de escândalos de corrupção, exerceram um papel fundamental de oposição aos governos do PT. Não deixaram dúvidas de que sua intenção era a de fortalecer um viés com o qual a mídia brasileira flerta desde antes do golpe militar: a direita. Para Kaysel, esse comportamento repetiu-se entre a maioria das grandes empresas de telecomunicações do país.

Lima (2015) apresenta argumentos semelhantes. Segundo o autor, a grande mídia brasileira possui um total viés antiesquerdista e utiliza todos os seus recursos para operar em prol de seus ideais, mascarando seus interesses com lemas como a “defesa da democracia representativa, contra a corrupção e em defesa da liberdade de expressão” (p. 94). “Talvez o

melhor exemplo seja a implacável satanização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), há anos documentada em pesquisas acadêmicas” (Lima, 2015, p. 92). Para o autor, não só partidos e atores políticos são alvos da imprensa brasileira, mas, também, qualquer movimento social que contradiga os ideais conservadores apoiados por ela.

A generalização seletiva tornou-se a prática deliberada e rotineira da grande mídia e, aos poucos, as palavras “petista” – designação de filiado ao PT – e “mensaleiro”, se transformaram em palavras equivalentes a “comunista”, “subversivo” ou “terrorista” na época da ditadura militar (1964-1985). “Petista” e “mensaleiro” tornaram-se, implicitamente, inimigos públicos e sinônimos de corruptos e desonestos (Lima, 2015, p. 110).

Messemberg (2017) destaca tanto jornalistas vinculados à grande mídia, quanto políticos e movimentos de rede, como o “Movimento Brasil Livre” (MBL), o “Vem Pra Rua”, e o “Revoltados Online” como formadores de opinião que utilizam seus espaços para construir enquadramentos ideológicos. Por esses meios, seus seguidores se pautam para formar suas opiniões, escolhas e ações em um processo que, segundo a autora, “envolve tanto a repetição de padrões interpretativos e compreensivos de forma seletiva e manipuladora, quanto a de valores e símbolos dominantes no senso comum, que são assim retroalimentados e/ou reformados de forma dinâmica” (p. 626).

Para Lima (2014, p. 101), a insurgência de movimentos de direita, reproduzidos através das mídias digitais, apenas reflete o papel que a mídia tradicional já vem desempenhando há décadas: o papel de desqualificar a esquerda, os movimentos sociais e de atribuir para si a função de mediadores entre o povo e o poder público às custas de enfraquecer as instituições democráticas, isto é, desvitalizando os movimentos legítimos da democracia participativa enquanto pregam a defesa da mesma.

Interessante pensar que, se de um lado, questionamos as diferenças entre a velha e a nova direita; de outro, encontramos o mesmo dilema em relação aos veículos de comunicação, que se dividem entre a velha imprensa e as novas redes digitais, exercendo basicamente o mesmo papel de difundir ideais políticos sob uma roupagem contemporânea e um discurso mais acessível à população.

Rocha (2015) retrata os chamados *think tanks*⁸ como instituições importantes para a consolidação do discurso reacionário na atualidade. Segundo a autora, organizações como o

⁸De acordo com Rocha (2015) os *think tanks* podem ser definidos de modo mais genérico como instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais, como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas (p. 262).

Instituto *Milenium* e o Movimento Brasil Livre (MBL) são exemplos de instituições dedicadas a produzir e difundir informações e ideias direcionadas à sociedade. De acordo com Rocha, a proliferação deste tipo de organização no Brasil fez-se intensa a partir dos anos 2000, em destaque àquelas voltadas para reivindicar os governos do período. Com isso, a visibilidade das pautas políticas e econômicas defendidas pelo movimento neoliberal aumentou consideravelmente” (p. 275).

Para Barbosa (2017), os laboratórios de ideias – *think tanks* – mais difundidos atualmente no Brasil utilizam seus espaços para afirmarem um vínculo entre Estado máximo e corrupção e, a partir dessa associação de ideias, propagarem seus princípios liberais.

Apresentam-se como libertários ou libertarianos, numa interpretação de que o neoliberalismo tem como pressuposto a defesa da liberdade econômica e, aqueles, além do primado “da mão invisível do mercado”, defendem principalmente, as liberdades políticas sustentadas por um “Estado mínimo” e liberdades jurídicas, na valoração dos direitos individuais (2017, p. 3).

Nesta mesma linha, Moraes (2015) afirma que a nova direita é responsável por criar e multiplicar muitos dos *think tanks* no Brasil para que estes, por sua vez, preparem a arena eleitoral.

Para chegar ao controle sobre a percepção, à modelagem de mentes e corações, não basta difundir, “construir” mapas conceituais conservadores. É preciso dissolver (de qualquer modo) as tentativas de consolidação de mapas conceituais progressistas. Assim, na cena eleitoral, por exemplo, os *think tanks* não são apenas instrumentos de promoção de candidatos, partidos ou programas. São também “destruidores de reputações” – a reputação de pessoas, partidos, programas, ou bandeiras (Moraes, 2015, p. 241).

Para a maioria dos autores, o que une o jornalismo tradicional às organizações em rede são as táticas de manipulação em torno de projetos políticos. Neste sentido, uma hipótese bem observada é que, embora não possamos definir relações precisas de causalidade, o período em que o debate político se torna mais popular nas redes digitais é justamente o mesmo período em que o conservadorismo ganha o maior destaque na sociedade brasileira.

Neste sentido, uma questão que surge é: por que os grupos e movimentos ligados à esquerda não aproveitaram o espaço nas mídias digitais da mesma forma que os conservadores? Uma hipótese que surge acerca dessa questão diz respeito ao fato de os laboratórios e formadores de ideias serem tradicionalmente usados, em outros países, como mediadores de informação entre a direita e a opinião pública e, ao chegarem no Brasil, seus receptores somente replicaram aquilo que já vinha sendo feito no exterior. Outra hipótese seria a de que os novos formadores de opinião apenas replicam aquilo que os jornalistas das grandes emissoras sempre

fizeram e, para tal, apenas adaptam seu discurso para um modelo mais popular. De toda forma, para alguns autores, como Lima (2015, p. 111), houve um desleixo em relação à forma sobre a qual a esquerda brasileira se organiza na mídia, seja em torno do debate da regulamentação dos meios de comunicação tradicionais ou mesmo no que diz respeito à canais mais informais, como os próprios *think tanks*.

Em suma, é possível afirmar que qualquer análise acerca do crescimento da direita no Brasil perpassa o entendimento do papel exercido pelos meios de comunicação. No entanto, a facilitação da troca de informações – característica de uma sociedade informatizada – não pode carregar consigo o peso de ser o único fator capaz de nos explicar os eventos políticos recentes. Movimentos contrários a políticas de redistribuição de recursos sempre se fizeram presentes na sociedade.

O debate empreendido nesta seção mostra que a direita brasileira, seja ela velha, nova ou repaginada, caracteriza-se por um conjunto de ideias, valores e projetos políticos bem delineados que permitem distingui-la do campo da esquerda. Logo, reforça nossa escolha em analisar o perfil dos parlamentares, sua agenda e seu comportamento como estratégia para investigar a extensão da penetração das ideias, valores e projetos da direita na elite política parlamentar, mais especificamente, na bancada mineira na Câmara dos Deputados. Ou, em outros termos, investigar em que medida os deputados mineiros na Câmara têm sido veículos importantes de propagação das ideias e propostas da direita.

3. CAPÍTULO 2 – O PERFIL DOS DEPUTADOS

Os estudos sobre elites políticas no Brasil sugerem que o perfil e a trajetória dos atores políticos estão relacionados à sua ideologia, com diferenças marcantes na origem social de políticos filiados à direita e à esquerda. Muitas dessas pesquisas concentram-se em observar deputados federais e versam sobre o perfil dos parlamentares brasileiros, mobilizando variáveis relevantes para o presente estudo. Por isso, antes de apresentar os dados referentes ao perfil dos parlamentares observados nesta pesquisa é preciso evocar autores que já contribuíram para este debate.

Um estudo que se propõe a analisar a trajetória de deputados federais está preocupado tanto com o comportamento observado ao longo da carreira destes atores, enquanto parlamentares, quanto com os motivos que os fizeram trilhar determinado caminho, ou seja, quais foram os motivos que os impulsionaram a tentar a eleição por este ou aquele partido/cargo, através deste ou daquele discurso, focalizando este ou aquele eleitorado, etc. O recrutamento eleitoral representa uma das dimensões do processo de formação das elites políticas (Braga e Bolognesi, 2013, p. 5). Sem dúvida, para que possamos interpretar as informações sobre o perfil e a trajetória dos parlamentares mineiros, precisamos trazer à tona alguns apontamentos a respeito de recrutamento e trajetória dos atores políticos.

Marengo e Senra (2007) em uma análise comparativa entre Brasil, Chile e Uruguai a respeito do recrutamento para a Câmara Baixa, argumentam que é possível perceber padrões nas carreiras políticas dos parlamentares em termos de perfil socioeconômico, categoria profissional, experiência associativa anterior à carreira política, idade e nível de fidelidade partidária dos deputados.

Para os autores, esquerda e direita distinguem-se desde o recrutamento eleitoral, focalizando em categorias profissionais específicas para captar candidatos. Segundo eles, partidos de esquerda “ampliam a representação política de categorias e setores sociais subalternos e a inclusão de redes associativas da sociedade civil sobre novas e velhas questões sociais na arena política” (2007, p. 109) uma vez que, na maioria das vezes, se concentram em candidatos que atuam no serviço público ou assalariado.

Os partidos à esquerda, de origem ideológica e mais longevos, recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais, os quais, por depender da estrutura organizacional partidária e associativa para compensar a carência de recursos eleitorais próprios, terminam adotando

estratégias baseadas em carreiras partidárias endógenas (Marengo e Senra, 2007, p. 93).

Já os partidos mais à direita, elegem, em sua maioria, candidatos da elite empresarial.

Partidos conservadores apresentam padrões de recrutamento social mais elitista e tradicional, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada, com menor dependência da estrutura organizacional partidária, seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária (Marengo e Senra, 2007, p. 93).

Rodrigues (2002) notou resultados semelhantes em sua pesquisa intitulada “Partidos, ideologia e composição social”, na qual o autor analisou o perfil “sócio ocupacional” dos deputados federais eleitos em 1998. À época, o autor percebeu uma forte presença de padrões quanto à escolaridade, categoria profissional e montante de bens declarados pelos deputados. Segundo Rodrigues, a dimensão patrimonial indica que os partidos buscam agregar segmentos sociais distintos e que, portanto, a Câmara dos Deputados não pode ser compreendida sem que se leve em conta a composição social dos partidos.

Os partidos com proporcionalmente mais empresários em suas bancadas têm as porcentagens mais elevadas de deputados nas faixas de alto patrimônio. O PFL, em comparação com o PPB, tem mais parlamentares nessa faixa (29% contra 22%). Os dois partidos de centro ficam numa posição intermediária, com o PMDB superando o PSDB. O mesmo não ocorre no caso dos dois partidos classificados como de esquerda. Na faixa de alto patrimônio, estão 9% dos membros da bancada do PDT e nenhum da bancada do PT (Rodrigues, 2002, p. 39).

Resende e Epitácio (2016), em seu estudo sobre o recrutamento de mulheres para a Câmara dos Deputados na eleição de 2014, notaram que partidos de esquerda e direita diferenciam-se não só quanto ao maior ou menor recrutamento de candidatas mulheres para compor suas legendas, como, também, em relação ao perfil social, educacional e o vínculo político familiar dessas mulheres. As autoras demonstraram como as mulheres possuem maior representação em partidos mais à esquerda e que “46,3% das mulheres eleitas pertencem aos partidos de esquerda; 31,5% aos partidos de direita; e 22,2% aos partidos localizados no centro do espectro ideológico” (p. 357). À exemplo das pesquisas publicadas por estes e outros autores que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos sobre recrutamento e trajetória

parlamentar no Brasil, este capítulo seguirá trazendo os resultados obtidos a partir da análise dos deputados mineiros.

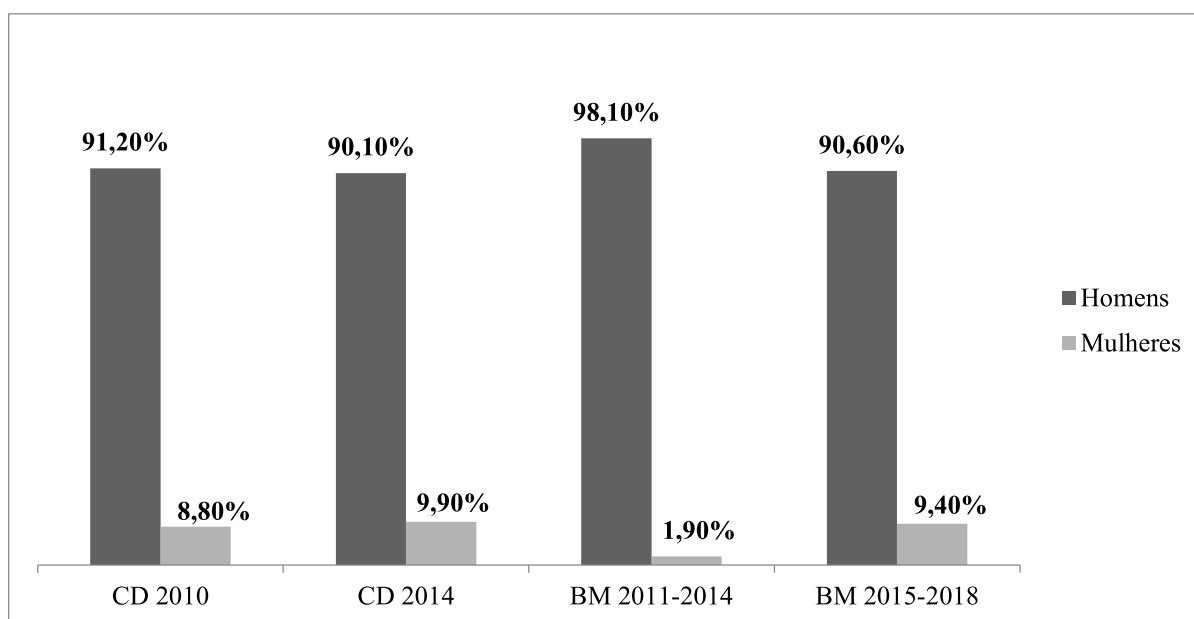
O estado de Minas Gerais elege 53 deputados para a Câmara dos Deputados. A base de dados criada para analisar o perfil dos deputados federais considerou a biografia dos 68 parlamentares mineiros que exerceram mandato na condição de titulares entre 2011 e 2018. Dos 53 eleitos em 2014, 35 já exerciam mandato na legislatura anterior e apenas 15 eram novatos.

As informações catalogadas para a elaboração do perfil foram: sexo, cor/raça, estado civil, faixa etária, escolaridade, ocupação, bens declarados, mesorregião, número de mandatos, partido político (no ano da eleição e depois de tomarem posse) mudanças de partido e experiência associativa prévia. Além dessas categorias, pretendia-se inicialmente incluir a categoria religião, uma vez que essa variável nos traria informações de alta relevância para a compreensão da trajetória e do comportamento parlamentar dos deputados. No entanto, a grande maioria dos deputados não forneceu informações sobre suas religiões nas biografias consultadas e, por isso, não pudemos incluir tal categoria.

Todos os dados foram extraídos a partir das biografias dos deputados, presentes no site da Câmara dos Deputados, no Portal da Justiça Eleitoral (TSE) Divulgacand e no Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Sempre que possível, tentaremos comparar o perfil da bancada mineira nas duas legislaturas analisadas com o perfil do conjunto de deputados e deputadas eleitos em 2010 e em 2014 para a Câmara dos Deputados. Dessa forma, poderemos identificar não apenas as mudanças na bancada mineira de uma legislatura para a outra, mas as suas singularidades em relação à Câmara com um todo.

A primeira informação analisada diz respeito ao sexo e confirma um padrão que sempre foi notável na arena política brasileira: a sub-representação da mulher. Ainda que tenha havido uma elevação no percentual de deputadas federais de uma legislatura para a outra, é notável a discrepância entre homens e mulheres, considerando-se que as mulheres representam 51% da população brasileira e 51% da população do estado de Minas Gerais (Censo 2010). Se a sub-representação das mulheres já é grande para a Câmara como um todo, ela ainda é maior na bancada de Minas Gerais com destaque para a legislatura de 2011-2015 na qual havia apenas uma mulher exercendo mandato.

Gráfico 1 – Deputados(as) na CD e na Bancada Mineira por sexo (2010-2018)



Fonte: Elaboração própria. Dados do Portal da Câmara dos Deputados.

A minirreforma eleitoral de 2009 teve como objetivo aperfeiçoar a lei de cotas introduzida em 1996 e reduzir a desigualdade de representação entre homens e mulheres. A partir dessa mudança, os partidos passaram a ser obrigados a preencher (e não apenas reservar) um mínimo de 30% das vagas na legenda para um dos sexos. No entanto, essa medida, obviamente não bastou para aumentar a quantidade de mulheres na Câmara. Nota-se que de 2010 para 2014, o percentual ficou praticamente inalterado. Na bancada mineira observou-se um tímido aumento se comparadas as duas legislaturas.⁹

Estes resultados indicam um vasto horizonte entre a garantia de um contingente mínimo de candidaturas femininas e, de fato, a sua eleição. Seja por falta de recursos para custear as campanhas dessas mulheres ou pela, total, falta de incentivo para que essas candidaturas sejam levadas adiante, permanece o quadro de desigualdade entre homens e mulheres na representação na Câmara dos Deputados e a bancada mineira não foge à regra.

O dado sobre sexo dos representantes isolado não diz muito sobre possíveis mudanças da bancada mineira em termos ideológicos. Não se pode tomar como premissa que as mulheres sempre estarão alinhadas a uma agenda feminista ou que tenderão a se alinhar à esquerda e ao campo progressista. Estudos recentes, como a dissertação de mestrado de Beatriz

⁹Somente nas eleições de 2018 a representação das mulheres na CD teve um aumento significativa, saltando de 51 para 77.

Rodrigues Sanches (2017, p. 89) tem chamado a atenção para a necessidade de distinguir entre uma agenda feminista – que inclui as bandeiras e reivindicações históricas dos movimentos feministas – e uma agenda feminina, de modo mais geral, visto que a bancada feminina na Câmara dos Deputados não possui uma defesa homogênea das causas feministas. Algumas questões, como a violência contra as mulheres, são tratadas com igual interesse pela bancada, mas outras questões, como a legalização do aborto, por exemplo, divide a opinião das parlamentares. Mesmo que os partidos de esquerda tendam a oferecer mais espaços e oportunidades para as mulheres em comparação com os de direita, como mostraram Rezende e Epitácio (2017, p. 357), não se pode inferir que o aumento do número de mulheres se traduza automaticamente em fortalecimento do campo progressista. As autoras mostram que as mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em 2014 enquadram-se em um perfil muito semelhante ao que Marenco e Senra (2014) classificam como perfil conservador mais voltado à direita, isto é, deputadas com alto nível de escolaridade, a maioria delas profissionais liberais e acima dos 41 anos.

Além disso, o cenário político brasileiro atual dá mostras de mulheres fortemente alinhadas a um discurso de direita. A jornalista paranaense Joice Hasselmann, eleita em 2018 deputada federal pelo PSL no estado de São Paulo foi a do Portal mulher mais bem votada da Câmara dos Deputados no país. Teve 1.078.659 votos por São Paulo, ficando atrás apenas de Eduardo Bolsonaro, que fez 1.843.715. Hasselmann tem sido importante veículo do discurso conservador, anticorrupção e de crítica ao ideário esquerdista. A deputada que se autointitulou “Bolsonaro de saias” tornou-se, em 2019, a líder do governo no Congresso. Outro exemplo, Janáina Paschoal, a advogada que protocolou o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef em 2016, também elegeu-se deputada estadual por São Paulo, como a parlamentar mais bem votada da história do país. Paschoal tornou-se famosa em todo o Brasil durante o processo de *impeachment* em 2016 e por apresentar um forte discurso anticorrupção e de oposição aos governos petistas. Ambos os exemplos mostram a presença de mulheres bem escolarizadas e de alto nível econômico atuantes na política brasileira, no campo da direita radical.

Outro aspecto relevante acerca do recrutamento de mulheres, abordado por Resende e Epitácio (2017) diz respeito ao tipo de capital adquirido pelas candidatas antes da eleição. As autoras demonstram como, entre os partidos de esquerda, há uma concentração maior de mulheres envolvidas com movimento sociais e de classe, enquanto que, entre os partidos de direita, é maior o percentual de mulheres que já possuíam algum capital político oriundo do parentesco, ou seja, mulheres que possuem pais, maridos ou outros membros da família como

políticos consolidados e que, por isso, já lançaram suas candidaturas dispondo de uma herança política familiar.

Na legislatura de 2010, a única representante mulher de Minas era Jô Moraes, do PCdoB, um partido de esquerda. Na legislatura seguinte, além da reeleição da deputada do PCdoB, foram eleitas Margarida Salomão, pelo PT, também de esquerda, e três deputadas, pelo PTC, PMN e PSC, situados à direita.¹⁰ A deputada do PSC, Raquel Muniz, quando eleita, era esposa do prefeito em exercício de um município importante do Norte de Minas. A deputada do PTC, Brunny, é evangélica e casada com um empresário e deputado estadual de Minas Gerais. Também apresenta-se como uma mulher conservadora e crítica de pautas como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. E, por último, assim como as demais, a deputada do PMN, Dâmina Pereira, também herdeira política do marido, contribuiu para o avanço da direita nos últimos anos. Todas as três votaram a favor do impeachment de Dilma Roussef, contra a cassação do mandato do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, a favor da Proposta de Emenda Constitucional que estabeleceu o congelamento de gastos com educação e saúde por vinte anos, proposto pelo presidente Michel Temer, e se manifestaram em direção semelhante em outras votações significativas para os partidos de direita. O fato de que as três deputadas novatas sejam herdeiras políticas de um homem da família corrobora o que já havia sido apontado em outros estudos que mostram que o “capital político familiar” é crucial para o ingresso de mulheres na política, principalmente em partidos de direita (Miguel, Marques e Machado, 2015).

O número de mulheres na bancada mineira na Câmara dos Deputados quintuplicou de 2010 para 2014, mas isso não significou, necessariamente, o fortalecimento da agenda feminista ou de pautas progressistas de esquerda. O quadro tornou-se mais heterogêneo com a presença de mulheres de partidos de esquerda e de direita, com vantagem para as últimas. Isso por estar indicando uma maior preocupação dos partidos de direita em relação ao recrutamento de mulheres alinhadas com as pautas e bandeiras que lhe são próprias.

A segunda dimensão observada foi a cor/raça declarada pelos parlamentares. Nesta esfera fica evidente a predominância de parlamentares da cor branca, algo que, assim como os dados sobre sexo, já era esperado. Nota-se também que, na primeira legislatura analisada, um

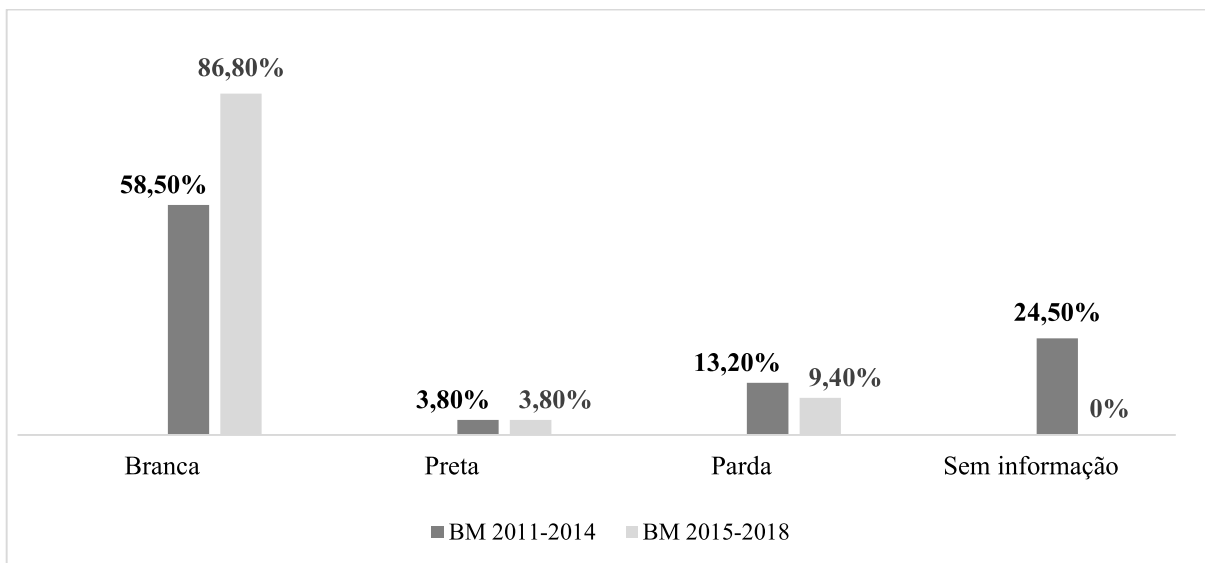
¹⁰Ao longo de todo trabalho utilizaremos como referência para a classificação dos partidos no continuum ideológico esquerda-direita, as conclusões apresentadas por Madeira e Tarouco (2015, p. 38). Os autores se basearam nas opiniões de estudiosos do tema (eleições e representação política e instituições) que, no 10º Encontro da ABCP, em Recife, foram convidados a responder a um questionário situando os partidos políticos brasileiros em uma escala de sete pontos, em que 1 representava extrema esquerda e 7 a extrema direita.

quarto dos parlamentares não declarou esta informação. Isso ocorre porque somente a partir das eleições de 2014, o TSE passou a exigir que os candidatos autodeclarassem a cor ou a raça. É perceptível, ainda, o baixíssimo percentual de parlamentares que se autodeclararam negros, em ambas as legislaturas, menos de 4%. Esse dado torna-se, ainda, mais significativo se pensarmos no percentual de negros e pardos no Brasil, 50,7%, segundo o Censo 2010, e em Minas Gerais 53,5%.

Quando observamos os números gerais da Câmara dos Deputados, percebemos que a situação de desigualdade de representação vivida em Minas é apenas um reflexo do que ocorre no Brasil. Em 2014, dos 513 deputados federais, somente 22 se autodeclararam pretos (4,28%), 81 se autodeclararam pardos (15,78%) e 410 se autodeclaravam brancos (79,92%).

Campos e Machado (2017), em seu estudo sobre a representação dos negros na legislatura de 2015-2018, mostram que as principais diferenças entre candidatos brancos e não brancos é observada nos grupos com mais acesso a instrução, patrimônio e financiamento, que são exatamente os grupos com maiores chances no processo eleitoral. “Ser de classe alta tem um impacto substantivo no percentual de votos recebidos” (p. 138). Os autores explicam que, além de deputados pretos não terem acesso à financiamentos de campanha significativos, eles precisam adaptar suas campanhas ao problema da falta de “recursos sociais eleitoralmente valiosos, como nível educacional e origem de classe” (p. 122) e, por isso, já iniciam o processo eleitoral em condição de desvantagem em relação aos candidatos brancos.

Gráfico 2 – Bancada Mineira na Câmara dos Deputados por raça/cor (2010-2018)



Fonte: Elaboração própria. Dados do Tribunal Superior Eleitoral

Os dados mostram que na bancada mineira não houve mudança em relação ao número de deputados que se declararam pretos. Os dois únicos parlamentares que se identificaram como pretos, Leonardo Monteiro e Miguel Corrêa, são do PT; já eram deputados na legislatura 2010-2014 e foram reeleitos em 2014. Como houve redução do percentual que se declarou pardo é possível afirmar que a bancada mineira na Câmara dos Deputados ficou “mais branca” de uma legislatura para a outra com a obrigatoriedade da auto declaração. Em 2010 foram 17% de pretos e pardos contra 13,2% em 2014. Já no órgão legislativo como um todo, de acordo com dados do TSE, houve um aumento de mais de 100% de pretos e pardos de 2010 para 2014. Eles passaram de 8,4% em 2010 para 19,9% em 2014. Destaca-se o fato de que a partir de 2014, muitos deputados que antes não declaravam esta informação passaram a declarar. Considerando então, os dados relativos à eleição de 2014, o fato é que, pelo menos 80% dos membros da CD é branca.¹¹

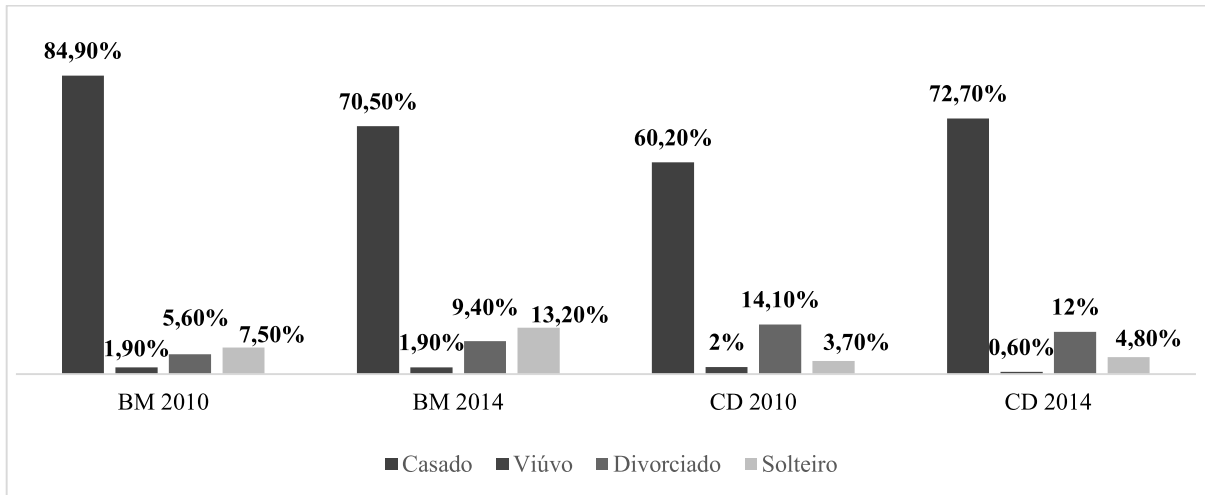
Assim como no caso do sexo, não é possível supor qualquer alinhamento automático dos negros ou pardos com ideias, projetos e valores da esquerda. O fato de se constituírem em um grupo historicamente marginalizado e excluído, de comporem a maior parte da população de baixa renda e, por isso, serem os principais beneficiários de políticas de cotas e de transferência de renda, não implica, necessariamente, um alinhamento automático com a esquerda. O vereador paulista Fernando Holiday do Democratas (DEM) ilustra bem essa situação. Negro, jovem, homossexual, ganhou visibilidade a partir da produção de vídeos na internet. Membro do MBL, eleito por um partido tradicional da direita brasileira, Holiday teve como uma de suas principais pautas durante o processo eleitoral, o projeto “Escola se partido” uma das principais bandeiras da direita no país. Portanto, pelo critério da raça não é possível identificar mudanças significativas na composição da bancada mineira que pudessem estar correlacionadas com uma mudança no perfil ideológico dos deputados.

O gráfico 3 apresenta informação sobre o estado civil dos deputados eleitos. Na bancada mineira, em ambas as legislaturas, observa-se a predominância de pessoas casadas, com apenas um pequeno aumento de parlamentares solteiros na legislatura eleita em 2014. É possível que essa alteração esteja associada ao aumento de deputados mais jovens, como será discutido a seguir. Em comparação, a Câmara em geral apresenta números um pouco mais

¹¹ Não foi possível encontrar os dados desagregados para os eleitos em 2010, apenas o percentual de pretos e pardos

elevados de deputados não-casados, muito embora, os parlamentares casados sejam a maioria nas duas legislaturas.

Gráfico 3 – Deputados(as) na CD e na Bancada Mineira por estado civil (2010-2018)



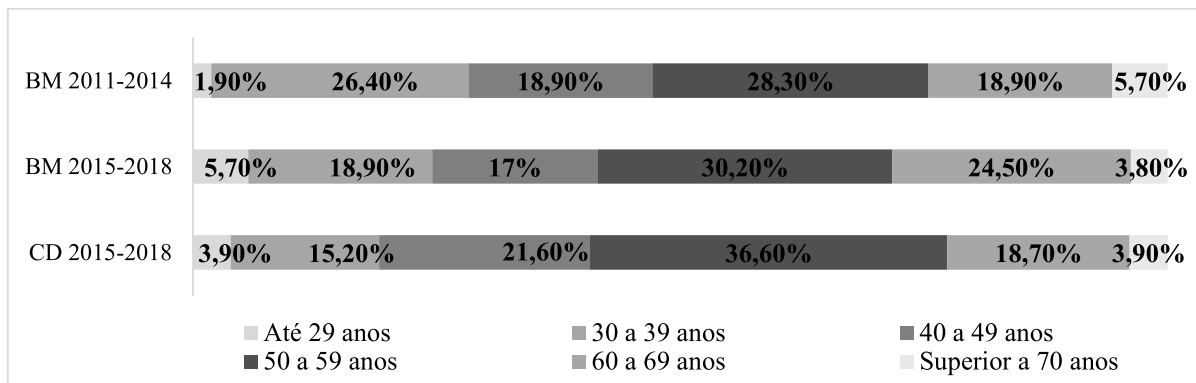
Fonte: Elaboração Própria. Dados do Tribunal Superior Eleitoral

É bastante difícil fazer qualquer inferência sobre alinhamento ideológico a partir de informações sobre o estado civil. Por outro lado, é importante destacar que, no Brasil, o fato de ser casado é culturalmente associado a um indicador de sucesso pessoal e de alinhamento moral. Isso se materializa, por exemplo, no uso do slogan “Família Tradicional Brasileira” amplamente difundido nas campanhas eleitorais dos partidos de direita como uma forma de menosprezar a instituição de famílias de composição não-tradicionais, principalmente as famílias criadas pela união de pessoas do mesmo sexo. Uma hipótese para explicar o predomínio de pessoas casadas entre os eleitos é a de que os candidatos que cultivam relações familiares tradicionais imprimam maior confiança entre o eleitorado. Embora seja razoável pensar que pessoas casadas tendam a apresentar um perfil mais conservador e, portanto, mais próximo às ideias e valores da direita, as relações entre estado civil e alinhamento ideológico dependem de investigação empírica.

Em relação à idade dos deputados, a comparação entre as duas legislaturas revela que a faixa etária predominante variou de 50 a 69 anos. A faixa que sofreu maior variação foi a de 50 a 59 que aumentou em praticamente 10 pontos percentuais de uma legislatura para a outra. A segunda maior variação foi observada entre os deputados entre 70 e 79 que tiveram sua presença diminuída em 6 pontos percentuais. A terceira alteração mais significativa foi o

aumento de deputados mais jovens (20 a 29) em 4% de acordo com os gráficos. Esse aumento, entretanto, não abalou o predomínio histórico dos políticos mais velhos na bancada mineira da Câmara dos Deputados. Em relação aos dados de idade da Câmara em geral, tivemos acesso somente às informações referentes à legislatura 2015-2019. Comparando com Minas, o quadro geral de faixa etária dos deputados federais nos indica que deputados com idade superior a 51 anos somam mais da metade do total de deputados (58,5%). Assim, podemos considerar que a faixa etária de todos os deputados desta legislatura é mais avançada do que a faixa etária da bancada mineira.

Gráfico 4 – Deputados(as) na CD e na Bancada Mineira por faixa etária (2010-2018)



Fonte: Elaboração Própria, dados do Tribunal Superior Eleitoral

O senso comum nos levaria à hipótese de que os jovens solteiros tenderiam a se alinhar mais à esquerda e ao campo progressista, marcado por maior liberalização em relação aos costumes, maior tolerância à diversidade e às transformações da modernidade em comparação com os políticos mais velhos e casados. Estes últimos, em tese, estariam mais comprometidos com a defesa de valores tradicionais como a família e com a manutenção da ordem das coisas, isto é, com os costumes e as tradições dominantes.

Em relação ao recrutamento e a relação entre os jovens e os partidos políticos, Cicchelli (2009) acredita que o posicionamento ideológico dos partidos está relacionado à inserção dos jovens na política. Segundo o autor, a direita é caracterizada (1) por um baixo reconhecimento da capacidade política dos jovens e (2) pela valorização do processo de “iniciação”, segundo o qual os jovens podem se inserir nos partidos apenas como expectadores, para aprender a assumir responsabilidades com os políticos profissionais. Já a esquerda se caracterizaria por reconhecer nos jovens uma nova visão de mundo, com alto potencial para a produção de novos discursos e para a participação política.

A hipótese de Cicchelli aproxima-se de uma concepção muito difundida da noção da esquerda como território mais plural e aberto à diversidade de ideias e da direita como um espaço de valorização das tradições. No entanto, no Brasil recente, uma bancada mais jovem não implica, necessariamente, em uma bancada mais alinhada à esquerda ou às bandeiras ditas progressistas. O movimento “Vem pra rua” de 2013 foi justamente uma amostra da diversidade ideológica dos jovens manifestantes.

No caso específico da bancada mineira, o único deputado com menos de 29 anos eleito em 2010, Gabriel Guimarães, pertencia ao PT. Gabriel é advogado e filho do ex-deputado federal Virgílio Guimarães, um dos fundadores do PT no estado de Minas Gerais. Já na legislatura seguinte, eleita em 2014, os três deputados eleitos com idade inferior a 29 anos pertenciam a três partidos de centro e de direita: PTC, PSDB e PHS. Neste grupo estava a já mencionada deputada Brunny, eleita pelo PTC com apenas 25 anos, que é evangélica e casada com um empresário e deputado estadual de Minas Gerais e apresenta-se como uma mulher conservadora e crítica de pautas como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Caio Nárccio¹², eleito deputado com 28 anos (filho do ex-deputado federal Nárccio Rodrigues, preso em 2016, acusado de corrupção) teve passagem pelo movimento estudantil (foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da PUC Minas), presidente do Conselho Universitário de Minas Gerais (CEUNIR) e da Juventude Estadual do PSDB. Como deputado federal, Caio Nárccio integrou, entre outras, a comissão de educação, chegando a presidi-la em 2017. Em abril de 2016, na votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff, o deputado apareceu enrolado em uma bandeira do Brasil e embalado por um discurso exaltado: “Por um Brasil onde meu pai e meu avô diziam que decência e honestidade não eram possibilidade, era obrigação. Por um Brasil onde os brasileiros tenham decência e honestidade. Por Minas, pelo Brasil, para os jovens que estão lá fora nas ruas, verás que um filho teu não foge à luta¹³”. Em seguida, Nárccio disse sim ao impeachment, beijou a bandeira do Brasil.

Em outubro de 2016, já no governo de Michel Temer, o deputado votou a favor da aprovação da PEC 55 (Proposta de Emenda Constitucional conhecida como PEC do Teto dos Gastos, que congelou os investimentos públicos durante 20 anos) inviabilizando, inclusive, o Plano Nacional de Educação (PNE), que previa aumentar, gradativamente, o valor dos investimentos na educação pública, pauta esta que era de encargo do deputado em comissão

¹² Em agosto de 2020, Caio Nárccio, com apenas 33 anos, morreu vítima da Covid-19.

¹³ Transcrição do Discurso de Caio Nárccio no Plenário da Câmara dos Deputados, na votação do impeachment de Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016, retirada do site Estadão, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/meu-pai-dizia-que-decencia-e-honestidade-eram-obrigacao-declarou-em-votacao-do-impeachment-filho-de-tucano-preso/>. Acessado em 10/01/2021.

permanente da Câmara dos Deputados (Comissão da Educação). Em abril de 2017, o deputado votou favorável à Reforma Trabalhista de Michel Temer, que alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas¹⁴ e reduziu os direitos dos trabalhadores, estabelecidos desde 1943. Em agosto de 2017, Nárcio votou contra o processo em que se pedia abertura de investigação do Presidente da República, ajudando a arquivar as denúncias de corrupção que pesavam contra Temer. Em suma, embora o PSDB não seja um partido, historicamente, alinhado à direita radical, o posicionamento deste e de outros deputados psdbistas diante dos eventos que permearam o processo de radicalização das pautas da direita na história recente do país, corroboram a hipótese de uma maior porosidade de sebastas membros do partido à essas pautas. Isto é, a radicalização da direita na arena institucional, pode não ter se dado, exclusivamente, pela ascensão de novos parlamentares e partidos da direita radical, mas sim, pela atuação de políticos e partidos tradicionais que se aglutinaram em torno de uma agenda antiesquerdista.

Marcelo Aro, eleito deputado federal aos 27 anos pelo PHS¹⁵ (Partido Humanista da Solidariedade), é jornalista e ocupou seu primeiro cargo eletivo na Câmara Municipal de Belo Horizonte quando se elegeu vereador em 2012 (sendo, à época, o mais jovem vereador da legislatura e o segundo mais jovem em toda a história da casa, com apenas 25 anos). Assim como Caio Nárcio, Aro apresentou as mesmas respostas em plenário, nas votações pela admissibilidade do impeachment da presidenta petista, na aprovação da PEC do Teto de Gastos, na aprovação da reforma trabalhista de Temer e pelo processo de arquivamento das denúncias contra Michel Temer. No caso deste deputado, o posicionamento apresentado diante do contexto de radicalização da direita perpassa as raízes identitárias do seu partido, que desde sua formação defende pautas relacionadas ao conservadorismo e à moralidade cristã na política.

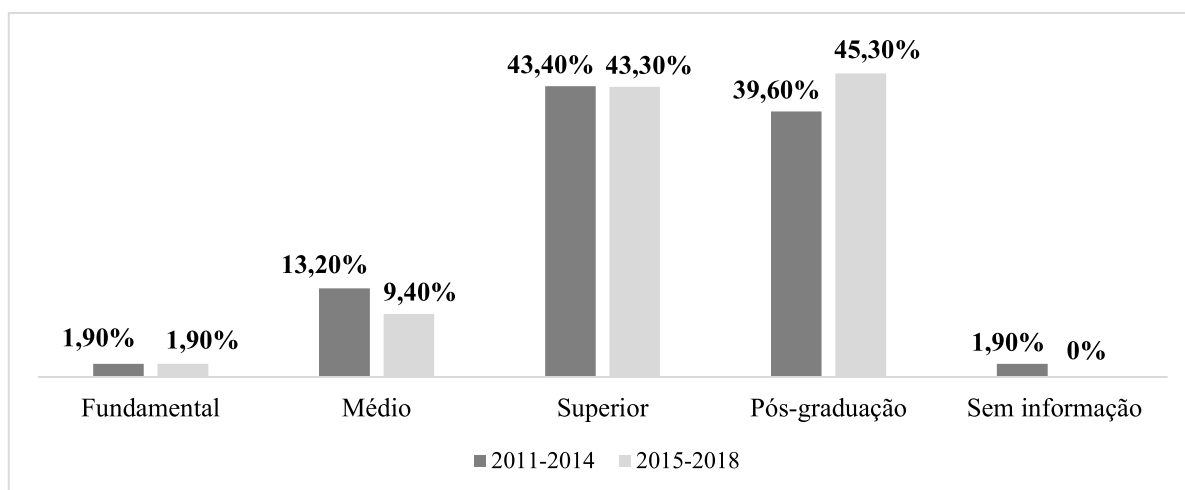
Quanto ao nível de escolaridade dos parlamentares mineiros, o gráfico mostra que a ampla maioria dos deputados cursou graduação ou pós-graduação – mais de 80% em ambos os casos. Interessante observar que o nível de escolaridade dos parlamentares mineiros é muito mais elevado do que o da média da população brasileira sugerindo que a grande maioria dos que se elegem possuem algum tipo de vantagem econômica e social e acesso privilegiado a oportunidades educacionais. A bancada mineira apresentou um ligeiro aumento no nível de

¹⁴ A reforma permitiu que acordos e negociações entre funcionários e patrões pudessem ser realizados, inclusive, se sobrepondo à legislação trabalhista; validou a modalidade dos contratos de trabalho remunerados por horas trabalhadas; contabilização do tempo de serviço efetivo para que atividades realizadas dentro das empresas como descanso, alimentação, higiene pessoal e troca de uniforme não fossem mais consideradas como horas trabalhadas; entre outras medidas que reduziram os direitos dos trabalhadores.

¹⁵ Em setembro de 2019, o plenário do TSE aprovou, o pedido de incorporação do PHS ao Podemos.

escolaridade de seus membros de uma legislatura para a outra. Enquanto o número dos parlamentares que cursaram até o ensino médio diminuiu, a proporção dos que cursaram pós-graduação aumentou em mais de cinco pontos percentuais. Essa alteração poderia, em algum sentido, apontar para maior elitização da bancada de Minas Gerais?

Gráfico 5 – Deputados(as) da Bancada Mineira por escolaridade (2010-2018)



Fonte: Elaboração própria. Portal da ALMG.

Segundo o portal do TSE¹⁶, 80% do total dos deputados federais eleitos no país, em 2014, possuíam, no mínimo, curso superior completo. Na Câmara como um todo, 2,9% dos deputados eleitos naquele ano (15 de 513) tinham escolaridade abaixo do ensino médio, 1% a mais do que a bancada eleita em 2014 por Minas Gerais. O percentual dos que tinham ensino médio completo foi de 8,8%, muito próximo dos 9,4% da bancada mineira. Assim como a bancada mineira, os números da Câmara dos Deputados demonstram a enorme discrepância entre o nível de escolarização da população brasileira e o nível de escolarização dos parlamentares.

No caso desta dimensão, o senso comum supõe que uma maior escolaridade vem acompanhada de uma maior capacidade de processar informações, informar-se sobre política e monitorar o comportamento dos representantes. No entanto, a relação entre escolaridade e ideologia mostra-se mais complexa. Uma pesquisa Ibope¹⁷ realizada há sete dias da eleição

¹⁶Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/442470-80-dos-deputados-federais-eleitos-tem-nivel-superior/>. Acessado em: 10/02/2020.

¹⁷Disponível em : <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/pesquisa-datafolha-veja-perfil-dos-eleitores-de-cada-candidato-a-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-e-regiao.ghtml>. Acessado em: 10/02/2020.

presidencial de 2018 mostrou que quanto maior o nível de escolarização dos grupos entrevistados, mais alto era o percentual de intenção de votos em Jair Bolsonaro. Inversamente proporcional foram os resultados para Fernando Haddad – candidato do PT – que liderava as intenções de votos entre os eleitores menos escolarizados.

Mas o nível de escolarização não é revelador somente entre os eleitores. É possível notar, também, que existem padrões no que concerne ao nível escolar dos deputados. Como mostra a Tabela 1, a maioria das profissões representadas na CD é de formação universitária e, quando observadas de perto, revelam a existência de tendência em relação ao partido e ao campo ideológico, ou seja, os extremos ideológicos materializados pelos partidos políticos diferenciam-se em relação aos segmentos sociais neles representados. Segundo Rodrigues (2002), por exemplo, a quantidade de professores presentes no PMDB é superior se comparada ao PFL, mas é muito inferior se comparada ao PT. PSDB possui grande número de juizes e advogados e empresários enquanto que o PT além de quase não possuir empresários, possui uma formação dividida entre operários, professores e profissionais liberais (p. 41). Segundo Rodrigues, essas são evidências de que não se pode compreender a dinâmica dos conflitos ideológicos na Câmara dos Deputados sem se considerar a formação socioeconômica dos parlamentares, e o nível de escolarização perpassa essa formação.¹⁸

Em relação à profissão dos parlamentares pesquisados, os resultados corroboram as afirmações de Marengo e Senra, de que os parlamentares são recrutados conforme um padrão de capital financeiro e social, sempre se destacando a forte presença de empresários e profissionais liberais. No caso da bancada mineira, as profissões mais frequentes nas duas legislaturas foram as de advogado, empresário, engenheiro, administrador, jornalista/comunicador/repórter, médico e produtor rural/pecuarista. Juntas, essas profissões somam 70% dos deputados eleitos em 2010 e 74% em 2014. As principais mudanças entre os eleitos por Minas Gerais foi o aumento do número de empresários e a redução dos engenheiros e produtores rurais.

Na bancada mineira, o número de deputados ligados às igrejas e às forças de segurança do Estado permaneceu o mesmo nas duas legislaturas (3 de 53 ou 5,7%). Padre João, eleito pelo PT, em 2010, foi reeleito em 2014. Mário de Oliveira, pastor, eleito pelo PSC em 2010 não se reelegeu em 2014. Alexandre Silveira, policial civil eleito pelo PSD em 2010 não

¹⁸ É provável que os padrões observados por Rodrigues (2002) para a legislatura eleita em 1998, tenha se modificado de lá para cá, especialmente depois que o Partido dos Trabalhadores chegou à presidência da República em 2002. Não seria de todo surpreendente observar hoje maior convergência no perfil dos deputados eleitos por partidos de esquerda e de direita.

se reelegeu em 2014. Em 2014, além da reeleição de Padre João, foram eleitos o Subtenente Gonzaga, pelo PDT, e o Delegado Edson Moreira, pelo PR.

Tabela 1: Deputados(as) da bancada mineira por profissão (2010-2018)

	2011-2014	2015-2018
Advogado	18,9	20,8
Administrador	9,4	7,5
Empresário	9,4	15,1
Engenheiro	9,4	5,7
Jornalista/comunicador/repórter	9,4	11,3
Médico	7,5	9,4
Produtor rural/pecuarista	5,7	3,8
Economista	3,8	1,9
Comerciário	3,8	1,9
Pároco/pastor	3,8	1,9
Professor	3,8	5,7
Policia civil/militar/delegado	1,9	3,8
Músico	1,9	1,9
Agrônomo	1,9	1,9
Agricultor	1,9	0,0
Dentista	1,9	0,0
Analista de sistemas	1,9	0,0
Autônomo	1,9	0,0
Secretária	1,9	1,9
Sem informação	0,0	5,7
Total	100,0 (53)	100,0 (53)

Fonte: Elaboração própria. Portal da ALMG.

Na composição da Câmara dos Deputados, como um todo, observamos bastante congruência com a bancada mineira quanto às ocupações. Segundo dados do DIAP, as ocupações mais representadas em 2014, no total da Câmara, foram as de empresário (35,4%), advogado (11,3%), médico (5,84%), administradores (4,09%), profissionais ligados à produção rural – agricultores, agropecuaristas e pecuaristas (2,92%), engenheiro (2,3%) e jornalistas (1,94%). Padrão semelhante foi encontrado por estudiosos analisando o perfil da elite parlamentar em outras ocasiões. Analisando a legislatura eleita em 2002 no Brasil, Marengo e Senra destacaram que:

A grande maioria das ocupações incide sobre as profissões universitárias, diferenciadas em dois grupos. Um setor clássico, que inclui as denominadas profissões liberais tradicionais, com destaque para a área jurídica e de medicina. (...) Afora a classe de ocupações com ensino superior, aparecem as

profissões vinculadas à organização do capital e à produção. O grupo abrange os produtores rurais, os empresários, os diretores de empresas e os comerciantes (Marenco e Senra, 2007, p. 95).

De acordo com análises realizadas por especialistas após a eleição de 2014, uma das formas pelas quais se manifestou o conservadorismo daquela legislatura, foi através da eleição de profissionais ligados à segurança pública (3,34% incluindo militares, policiais e delegados de polícia) e deputados evangélicos (15,98%)¹⁹, categorias que, tradicionalmente, comungam de valores conservadores; no caso dos militares, a defesa da redução da maioria penal, a liberação do porte de armas, a instauração da pena de morte; no caso dos evangélicos, principalmente, a oposição à defesa dos direitos da população LGBT e oposição ao aborto.

Quanto à segurança pública, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020, p. 194), o número de profissionais das forças de segurança pública – que inclui policiais militares, policiais federais, policiais rodoviários federais, bombeiros militares e forças armadas – eleitos para os cargos de deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores aumentou substantivamente nos últimos pleitos, passando de 27 em 2010, para 40 em 2014 e 116 em 2018. Desses profissionais, a grande maioria elegeu-se por partidos de centro-direita ou direita; 62,9% em 2010, 77,5% em 2014 e 89,9% em 2018 (em 2018, metade desses candidatos se elegeram pelo PSL, partido de Jair Bolsonaro). O Anuário, que apresenta os dados estatísticos das eleições, também contempla uma análise da conjuntura de transformações em torno do tema, segundo a qual o aumento da inserção de profissionais da segurança pública no cenário político deve-se, em parte, à motivações ideológicas, pois se consolidou como o resultado de dois fatores importantes: (1) da “construção de uma narrativa que tem conseguido resumir a política à guerra contra o mal, na qual os policiais são vistos como os guerreiros que irão repor a ordem, a moral e os bons costumes” (2020, p.161) e (2) das críticas dessas categorias em torno de sua suposta desvalorização nos governos petistas.

Acerca da tendência ideológica dos profissionais da segurança pública no país, a pesquisa realizada em parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e a Decode organizou um estudo sobre as preferências, símbolos e pautas ideológicas dos policiais militares, civis e federais, a partir das interações dos profissionais dessas categorias no *Facebook*. Os pesquisadores mapearam as atividades de 879 policiais na rede social, entre postagens, curtidas, comentários, compartilhamentos tanto no perfil pessoal quanto em grupos e páginas definidas como de direita radical. Entre os resultados destacam-se que os policiais

¹⁹A face e os números do novo parlamento. Congresso em foco, UOL, acesso em 12/02/2020.

militares demonstram maior engajamento com as pautas da direita do que os demais policiais. Entre os militares, a maioria dos assuntos compartilhados por eles se concentrou nos temas: comentários contrários às pautas LGBT (24%), elogios ao presidente Bolsonaro (20%), críticas à esquerda e ao PT (14%) e comentários contrários ao STF e ao Congresso (12%) (Decode/FBSP, 2020, p. 25).

Outro indício de que os profissionais da segurança pública formaram uma base de apoio para o sucesso eleitoral da direita radical foi a valorização dessas classes ante as demais categorias profissionais após a eleição de 2018. Em matéria ao Nexo Jornal, Camilo Rocha (2020)²⁰ resumiu uma série de medidas que explicam essa relação. Logo que assumiu a Presidência, Bolsonaro sancionou uma série de medidas que contemplaram a categoria da segurança pública, entre elas, uma medida provisória que expandiu a atribuição da AGU (Advocacia-Geral da União) para defender agentes de segurança que virarem alvos de inquéritos ou processos; uma reforma da previdência da categoria na qual, pelas regras aprovadas, membros das Forças Armadas, bombeiros e policiais militares passaram a receber salário integral ao se aposentarem, sem idade mínima obrigatória; uma lei que desvinculou as regras de disciplina das Polícias Militares das regras do Exército, extinguindo a pena de prisão disciplinar para policiais militares e corpos de bombeiros militares; e a edição de uma medida provisória que concedeu um reajuste salarial de até 25% para policiais civis e militares e bombeiros do Distrito Federal e de mais três estados.

Ainda que as pesquisas tenham sido realizadas depois da posse de Jair Bolsonaro, os dados sobre a eleição de profissionais da segurança pública, a penetração desses atores nas redes sociais em prol de um discurso radical de direita e a valorização da categoria a partir da vitória eleitoral do PSL na presidência, corroboram para a hipótese de que essa categoria está, muito provavelmente, vinculada ao fortalecimento da direita radical no país.

Em relação à radicalização dos parlamentares mineiros, oriundos dessas categorias profissionais, em torno de temas e propostas identificados como de direita radical ou de uma maior penetração de profissionais dessas áreas na Câmara dos Deputados no pleito de 2014, destaca-se que, em 2010, somente dois profissionais dessas categoria foram eleitos em Minas Gerais, o policial civil Alexandre Silveira (PSD) e o policial militar Subtenente Gonzaga (PDT), sendo que o segundo parlamentar, concentrou seus esforços, principalmente, com vistas a ampliar os direitos trabalhistas e políticos dos policiais militares, além de defender a ampliação

²⁰ “Qual o tamanho do bolsonarismo dentro das polícias militares”. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/11/Qual-o-tamanho-do-bolsonarismo-dentro-das-pol%C3%ADcias-militares>. Acessado em 03/12/2020

do porte de armas desses policiais para além das fronteiras de sua jurisdição (PL 6970/2013). Já na legislatura 2015-2018, o número de profissionais da segurança pública aumentou para três, dois deles eleitos pelo Partido da República (PR). Entre os projetos apresentados pelos parlamentares deste perfil profissional, destacam-se a ampliação do direito ao porte de arma de fogo particular para profissionais de instituições públicas ou privadas da área de segurança e do mercado bélico, a redução dos critérios para a aquisição de armas de fogo pelos cidadãos comuns e a proposta de classificar as manifestações populares de rua, de caráter ideológico, como atos de terrorismo. Observa-se que, neste nicho profissional, não houve um aumento significativo em relação ao número de parlamentares eleitos, de uma legislatura para a outra. Contudo, é notável que em 2010 as pautas defendidas por esses representantes tinham um caráter mais moderado e característico, não da direita radical, mas sim, da própria formação militar dos parlamentares; enquanto que, em 2014, houve uma ampliação dessa agenda, através das propostas de extensão do porte de armas de fogo para além dos profissionais da segurança pública e, principalmente, através da postura antidemocrática de criminalizar as manifestações da população, muito provavelmente, em resposta ao ciclo de protestos que ocorreram na época.

Quanto aos evangélicos, segundo Madeira e Queiróz (2018) trata-se de uma bancada que, devido ao seu prestígio junto aos eleitores e ao alto número de legisladores, usufrui de um privilegiado poder de influência, tanto na agenda do legislativo quanto do executivo. Segundo os autores: “líderes da bancada evangélica enfrentam governos e facções rivais com ameaças literais, que vão do trancamento das votações à abertura de processos políticos ou judiciais e à incitação da opinião pública para direcionar resultados eleitorais” (p. 203).

Na legislatura 2011-2014, a representação mineira na bancada evangélica posicionou-se, principalmente, em torno da criminalização do aborto e da defesa da legalidade de educação escolar domiciliar (como alternativa para assegurar a assimilação de valores tradicionais, nas fases de desenvolvimento moral das crianças e dos adolescentes). Já na legislatura 2015-2018, além do aumento do número de deputados mineiros na Frente Parlamentar Evangélica, houve também um aumento na quantidade de propostas relacionadas à pautas de cunho religioso e conservador; dentre elas, destacam-se o repúdio à prática do aborto, ao ensino de diversidade de gênero nas escolas (identificada por esses atores como ideologia de gênero), ao ensino de teorias sociais nas disciplinas de humanas nas escolas, e a toda e qualquer menção à teoria socialista de Karl Marx (identificada por estes atores como doutrinação marxista); além da defesa de temas mais vinculados à “família tradicional” como propostas de censura etária a manifestações artísticas com teor de nudez, sexualização e

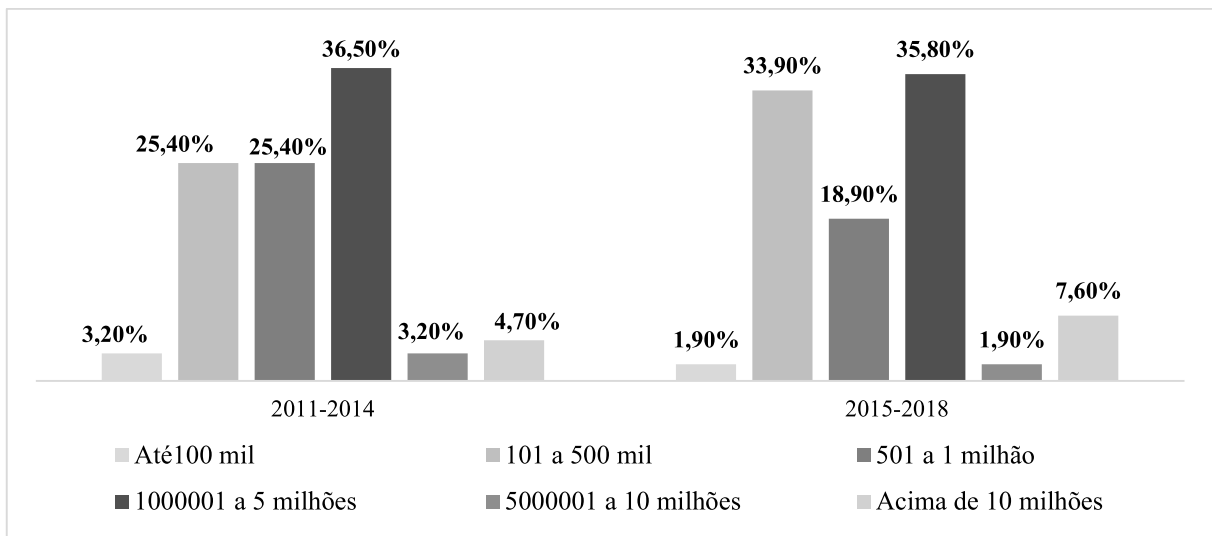
erotização, além de punição ao descumprimento das obrigações conjugais, como infidelidade sexual entre marido e mulher.

Observa-se que, de uma legislatura para outra, não só a quantidade de parlamentares orientados por um discurso religioso e conservador aumentou, como também, a defesa desses valores se tornou mais radical, tanto pela ação de deputados que já integravam a primeira legislatura, como os deputados evangélicos Lincoln Portela e Eros Biondini, quanto por deputados que iniciaram a carreira na Câmara em 2015, como o pastor evangélico Franklin Lima. Todos eles eleitos por partidos de direita.

Além do fato de algumas ocupações profissionais estarem diretamente ligadas a pautas mais conservadoras, como é o caso dos militares, há ainda uma relação, também difundida pelo senso comum, entre a ocupação e a ideologia, segundo a qual políticos que pertencem à elite econômica defendem os interesses do empresariado e políticos oriundos da classe trabalhadora identificam-se com a esquerda e direcionam seu trabalho para a defesa dos direitos dos trabalhadores. Neste caso, as pesquisas voltadas para este tema nos indicam que se trata de algo mais do que opiniões baseadas no imaginário popular. Segundo Marengo e Senra (2007, p. 95), a ocupação profissional dos deputados é fonte de análise para compreendermos as variações sociais presentes na CD.

Os autores explicam que é possível observar distinção entre o recrutamento partidário no que concerne à profissão, e que partidos de direita tendem a recrutar profissionais liberais com curso superior e empresários do ramo de produção e do agronegócio. Partidos como PFL, PPB e PMDB procuram candidatos com profissões universitárias liberais ou com vínculos na propriedade rural ou empresarial, enquanto partidos como PT preferem parlamentares da classe média e trabalhadora, com formação nas ciências econômicas e de formação humanística (Marengo e Senra, 2007, p. 96).

O gráfico 6 apresenta o montante de bens declarados pelos deputados federais da bancada mineira em reais até a data da candidatura. Foram criadas seis categorias para classificar o nível econômico dos parlamentares. Em ambas as legislaturas a categoria predominante foi de entre 1 e 5 milhões de reais. A categoria que teve menor representação foi a dos deputados que declararam possuir bens avaliados em até 100 mil reais. Quanto às variações mais notáveis pode-se mencionar o crescimento dos grupos 2 e 6. Em ambas as legislaturas, observou-se que o grupo de menor representação é o que possui menor capital econômico.

Gráfico 6 – Bens declarados pelos deputados(as) da Bancada Mineira (2010-2018)

Fonte elaboração própria. Dados do Tribunal Superior Eleitoral

Mais uma vez, a Câmara dos Deputados e a bancada mineira demonstram características semelhantes. Segundo a matéria de Reis (2014), publicada no Portal G1, quase a metade dos deputados eleitos em 2014 era formada por milionários. Se em 2010 o número de parlamentares com renda superior à 1 milhão de reais era de 194; na legislatura seguinte este número saltou para 248 (48,34% da Câmara). De acordo com a matéria, Minas Gerais é o segundo estado com o maior número de milionários, perdendo somente para São Paulo.

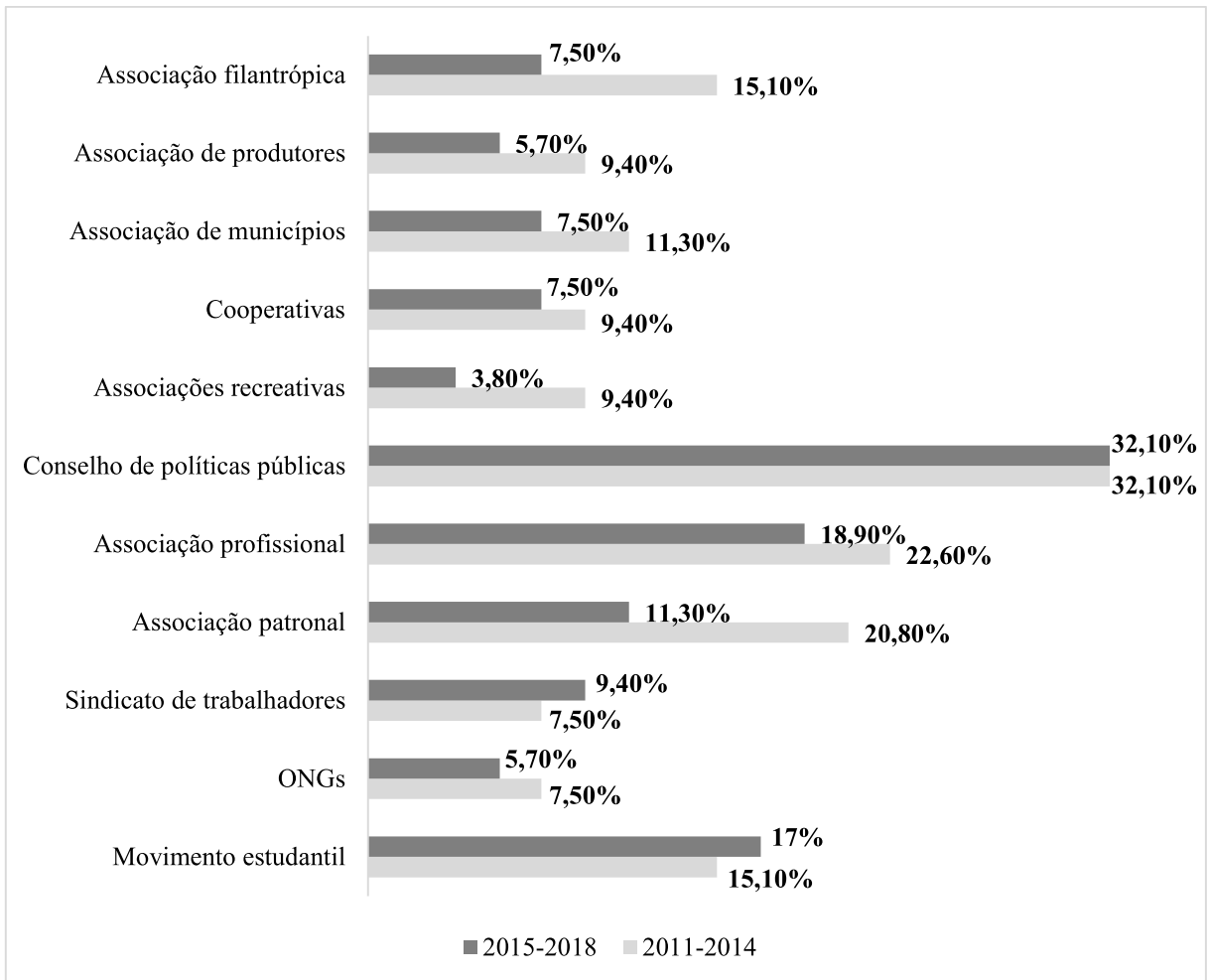
Não podemos afirmar que os dados sobre o valor dos bens declarados pelos então candidatos sejam condicionantes de posição ideológica. No entanto, a associação das informações observadas corrobora com a ideia de que a maioria dos deputados federais pertence a um grupo social privilegiado. Esta conclusão não surpreende se observadas as informações anteriores sobre o nível de escolarização e a categoria ocupacional.

Assim como a categoria profissional, a renda, o montante de bens ou o padrão social dos parlamentares é algo que se relaciona com seu posicionamento ideológico. De acordo com Rodrigues (2002), é possível notar a distinção entre parlamentares de alto ou de baixo nível financeiro em função da filiação partidária. Partidos de esquerda contam com parlamentares inseridos nas categorias de profissionais liberais, no serviço público e na classe trabalhadora e que, obviamente, possuem uma renda mais baixa; enquanto partidos mais à direita contam com profissionais liberais, empresários e produtores rurais que possuem a renda muito superior e condizente com a profissão exercida.

Ainda como parte da investigação do perfil dos deputados, analisamos a experiência associativa prévia dos legisladores como forma de identificar seus principais laços com temas, causas e grupos de interesse. Analisamos se em sua trajetória, os deputados já tinham feito parte de: movimento estudantil, ONGs, sindicatos de trabalhadores, associação patronal (empresarial, entidade de classe, de atividade econômica), associações profissionais, conselhos de políticas públicas, associações recreativas, cooperativas, associações de municípios, associação de produtores e filantrópicas. É importante destacar que as informações foram retiradas das biografias dos deputados no portal da Câmara dos Deputados.

O gráfico apresenta os percentuais de deputados que tiveram alguma experiência em diferentes formas de associativismo. Os dados sugerem que, em geral, os deputados das duas legislaturas não possuem uma trajetória associativa destacada. A categoria de maior destaque foi a dos conselhos de políticas públicas, assinalados na biografia por cerca de um terço dos deputados nas duas legislaturas. Em segundo lugar aparecem as associações patronais e profissionais, mas ambas perdem espaço nas trajetórias dos deputados eleitos em 2014. Com exceção dos conselhos, movimento estudantil e sindicatos de trabalhadores, em todos os demais tipos de associativismo observou-se uma queda nos percentuais, o que sugere que a legislatura eleita em 2014 era formada por deputados com menor experiência associativa do que os da legislatura anterior.

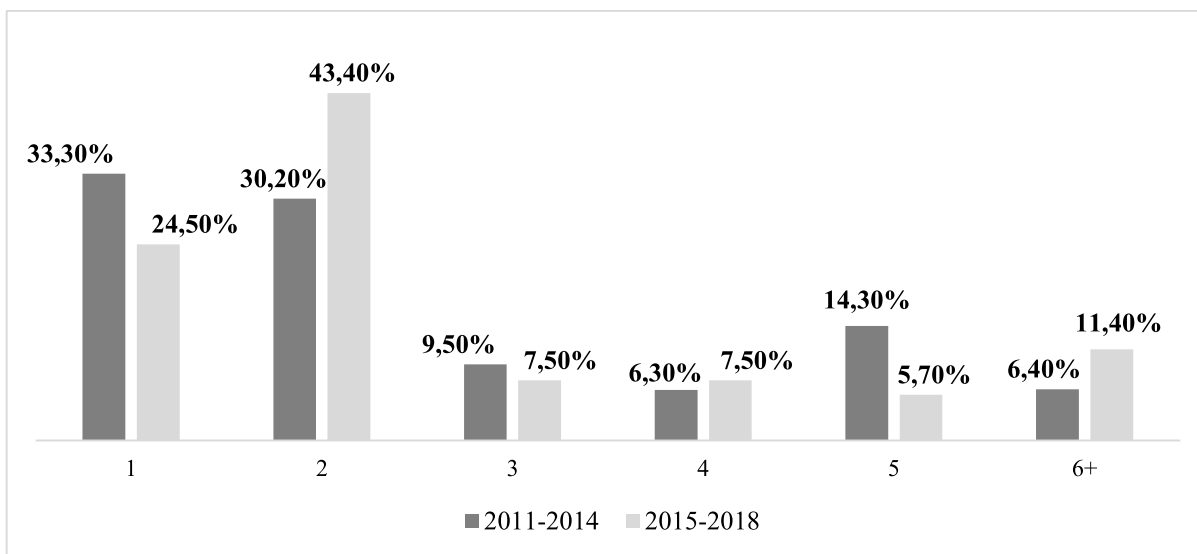
Gráfico 7: Participação dos deputados da bancada mineira em grupos e associações (2010-2018)



Fonte: Elaboração própria. Portal da Câmara dos Deputados.

O gráfico 7 apresenta uma comparação entre o número de mandatos dos deputados federais da bancada mineira nas duas legislaturas analisadas. Os parlamentares que estavam no primeiro ou segundo mandato são a maioria em ambas as legislaturas. A principal mudança de uma legislatura para a outra foi o aumento do número de deputados em segundo mandato (de 30,2 para 43,4) e a redução do número de deputados novatos (de 33,3 para 24,5).

Gráfico 8 – Deputados federais da bancada mineira por número de mandatos (2010-2018)



Fonte: Elaboração própria. Portal da Câmara dos Deputados

Não foi possível encontrar informações completas sobre o número de mandatos de todos os deputados federais eleitos em 2010 e 2014 no Brasil. Segundo a revista Exame²¹, 38,6% dos deputados que tomaram posse em 2015 estavam em seu primeiro mandato na CD, ou seja, uma taxa maior do que a bancada mineira, com 33,3% de novatos em 2010 e 24,5% em 2014. Ainda segundo a Exame, entre os que tomaram posse em 2015, 31 (6,04%) já exerceram, no mínimo, 5 mandatos, um percentual baixo se comparado à bancada mineira. Segundo esses números, podemos inferir que a bancada mineira elegeu, nestas legislaturas, menos deputados novatos e mais deputados de carreira se comparada à Câmara como um todo.

O gráfico 9 apresenta a quantidade de vezes que os deputados mineiros mudaram de partido desde seu primeiro mandato na CD até a data da posse nas legislaturas analisadas. Observou-se que 23,8% da legislatura 2011-2015 e 22,6% na legislatura 2015-2018 migraram de partido pelo menos uma vez, seja durante o período de atividades parlamentares ou fora do mandato (no caso de parlamentares que não tiveram mandatos consecutivos).

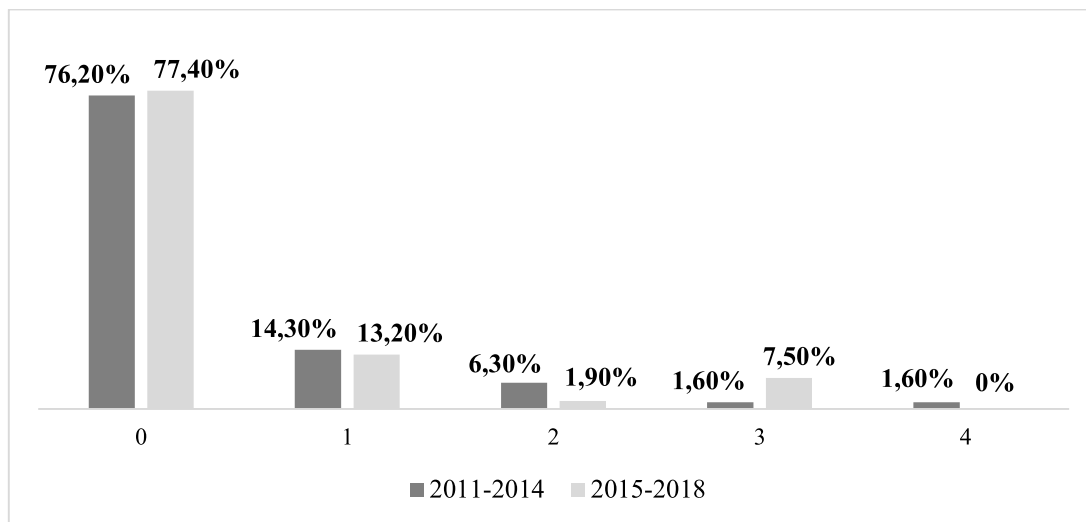
A migração partidária, segundo alguns autores, representa uma violação do princípio da representatividade democrática. Devido ao sistema proporcional de lista aberta, adotado para a eleição de deputados no Brasil, o voto do eleitor brasileiro é confiado, ao mesmo tempo, ao partido e ao candidato. Assim sendo, ao mudar de partido, o parlamentar estaria recebendo orientações de uma legenda diferente da legenda pela qual ele se elegeu e diferente

²¹Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-deputados-que-estao-ha-pelo-menos-duas-decadas-no-poder/>. Acessado em: 12/02/2020.

da legenda pela qual seus eleitores lhe confiaram o mandato. Freitas (2008, p. 37) explica que “poucos candidatos ultrapassam o coeficiente eleitoral com sua votação individual. Isso significa que quase todos os parlamentares eleitos dependeriam do mecanismo de transferência de votos no interior do partido ou da coligação para conseguirem sua cadeira” e, por isso, o mandato pertence ao partido e não ao político.

Em seu estudo sobre fidelidade partidária, Roma (2007, p. 388) apresenta as taxas de migrações em cinco legislaturas (48^a à 52^a, período entre 1987 e 2006), incluindo parlamentares que assumiram o mandato em algum momento da legislatura e votaram pelo menos 10 vezes. O percentual de deputados que desertaram de seus partidos, segundo o autor, foi de 38,2 na 48^a, 30,5 na 49^a, 26,6 na 50^a, 26,5 na 51^a e 22,6 na 52^a legislatura. A taxa de migração de partido foi diminuindo ao longo do último período democrático, apresentando menor percentual na 52^a legislatura, período do primeiro governo do presidente Lula. Se compararmos com os índices da bancada mineira, notamos que as taxas de migração são menores do que as apresentadas pelos deputados mineiros.

Gráfico 9 – Deputados federais da bancada mineira por número de migrações de partido (2010-2018)



Fonte: Elaboração própria. Dados do TSE

O estudo realizado por Santos (2006, p. 188) indica que no período entre 1998 e 2002, PT e PMDB tiveram os maiores índices de fidelidade partidária, enquanto que o PSDB e os pequenos partidos de direita (que o autor chama de PPDs) PPB, PTB e PSL apresentaram as maiores taxas de troca de partido. Observando as trocas de partido no início da década de 1990, Schmitt (1999, p. 142) obteve o mesmo resultado: políticos de esquerda tendiam menos a mudar

de partido do que políticos de direita. Segundo o autor, “notou-se claramente a existência de padrões distintos de carreira política e de comportamento migratório nos três blocos ideológicos”.

A hipótese mais comum acerca desses resultados é de que políticos de esquerda costumam ter maior identificação ideológica e, por isso, tendem a preservar seus vínculos tanto com seu eleitorado quanto com a agenda dos partidos, enquanto que políticos de direita, por não terem preferências ideológicas fortes, tendem a migrar para as legendas que lhes oferecem maiores possibilidades de reeleição. Decerto, somente os resultados observados acima não nos oferecem evidências suficientes para fazer tal afirmação. Ainda assim, sugerem que o comportamento dos deputados no que tange à migração partidária é algo que se relaciona com o enquadramento ideológico.

Neste sentido, cabe-nos questionar se a baixa fidelidade partidária no campo da direita é algo que se replica nos partidos da direita radical. A hipótese inicial é de que a fidelidade entre os membros dos partidos mais radicais, sejam de esquerda ou de direita é superior, se comparada aos partidos mais moderados, visto que a filiação de seus membros possui um caráter mais afetivo, relacionado à militância e a posicionamentos ideológicos fortes. Considerando que a direita radical chega ao poder em 2018 com a eleição de Bolsonaro, o resultado das eleições municipais de 2020 pode ser utilizado como referência para demonstrar o nível de fidelidade partidária, principalmente, se considerarmos que os prefeitos, eleitos no pleito majoritário, possuiriam mais autonomia para migrar de partido durante o mandato, algo que não ocorre entre os legisladores. O trabalho do jornalista Miguel do Rosário (2020)²², focado nas migrações partidárias de prefeitos eleitos entre 2016 e 2020, revela uma tendência muito maior de infidelidade partidária entre os partidos tradicionais de direita e centro-direita do que entre os chamados partidos da “direita bolsonarista”. O bloco “centro direita”, composto de partidos como MDB, PP, DEM, PSDB e PL, foi responsável por 53,61% das migrações entre uma eleição e outra, enquanto que o bloco “direita bolsonarista” composto por PSL, PSD²³, Republicanos, PSC, Podemos, PMN, PTC, Patriotas e DC (partidos alinhados com o radicalismo direitista de Bolsonaro, com a bancada evangélica, com o conservadorismo radical

²² Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2020/07/09/migracao-partidaria-mostra-que-oposicao-resistiu-ao-tsunami-bolsonarista/>. Acessado em 04/12/2020.

²³ Embora a cúpula do PSD classifique o partido como uma agremiação moderada, sem posicionamentos extremistas e favorável ao diálogo, o nível de engajamento do partido para com o governo de Jair Bolsonaro, calculado pelo site jornalístico do grupo UOL, Congresso em foco, revela que em 90% das votações na Câmara dos Deputados, desde o início do mandato do presidente do PSL, os deputados do PSD votaram favoravelmente às propostas do Executivo. Por esta razão, Rosário classifica o partido como direita bolsonarista.

ou com a forte oposição aos governos de esquerda), correspondeu a 18,74% das migrações. A matéria traz ainda os resultados das migrações entre os partidos de esquerda e progressistas que, juntos, representaram pouco mais de 26% das migrações. Embora sejam resultados recentes, e com poucos estudos passíveis de comparabilidade (visto que não houve nova eleição presidencial até o presente momento), esses dados corroboram as duas hipóteses anteriormente mencionadas: a primeira, de que os políticos de esquerda tendem a migrar menos do que os de direita; e a segunda, de que os políticos eleitos por partidos da direita radical tendem a migrar menos do que os políticos da direita tradicional.

A tabela 2 apresenta dados da composição partidária dos deputados federais eleitos por Minas Gerais em 2010 e 2014 (foram considerados os resultados das eleições). Nas eleições de 2010, PT e PSDB foram os dois partidos com o maior número de deputados eleitos (8 cada), o que expressa a força dos dois partidos no estado, inclusive para as eleições para governador. Observa-se certo equilíbrio entre os campos da esquerda, da direita e do centro, considerando a forma como tradicionalmente os partidos brasileiros vêm sendo classificados pela literatura (Madeira e Tarouco 2013, p. 160). Os principais partidos de esquerda (PCdoB, PDT, PPS, PSB e PT) somaram 14 deputados; os principais partidos de direita (DEM, PTB, PP e PR), 16 deputados e os dois principais partidos de centro (PSDB²⁴ e PMDB), 15 deputados. Os demais partidos menores somaram, juntos, 8 deputados. No total, os deputados federais eleitos por Minas distribuíam-se em 18 partidos diferentes.

Nas eleições de 2014, o PT ampliou sua bancada de 8 para 10 deputados, mas o campo da esquerda (com PCdoB, PDT, PSB e PT) continuou com uma presença muito semelhante à da legislatura anterior. Os principais partidos de direita (DEM, PP, PR e PTB) viram sua presença reduzida, de 16 para 12 deputados, mas esta foi compensada pelo crescimento da presença dos pequenos partidos de direita. A bancada mineira eleita em 2014 mostrou-se mais fragmentada do que a anterior. Os deputados passaram a se distribuir em 21 partidos diferentes. O número de partidos com apenas um deputado aumentou de 9 para 12, acompanhando uma tendência geral de aumento da fragmentação na Câmara dos Deputados. Em nenhuma das duas eleições, nenhum partido obteve, sozinho, mais de 20% das cadeiras.

É difícil estimar se houve ou não fortalecimento do campo da direita no âmbito da bancada mineira de uma eleição para a outra, considerando a filiação partidária. Se ela ocorreu

²⁴ O PSDB sofreu uma mudança na classificação ideológica. Em 1988 era classificado como um partido de centro-esquerda e em 2001 passou a ser classificado como um partido de direita. Essa mudança se deve à alterações realizadas no texto do programa do partido ao longo desses anos, visto que, a classificação utilizada por Madeira e Tarouco (2013) considera elementos discursivos dos programas dos partidos para realizar a classificação ideológica.

não se deu pela via do fortalecimento dos partidos tradicionais de direita, mas pelo aumento da presença de pequenos partidos com esse perfil ideológico.

Tabela 2 – Deputados eleitos por Minas Gerais por partido (2010 e 2014)

Partido	2010	2014
PT	15,1	18,9
PSDB	15,1	13,2
PR	13,2	5,7
PMDB	13,2	11,3
PP	9,4	9,4
DEM	5,7	5,7
PDT	3,8	3,8
PPS	3,8	0,0
PV	3,8	1,9
PCdoB	1,9	1,9
PSB	1,9	5,7
PTB	1,9	1,9
PHS	1,9	1,9
PMN	1,9	1,9
PRB	1,9	1,9
PSC	1,9	1,9
PSL	1,9	0,0
PT do B	1,9	1,9
PSD	0,0	3,8
PRP	0,0	1,9
PTC	0,0	1,9
PTN	0,0	1,9
Solidariedade	0,0	1,9

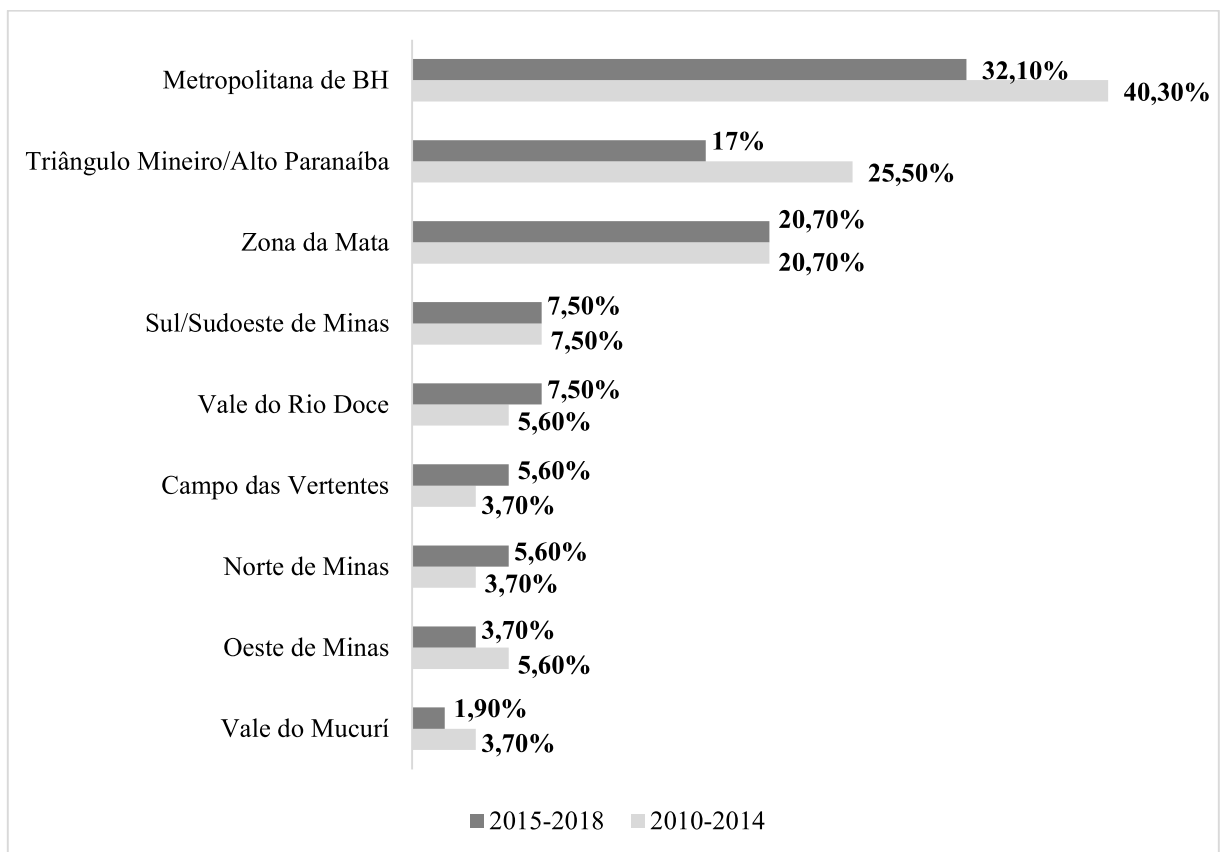
Fonte: Elaboração própria. Dados do TSE.

Entre os cinco principais partidos da tabela acima, apenas o PT aumentou o número de deputados na bancada mineira. O PP permaneceu com o mesmo percentual de deputados e PSDB, PR e PMDB sofreram reduções. Já no quadro geral da Câmara dos Deputados, de 2010 para 2014, o PSDB obteve um pequeno aumento (53 para 54) enquanto o PT sofreu uma significativa redução (88 para 70), seguido pelo PMDB (78 para 66), PR (40 para 34) e PP (44 para 36). Um dos responsáveis por essa redução entre os maiores partidos foi o PSD de Gilberto Kassab criado em 2011. O partido conquistou 37 cadeiras na eleição de 2014 (2 na bancada mineira), ficando em quarto lugar no ranking dos partidos.

Apenas a título de adicionar informação e tornar mais completa nossa análise do perfil da bancada mineira, analisamos a origem geográfica dos deputados federais eleitos por

Minas Gerais. Para a classificação, foram considerados os municípios correspondentes aos domicílios eleitorais dos deputados. É possível observar que em ambas as legislaturas a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte é a que possui maior representação, seguida pelo Triângulo Mineiro e pela Zona da Mata. Se observarmos a densidade demográfica dessas regiões, podemos observar que a região metropolitana de Belo Horizonte e a Zona da Mata são, respectivamente, a primeira e a segunda regiões mais populosas do estado, fazendo jus à maior representação na CD; já a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é a sétima região mais povoada do estado, o que demonstra que esta região é super-representada na CD.

Gráfico 10 – Deputados Federais da bancada mineira por mesorregião (2010 e 2014)



Fonte: Elaboração própria.

As informações apresentadas neste capítulo nos oferecem diferentes possibilidades de interpretação considerando o problema central desta pesquisa. Especificamente neste capítulo buscamos identificar mudanças no perfil dos deputados federais eleitos pelo estado de Minas Gerais, considerando as eleições de 2010 e 2014, e em que medida elas apontam para um fortalecimento das forças políticas alinhadas ao que denominamos como direita radical. A

primeira constatação – e mais evidente – é de que as elites parlamentares no Brasil possuem um perfil amplamente elitizado e a bancada mineira não foge à regra. Quanto a isso nenhuma mudança de peso pôde ser identificada. Os números demonstram com clareza um padrão que já era apontado em outros estudos: a sub-representação de mulheres, negros e pobres na Câmara dos Deputados.

Focalizando especificamente os deputados eleitos em 2010 e 2014 pelo estado de Minas, foi possível observar um aumento do número de mulheres representadas, resultando em um quadro mais heterogêneo com a presença de mulheres de partidos de esquerda e de direita, com vantagem para as últimas. Diferente da Câmara dos Deputados como um todo que viu um aumento de mais de 100% no percentual de pretos e pardos, na bancada mineira eles viram sua presença reduzida, mas, em relação à essa dimensão, a análise fica prejudicada pela inexistência de informação para um número significativo de casos em 2010. Em relação à idade e à escolaridade, constatou-se o aumento de deputados na faixa dos 50 aos 59 anos, predomínio de deputados com, no mínimo, curso superior completo; e redução daqueles com apenas o ensino médio. Não houve mudanças expressivas em relação à ocupação dos deputados eleitos. Também não se viu na bancada mineira aumento expressivo de parlamentares oriundos de profissões ligadas à igreja (pastores, padres, etc.) ou das forças repressivas do Estado (polícias e Forças Armadas), dois grupos que têm sido vistos como fonte importante de recrutamento para a direita radical. Constatou-se o aumento no número de deputados milionários e, com exceção dos conselhos, movimento estudantil e sindicatos de trabalhadores, em todos os demais tipos de associativismo observou-se uma queda, o que sugere que a legislatura eleita em 2014 era formada por deputados com menor experiência associativa do que os da legislatura anterior. Viu-se, também, uma redução do número de deputados em primeiro mandato de 33,3% para 24,5%; uma renovação menor do que a observada na Câmara dos Deputados como um todo que, em 2014, elegeu 38,6% de novatos. Também não foi possível identificar muitas mudanças em relação à fidelidade partidária. Nas duas eleições, cerca de $\frac{3}{4}$ dos deputados eleitos pela bancada mineira nunca tinham mudado de partido. Por último, quanto à composição partidária, foi possível observar que, se em 2010, havia certo equilíbrio entre os campos da esquerda, da direita e do centro, considerando a forma como tradicionalmente os partidos brasileiros vêm sendo classificados pela literatura; na eleição de 2014, as principais mudanças foram o fortalecimento dos pequenos partidos de direita e o aumento da fragmentação partidária.

Essas mudanças parecem ser mais sutis do que se poderia esperar em face das mudanças recentes no país, interpretadas por muito como caracterizando uma forte guinada à direita. A comparação do perfil dos deputados eleitos em 2010 e 2014 pelo estado de Minas

Gerais revela mais continuidades do que mudanças. Os dados relativos ao perfil dos deputados não corroboram a hipótese de uma mudança significativa no perfil dos deputados da bancada mineira no sentido de fortalecimento da direita radical. Assim sendo, uma segunda hipótese é a de que o fortalecimento da direita radical no âmbito da bancada mineira, se ocorreu, deu-se menos pela ascensão de novo atores, mas pelo fato de os parlamentares e partidos terem se tornado mais porosos e permeáveis aos seus discursos, mensagens e pautas.

Nos dois próximos capítulos desta dissertação analisaremos os dados sobre a produção legislativa dos deputados e seu comportamento em votações para verificar em que medida pode-se falar em fortalecimento de uma agenda (radical) conservadora e/ou de direita entre os deputados federais eleitos por Minas Gerais entre 2010 e 2014

4. CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI

Neste capítulo apresentaremos uma análise dos Projetos de Lei apresentados pelos deputados federais mineiros durante o período analisado. Para isso, foi feita uma leitura de todos os 1649 PLs, apresentados nas duas legislaturas e foram selecionados aqueles que se alinhavam à agenda da direita radical. A escolha por analisar, neste estudo, apenas uma amostra do total dos projetos apresentados, ao invés de apresentar um panorama geral justifica-se pelo objetivo do estudo que é analisar em que medida é possível falar em avanço da direita radical entre os deputados eleitos pelo estado de Minas Gerais.

Antes de tudo, porém, é necessário realizar uma breve discussão sobre algumas características do desenho institucional consagrado pela Constituição de 1988 e o processo legislativo na Câmara dos Deputados. É preciso, sobretudo, ter a clareza de que esta Casa legislativa não funciona como uma instituição isolada do sistema político nacional. Tal como um poder da República, ela opera a partir de regras e, portanto, qualquer análise sobre esta Casa deve considerar tal contexto e no caso das análises dos Projetos de Lei não seria diferente.

4.1 Relações Executivo-Legislativo no Brasil e produção legislativa na Câmara dos Deputados

Existe na literatura acadêmica um vasto número de estudos que, tal como este, investigam aspectos específicos da produção legislativa no Brasil. Bem como a maioria destes estudos, precisamos considerar que o contexto institucional do processo de apresentação de projetos e do comportamento parlamentar nas votações em plenário obedecem a um conjunto de regras. Essas remontam à Constituição e ao regimento interno da casa que, juntamente com regras informais, distribuem entre os atores poder de agenda e de veto e determinam os ritos a serem seguidos na tramitação de um projeto de lei.

A Constituição de 1988, vigente atualmente e durante o período analisado, preservando a divisão dos três poderes, estabeleceu a divisão de atribuições entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O Poder Executivo tem competência exclusiva sobre ações que envolvem as Forças Armadas, a criação de cargos ou funções públicas, a organização administrativa e judiciária; ações relativas à matéria tributária e orçamentária, a administração dos territórios;

ações relacionadas a servidores públicos da União e Territórios e organização do Ministério Público e demais ministérios (§ 1º, do art. 61).

A Constituição reservou poderes ao Executivo que o permitem manter alto grau de controle sobre o processo legislativo. No caso dos pedidos de urgência, de autoria do presidente, seus projetos possuem um curto prazo para serem apreciados. Decorrido este prazo, o projeto passa para a Ordem do Dia, à frente dos demais assuntos (art. 64). O Executivo tem também o poder de adotar medidas provisórias (MP), decretos com efeitos imediatos com prazo inicial de vigência de 60 dias, prorrogáveis por igual período caso não tenha sua votação concluída nas duas Casas do Congresso Nacional. Se após esse período a MP não for apreciada em até 45 dias, entra em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. Além disso, a Constituição Federal reserva ao presidente o poder de veto, segundo o qual, se o Presidente considerar um determinado projeto, total ou parcialmente inconstitucional ou contrário ao interesse público, ele tem poder para vetá-lo total ou parcialmente (art. 66). O presidente pode iniciar leis, nomear e demitir livremente seus ministros e tem monopólio sobre a elaboração do orçamento a ser apresentado ao Legislativo.

Quando um projeto de lei (PL) é apresentado na Câmara dos Deputados, ele é encaminhado para as comissões para ser analisado. Se aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania pela maioria, o projeto segue para as demais comissões temáticas para a análise de mérito. Em se tratando de projetos que não podem ser apreciados de forma conclusiva nas comissões, a etapa final é a apreciação em plenário. Esse processo pode ser abreviado no caso do pedido de urgência, que pode ser feito por líderes na Câmara dos Deputados ou pelo Executivo. O regime de urgência só pode ocorrer quando for aprovado um requerimento de urgência ou quando se tratar de matérias que envolvam a defesa da sociedade democrática e das liberdades fundamentais, questões de calamidade pública, Declaração de Guerra, Estado de Defesa, Estado de Sítio ou Intervenção Federal nos estados, acordos internacionais e fixação dos efetivos das Forças Armadas²⁵ ou em outras situações específicas. Nesses casos, a proposição passa para a Ordem do Dia da sessão deliberativa seguinte. O processo de apreciação de Medidas Provisórias também é abreviado, visto que elas não passam pelas comissões permanentes, ao invés disso, elas são encaminhadas para uma comissão mista e, em seguida, são votados em plenário com ou sem parecer da comissão.

²⁵ Informações do Portal da Câmara dos Deputados> Assessoria de imprensa> Regime de tramitação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/regime-de-tramitacao>. Acessado em: 22/02/2021.

Esses aspectos da nossa constituição, combinados à centralização dos trabalhos legislativos, proporcionam ao Executivo vantagens para controlar a agenda e o ritmo de trabalhos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (Figueiredo e Limongi, 1999; Cintra e Lacombe, 1997; Santos, 2002). Um resultado visível deste arranjo são as altas taxas de sucesso do Executivo e sua dominância sobre o processo legislativo.

Em seu trabalho sobre a análise de proposições, nas áreas da educação e da saúde, apresentadas por deputados federais brasileiros entre 1988 e 1994, Lemos (2001) analisa os fatores do que categoriza como “déficit de legitimidade” e “baixíssima capacidade de mobilização do Legislativo”. Segundo a autora, um estudo sobre o comportamento de nossos congressistas não pode deixar de considerar a origem e o contexto histórico de nossa constituição. Ela explica que a sobreposição de prerrogativas da presidência sobre prerrogativas do Congresso deve ser analisada considerando-se o contexto de uma constituição elaborada no período pós-ditatorial, caracterizado por sucessivos golpes, fechamento do Congresso e cassações de mandatos. Fatores estes que contribuíram para limitar a autonomia do Poder Legislativo, visto que “vários atores que desempenharam papéis centrais durante o regime militar continuaram atuando politicamente após o ano de 1988” (p. 594). As MPs também podem ser analisadas nessa chave. Para Figueiredo e Limongi (1995, p. 04) “a capacidade de editar Medidas Provisórias pode ser vista como a manutenção do poder presidencial de editar Decretos-Leis”, expediente adotado na Constituição de 1967, durante a ditadura militar. Segundo os autores este aspecto da Constituição de 1988 fez com que pouco fosse alterado no que diz respeito à autonomia do Poder Legislativo. Seguindo padrões semelhantes ao período ditatorial “o processo legislativo continua dirigido e controlado por um número restrito de parlamentares, os membros do Colégio de Líderes²⁶, e converge quase exclusivamente para o plenário, em detrimento ao trabalho das comissões” (p. 6).

Almeida (2015), em um estudo sobre o processo legislativo no Brasil, enfatiza que os dispositivos extraordinários de tramitação, além de produzir efeitos negativos sobre o protagonismo do Poder Legislativo no processo de elaboração das leis, também produz empecilhos para que os congressistas analisem apropriadamente os projetos com origem no

²⁶ Figueiredo e Limongi (1995, p. 08) – O Regimento de 1989 institucionalizou o Colégio de Líderes¹⁰. Composto pelo Presidente da Câmara, líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos e dos Blocos Parlamentares¹¹, o regimento confere ao Colégio de Líderes estatuto de um órgão auxiliar da Mesa Diretora da casa nas principais tarefas relativas à organização dos trabalhos legislativos. Em especial, cabe a esse colegiado, juntamente com o Presidente da Mesa, a elaboração da agenda com a previsão das proposições a serem apreciadas no mês subsequente, em conformidade com a qual o Presidente designa a Ordem do Dia (RI, art. 17 I S, T).

Executivo, visto que a análise dos projetos precisa ser concluída em curto prazo de tempo. Além disso, quanto mais tempo é destinado a matérias submetidas pela presidência, menos tempo é dedicado a deliberar sobre projetos de origem da própria Câmara.

Para Felisbino (2009), este desenho institucional produz uma “oligarquização” do processo decisório de modo que são as elites parlamentares – aqueles que ocupam altos cargos na mesa diretora, os líderes partidários, líderes do governo, presidentes de comissões e relatores de projetos – que, efetivamente, conduzem as decisões, negociações, definem a agenda e negociam apoio para a aprovação dos projetos. “A decisão fica centralizada em alguns deputados federais, principalmente nos membros da elite parlamentar. Assim sendo, é possível presumir a relevância e o peso que esse grupo de parlamentares tem no processo decisório do Legislativo brasileiro” (p. 106).

Segundo Felisbino (2009, p. 113), o alto volume de projetos de origem na Câmara que são arquivados ou rejeitados sinaliza para a possibilidade de que os deputados, cientes das dificuldades de aprovação, tendam a priorizar o apoio a propostas de origem no Poder Executivo. O autor explica que, racionalmente, é mais interessante para a maioria dos parlamentares legislar sobre matérias que apresentam mais visibilidade nacional, maiores chances de serem aprovadas e ofereçam maiores ganhos eleitorais do que insistir em projetos individuais que podem ser facilmente engavetados pelas elites parlamentares por meio do controle de agenda, visto que são poucos os deputados que reúnem os atributos individuais necessários – cargo de lideranças, capacidade de articulação, de negociação, experiência na carreira, experiência em cargos do Poder Executivo ou influência – para garantir que suas propostas tornem-se, de fato, leis.

Em seu estudo sobre desempenho legislativo, analisando o período compreendido entre 1989 e 1994, Figueiredo e Limongi (1995, p. 19) constataram que os deputados federais são autores da maioria dos projetos enviados para apreciação mas, segundo os autores, 91% dos projetos de lei de autoria de deputados federais foram rejeitados, enquanto que apenas 9% dos projetos apresentados pela presidência foram rejeitados. Analisando o conjunto de projetos da Câmara e do Senado, eles observaram que apenas 14% dos projetos foram sancionados contra 79% do Poder Executivo. Esta tendência permanece em períodos mais recentes. Entre os anos de 2010 e 2018, 20.986 projetos de lei foram apresentados por deputados federais, no entanto, apenas 750 (3,5%) foram aprovados.

Além da burocracia necessária para a aprovação dos projetos e do dilema das negociações de apoio para conquistar os votos necessários para a tramitação dessas proposições, a distância entre o número de projetos apresentados e aprovados pode ser explicada por uma necessidade dos parlamentares em se posicionarem no cenário político nacional através da elaboração de projetos. Muitos deputados com menor influência na Câmara tentam manter um ritmo de produção acelerado mesmo diante do conhecimento de que as chances de aprovação são muito baixas.

Em grande medida, os estudiosos do Legislativo no Brasil convergem na constatação de que o processo legislativo no país é bastante centralizado em torno do Executivo e dos líderes partidários, com consequências sobre as leis produzidas. A iniciativa exclusiva do Executivo em certas áreas e os obstáculos à atuação do Legislativo ajudariam a explicar, por exemplo, a divisão de trabalho entre os poderes. Como mostram Amorim Neto e Santos (2003), enquanto a presidência se concentra em deliberar sobre a macro política, debruçando-se sobre pautas administrativas, econômicas, fiscais e sociais de grande porte, restam temas de menor impacto que interferem no cotidiano dos cidadãos e são estes temas que ficam a cargo dos parlamentares:

A concentração dos poderes de agenda nas mãos do Poder Executivo faz com que os projetos sociais iniciados pelo governo assumam um caráter mais agregado ou abstrato e apenas toquem indiretamente em pormenores dos problemas que afetam cotidianamente os cidadãos. Os projetos de autoria dos deputados federais procuram preencher essa lacuna (p. 672).

Dessa forma, tanto existe a necessidade, por parte dos deputados, de se estabelecerem e de se posicionarem, enquanto legisladores, através da elaboração de projetos; quanto uma necessidade – essa menos abstrata – de deliberar sobre assuntos considerados de baixo impacto, mas que possuem uma urgência social. Fatores estes, que associados, explicam a grande quantidade de projetos apresentados que, em sua grande maioria, nem chegam a ser debatidos em plenário.

Esta breve discussão teve como objetivo situar a real importância dos legisladores no processo legislativo no país e dimensionar sua capacidade de influenciar o processo de produção das leis. Se o Legislativo tem sua autonomia e sua capacidade de produção legal limitadas pelo arranjo institucional, qual é a importância de investigar o comportamento dos legisladores? Em face do objetivo deste estudo, alguém poderia objetar que mesmo que tenha

havido um crescimento do número de legisladores da direita radical ou do número de legisladores permeáveis às suas pautas, seria muito difícil que eles conseguissem concretizar suas propostas, dados os obstáculos e elementos elencados. Daí concluir ser de pouca importância investigar os projetos apresentados por eles. De fato, dos 32 projetos classificados neste trabalho como parte da agenda da direita radical, nenhum foi transformado em norma jurídica no período.

Apesar disso, consideramos importante investigar o comportamento dos deputados por, no mínimo, três razões que discutimos a seguir. Há evidências de que o Legislativo vem ampliando seu protagonismo no processo de produção legislativa e que esse vem se tornando mais descentralizado. Segundo o estudo de Almeida (2015), o protagonismo do Poder Executivo na elaboração de leis diminuiu ao longo dos anos. O autor demonstra que, nos primeiros anos do atual regime democrático, os dispositivos extraordinários de apresentação de projetos dominaram a agenda do Legislativo, reservando aos congressistas um papel secundário e até subornado no processo legislativo (p. 46). No entanto, Almeida observou que, ao comparar dois períodos – 1995-2002 e 2007-2014 – “a quantidade média anual de leis de origem presidencial diminuiu moderadamente, de 64,6 para 50,4, enquanto que a de leis de origem parlamentar aumentou fortemente, de 38,4 para 80,9” (p.46). O primeiro período analisado pelo autor compreende as duas legislaturas posteriores ao regime de recessão econômica ocorrido na década de 1990; o segundo período corresponde às duas legislaturas seguintes. Observa-se que após a promulgação da Constituição de 1988, durante mais de uma década as iniciativas do Poder Executivo tiveram ampla dominância na elaboração das leis. As mudanças ocorridas ao longo deste período indicam uma forte descentralização em matéria de apresentação de projetos, o que pode explicar o alto volume de projetos de lei elaborados por deputados federais nas legislaturas observadas a partir dos anos 2000. Portanto, se os deputados ampliaram sua participação na produção legal do país, torna-se mais importante compreender suas inclinações.

A segunda razão que torna importante avaliar o comportamento legislativo dos deputados remonta ao que David Mayhew (1974) denominou como *position taking*. Segundo o autor, os legisladores são avaliados e recompensados pelos eleitores não apenas pelos efeitos que produzem, mas pelas posições que assumem publicamente e que ajudam a dar visibilidade a certas causas, valores, identidades e interesses. Neste sentido, mesmo com poucas chances de aprovar os projetos, eles podem utilizá-los como uma estratégia de *position taking*, atividade legislativa direcionada para sinalizar para os eleitores preocupação com suas causas, bandeiras e interesses.

Por último é importante considerar que a chegada de um presidente de extrema-direita ao poder em 2018 torna ainda mais relevante verificar as tendências em curso na Câmara dos Deputados porque se os deputados, isoladamente, têm poucas chances de fazerem suas propostas avançarem, eles podem vê-las contempladas por um Executivo alinhado ideologicamente e mostrarem-se mais inclinados a apoiarem a agenda do presidente

4.2 Análise dos Projetos de Lei

Antes de realizar a análise dos Projetos de Lei, é preciso caracterizar as proposições a serem investigadas. Como já fora dito, ao longo do texto, esse capítulo busca adentrar no debate acerca da produção legislativa que dialoga com a recente radicalização da direita no Brasil e, portanto, serão esses projetos os objetos a serem observados daqui em diante.

Tanto a literatura clássica, quanto a mais recente, oferecem-nos elementos que nos permitem identificar e classificar o conteúdo dos projetos desse banco de dados. Para tal, faremos uma separação entre a parte da agenda da direita radical que remonta à redução do Estado e os aspectos que concernem ao conservadorismo moral.

Em relação à redução da ação do Estado na economia, a escala elaborada por Anthony Downs (1957), que classifica os partidos políticos no *continuum* ideológico direita-esquerda, nos permite identificar os projetos que mais se alinham ao programa neoliberal como aqueles que apoiam radicalmente pautas como a redução dos gastos públicos, abertura comercial ao capital estrangeiro (eliminação das barreiras fiscais ao investimento estrangeiro), a privatização das empresas estatais (abandono das atividades produtivas através da transferência de empresas públicas para grupos privados), a flexibilização de leis econômicas e trabalhistas, a liberalização (concorrência comercial internacional) e a reorientação dos gastos públicos (priorização de setores de alto retorno econômico em detrimento dos investimentos em políticas sociais).

A adoção do modelo neoliberal no Estado brasileiro não foi algo que se consolidou a partir da radicalização da direita, muito pelo contrário, a implementação de medidas neoliberalizantes teve início na década de 1990. No entanto, a partir dos anos de 2010 houve uma forte retomada desses princípios, com o protagonismo de políticos e de partidos atuando na defesa de privatizações de empresas nacionais de alta importância para o desenvolvimento e a infraestrutura de diversos setores da economia interna e de prestação de serviços. Segundo Barros, o grupo político que ganhou forças neste período é uma fração ultraliberal da direita

que defende a “radicalização do Estado mínimo, concentração de riquezas, flexibilização absoluta dos direitos trabalhistas, redução do sistema de seguridade social e abolição dos programas sociais” (2019, p. 433). Para o autor, trata-se de um radicalismo direitista justamente por “ultrapassar os limites pensados do papel do Estado capitalista na sociedade de consumo”, utilizando-se da narrativa da eficácia das contas públicas para minar o papel social do Estado, indo muito além do que a direita tradicional jamais ousou, no sentido de transfigurar a relação entre Estado e sociedade. É neste cenário que empresas como Petrobrás, Eletrobrás, Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Casa da Moeda, Empresa Brasil de Comunicação (EBC), bancos públicos (entre eles, o Banco Nacional de Desenvolvimento, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil), entre tantos outros, tornaram-se alvos do pacote de privatizações. Também foi neste período, a partir das reformas do Governo Michel Temer, que a maioria dos parlamentares brasileiros votou a favor da implementação de mudanças na CLT, aprovando as Reformas Trabalhista e da Previdência Social, flexibilizando as leis de proteção aos trabalhadores e redimensionando as relações sociais no âmbito do trabalho.

Portanto, há de se considerar a existência de dois momentos em que o neoliberalismo ganhou forças no país: o que ocorreu no início da redemocratização e o que cresceu após o golpe parlamentar de 2016. O segundo, imerso em um contexto no qual a radicalização da direita se fez presente e atuante no processo político decisório.

Em relação ao fortalecimento de valores conservadores, com base moral e religiosa no universo político, Chaloub, Lima e Perlatto (2018), Vásquez (2007) e Souza (2016) enfatizam a essência da linguagem conservadora como uma forte recusa dos princípios racionais da modernidade em prol de uma retomada da ética religiosa no campo das ideias, que ultrapassa o terreno dos costumes e do comportamento e atravessa a esfera política, ganhando eco entre os radicais de direita.

Assim, o fortalecimento desta corrente de pensamento se faz presente na sociedade contemporânea, não apenas, através de grupos específicos como religiosos e militares; mas também, ganhando uma dimensão institucional, à medida em que é capaz de penetrar na arena política.

Uma das formas pelas quais esses valores penetram na política é através do discurso pela família tradicional, – compreendida como família nuclear, formada a partir de uma união heterossexual e filhos – em que patriarcalismo e religião se fundem na defesa entre a separação do Estado e a formação de valores, criando um discurso que se opõe a todo e qualquer valor

que conteste essa família tradicional, como as pautas feministas, os direitos dos homossexuais, as questões em torno da descriminalização do aborto e o ensino das desigualdades de gênero nas escolas. Pautas que ganharam maior visibilidade na sociedade, principalmente, a partir da proposta do “Escola Sem Partido²⁷” (PL 7180/14) do deputado federal Erivelton Santana (PSC-BA), que tinha como objetivo, por essência, garantir que os valores familiares tivessem precedência sobre a educação escolar, propondo alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) como a proibição da abordagem de temas políticos, ideológicos ou partidários pelos professores, a proibição de criação de disciplinas que abordassem qualquer conteúdo de gênero ou orientação sexual, a restrição ao ensino de teorias sociais e a alteração do currículo escolar e do material didático para a adequação à um modelo pedagógico cujo conteúdo trabalhado não fosse capaz de adentrar o campo das convicções pessoais e dos valores familiares. Esse projeto, muito embora conteste a liberdade de cátedra dos profissionais do magistério e o direito de acesso à educação para a cidadania, garantido pela Constituição de 1988, ganhou inúmeros simpatizantes e tornou-se um dos símbolos da luta pelo resgate da moralidade na sociedade brasileira, sendo defendido por intelectuais, políticos e grupos sociais, na época.

Outra forma pela qual os valores conservadores alcançaram êxito na política foi através do discurso pelo resgate da moralidade e da ética, principalmente, sob a forma de crítica aos valores da esquerda. Neste ponto, a aversão à defesa dos direitos humanos e a exaltação do patriotismo ganharam seguidores com discursos como a defesa do militarismo, do porte de armas de fogo e a crítica aos movimentos das minorias étnicas. Neste cenário, o mote que se proliferou entre os simpatizantes da direita radical foi o “bandido bom é bandido morto” que simbolizou as manifestações de apoio às ações militares em comunidades carentes das principais cidades brasileiras. Este foi um dos principais discursos utilizados pela direita radical, endossando que a esquerda se pautava na cartilha dos direitos humanos para defender bandidos, quando, na verdade, as verdadeiras vítimas eram os policiais que não tinham a devida valorização que mereciam por parte dos governos petistas. Esse discurso ganhou a simpatia de grande parte da sociedade e representação nas arenas parlamentares através de projetos em prol da flexibilização do porte de armas de fogo, da defesa do nacionalismo e do patriotismo e da valorização das carreiras militares.

²⁷ Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/541762-parecer-sobre-proposta-da-escola-sem-partido-pode-ser-votado-hoje/>. Acessado em: 09/12/2020

A ampla difusão, no cenário cultural/comportamental, do radicalismo de direita no Brasil, paralela à representação institucional de seus preceitos, compõe uma fusão de elementos que permeiam o cenário político da atualidade. Por isso, dadas as considerações, a análise dos PLs que versam sobre esses temas, assim como o comportamento dos deputados mineiros nas votações (que concernem aos temas retratados), faz-se crucial para a investigação acerca do papel dos parlamentares no fortalecimento da direita radical no país.

Para viabilizar a análise dos PLs, foram criadas seis categorias: 1. Escola Sem Partido; 2. Redução do Estado; 3 Família/Moralidade; 4. Direitos Humanos; 5. Movimentos Sociais e 6. Religião. A categoria 1 abrange os projetos que versam sobre a defesa do Programa Escola sem Partido, além de proposições que afetam o currículo e as diretrizes da educação básica, em alguma medida, no sentido de reduzir o papel das escolas sobre a formação acadêmica e moral dos estudantes. A categoria 2 engloba os projetos que versam sobre alterações nas leis trabalhistas, no sentido de reduzir direitos dos trabalhadores e garantir a inércia do Estado em relação aos conflitos de classes. A categoria 3 engloba os projetos vinculados ao ideal da família tradicional, incluindo projetos com os temas do aborto, pautas feministas e LGBTs, direito de família, censura e nacionalismo. A categoria 4 inclui projetos sobre a flexibilização do porte de armas e a defesa dos setores da segurança pública. A categoria 5 inclui projetos que buscam criminalizar ações de movimentos sociais como o MTST e protestos de rua. E a categoria 6 inclui os projetos que versam sobre a obrigação da inclusão de elementos religiosos em instituições públicas e privadas.

A pesquisa dos projetos foi realizada no Portal da Câmara dos Deputados. A busca foi restringida aos 73 deputados e deputadas federais titulares do estado de Minas Gerais nas legislaturas 2011-2014 e 2015-2018. Ao todo, esses parlamentares apresentaram 1649 Projetos de Lei durante esse período. A busca por projetos característicos da direita radical foi feita através da leitura de todos os projetos encontrados e, num segundo momento, pela busca por palavras-chave no portal da Câmara dos Deputados, com a utilização de filtros como gênero, religião, aborto, armas, doutrinação, gospel, marxismo, moralidade, família, escola e feminismo. A partir das buscas, foram encontrados, ao todo, 32 projetos identificados como propostas vinculadas à radicalização da direita.

Para a classificação, foi realizada a leitura do inteiro teor dos projetos e, posteriormente, uma identificação do assunto central sobre o qual versavam. Por exemplo, o PL 6324/2016 de autoria do deputado Mauro Lopes/PMDB, que buscava estabelecer alterações nas leis trabalhistas a fim de permitir a negociação direta, entre patrão e empregados, acerca do

pagamento das horas-extras de trabalho e do fracionamento das férias, foi classificado como “Redução do Estado”. O PL 8429/2017, do deputado Franklin Lima/PP, que buscava obrigar as rádios públicas a incluírem na programação diária a reprodução de músicas gospel, foi classificada como “Religião”. O PL 3983/2015, de autoria do deputado Eros Biondini, que buscava aumentar a punição para a prática de aborto, foi classificado como “Família/Moralidade”. Assim, sucessivamente, os critérios para a classificação dos projetos foram aplicados buscando respeitar a compatibilidade e a autenticidade das categorias definidas.

A tabela 3 apresenta a quantidade de projetos, em ambas as legislaturas, conforme a categoria em que se enquadram e o percentual de aumento e de redução dos projetos de uma legislatura para a outra.

Tabela 3 – Projetos de lei identificados como alinhados à agenda da direita radical apresentados por deputados federais eleitos por MG (2011-2018)

CATEGORIA	2011-2014	2015-2018	DIFERENÇA
Redução do estado	1	6	+500%
Família/moralidade	1	9	+800%
Escola sem Partido	1	4	+300%
Movimentos sociais	1	2	+100%
Religião	0	1	+100%
Direitos humanos	4	3	-25%
Total	8	25	+300%

Fonte: Elaboração própria.

Observou-se um total de 33 projetos elaborados por deputados mineiros alinhados ao ideário da direita radical entre 2011 e 2018. Em relação à evolução na elaboração deste tipo de proposta pelos parlamentares do estado, destaca-se que na segunda legislatura houve um aumento de mais de 300% no número de proposições. Todos os projetos classificados como “Redução do Estado” versavam sobre a flexibilização de direitos trabalhistas, em especial, defendiam a negociação coletiva entre empresários e trabalhadores quanto aos salários, férias e jornada de trabalho em sobreposição à legislação trabalhista vigente no período.

Os projetos classificados como “família/moralidade” foram os que mais se sobressaíram tanto em relação ao número de PLs apresentados no período, quanto em relação à evolução no

percentual de projetos de uma legislatura para a outra, saltando de 1 entre 2011-2014 para 9 entre 2015-2018 (aumento de 800%). Entre as propostas, identificadas nesta categoria, incluem-se temas como a censura etária nas manifestações artísticas, ampliação da punição para a prática de aborto, defesa de valores nacionalistas, restrições ao debate público sobre gênero e sexualidade e defesa da atuação do Estado para a garantia de padrões morais entre cônjuges e na criação dos filhos.

A categoria “Escola sem Partido” também demonstrou um grande aumento no número de proposições (1 projeto na 1ª legislatura e 4 projetos na 2ª), indicando maior disposição dos parlamentares em se posicionarem frente ao debate da moralização na educação básica, com textos em defesa de mudanças na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), preservação de uma ética religiosa, moral e cívica, permissão da educação domiciliar para crianças e jovens, e proibição de disciplinas, ensino e abordagens de teorias sociais (especialmente as marxistas) e identidade sexual e de gênero.

Os projetos classificados como “Movimentos Sociais” incluem propostas em torno da repressão a movimentos sociais e manifestações de rua, com propostas com vistas a limitar os direitos de manifestação e as ocupações pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MTST).

Embora tenham sido observadas justificativas de cunho religioso em projetos relacionados ao tema do aborto, só houve 1 projeto caracterizado como “religião” (2ª legislatura), isto é, somente 1 projeto demonstrou objetivamente a finalidade de estabelecer alterações na legislação para incorporar elementos religiosos na ordem político/social, neste caso, propondo a obrigatoriedade de que empresas de radiodifusão incluíssem músicas gospel na programação diária.

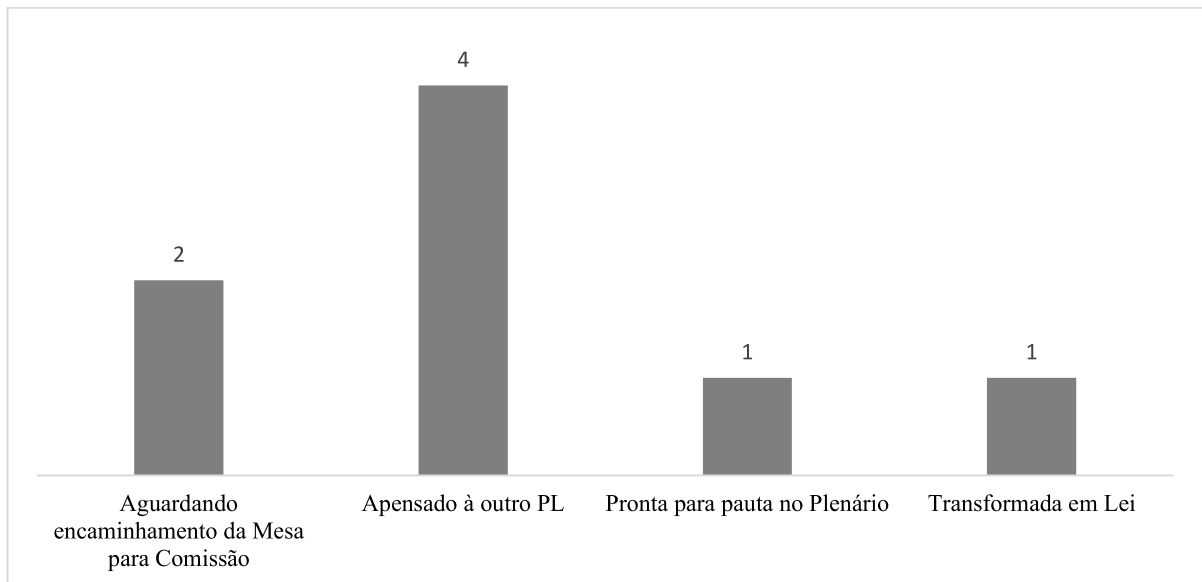
A categoria “direitos Humanos” foi a única que demonstrou uma pequena retração (25%) na quantidade de propostas de uma legislatura para a outra. Os projetos classificados nessa categoria incluem, principalmente, propostas com vistas à ampliação do porte de armas, valorização de categorias policiais e militares e ampliação do aparelho de repressão contra o crime.

Em geral, esses resultados apontam para um aumento significativo na quantidade de Projetos de Lei elaborados por parlamentares mineiros que dialogam com o contexto da radicalização da direita no país em, praticamente, todas as categorias. Embora os projetos vinculados à agenda de redução do Estado tenham triplicado, observou-se um crescimento ainda maior nos projetos vinculados a questões comportamentais, de cunho conservador, tendo

as categorias “Família/Moralidade” e “Escola sem Partido” alcançado as maiores taxas de aumento no período observado.

Em relação à variedade de temas e à quantidade de projetos, o que se nota é que a bancada eleita em 2014 teve um engajamento maior para com as questões associadas à pauta da direita radical, posicionando-se diante de temas polêmicos característicos de uma agenda conservadora e na defesa de propostas neoliberalizantes, voltadas para a redução de direitos dos trabalhadores. Os Gráficos 11 e 12 mostram informações sobre a situação atual dos projetos.²⁸

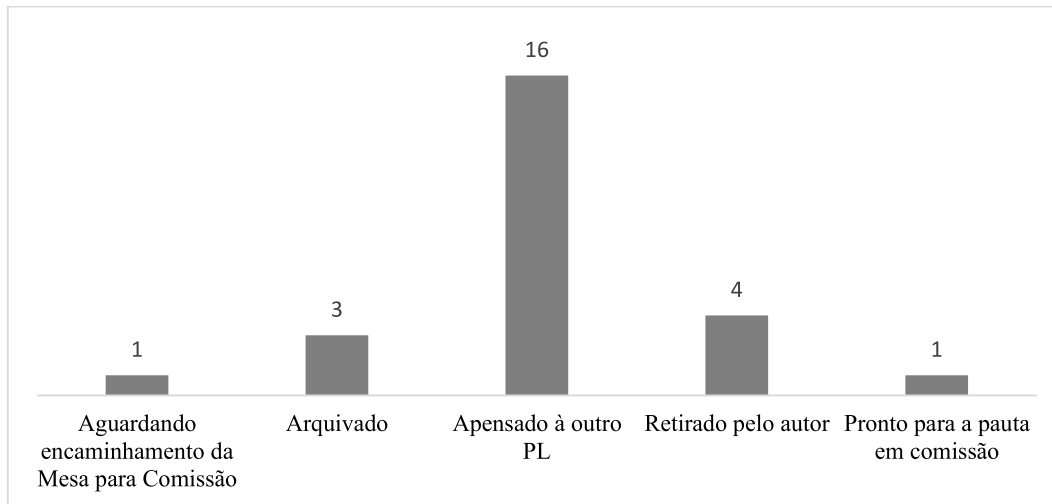
Gráfico 11 – Situação dos PLs apresentados entre 2011 e 2014 pelos deputados da bancada mineira na Câmara dos Deputados



Fonte: Elaboração própria

²⁸ As informações foram coletadas no Portal da Câmara dos Deputados em novembro de 2020 e, portanto, a situação de cada projeto em relação à fase de tramitação é referente a esse período.

Gráfico 12 - Tramitação dos PLS elaboradas entre 2015 e 2018



Fonte: Elaboração própria

Dos 33 PLS encontrados, a maioria (mais de 60%) foi apensada, isto é, foram agrupados a outros projetos que versavam sobre os mesmos temas para que a tramitação ocorresse em conjunto. Apenas um projeto, apensado a outro, foi transformado em Lei; mais de 20% foram arquivados ou retirados pelos autores e uma minoria (menos de 15% dos projetos) ainda aguarda encaminhamento para seguir na votação.

A única proposta que alcançou êxito na Câmara refere-se ao PL 7645/2014, apresentado pelo deputado Luiz Gonzaga Ribeiro (PDT), conhecido como Subtenente Gonzaga, em junho de 2014, que foi votado e transformado em Lei Ordinária²⁹. A proposta do ex-policia militar alterou o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, extinguindo a pena de prisão disciplinar para as polícias e bombeiros militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal. O texto, aprovado em plenário, atendia a uma antiga reivindicação dos militares, discorrendo sobre a valorização dos profissionais da categoria e afirmando que as prisões disciplinares hierárquicas configuravam punições desumanas e humilhantes que não passavam pelo devido processo legal. Contudo, algo que dividiu opiniões diante da aprovação desta Lei foi a possibilidade de ampliação do poder coercitivo por parte dos policiais militares. A exemplo disso, o governador do estado da Bahia, Rui Costa (PT) ajuizou, em 2019, uma ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) alegando que ao interferir

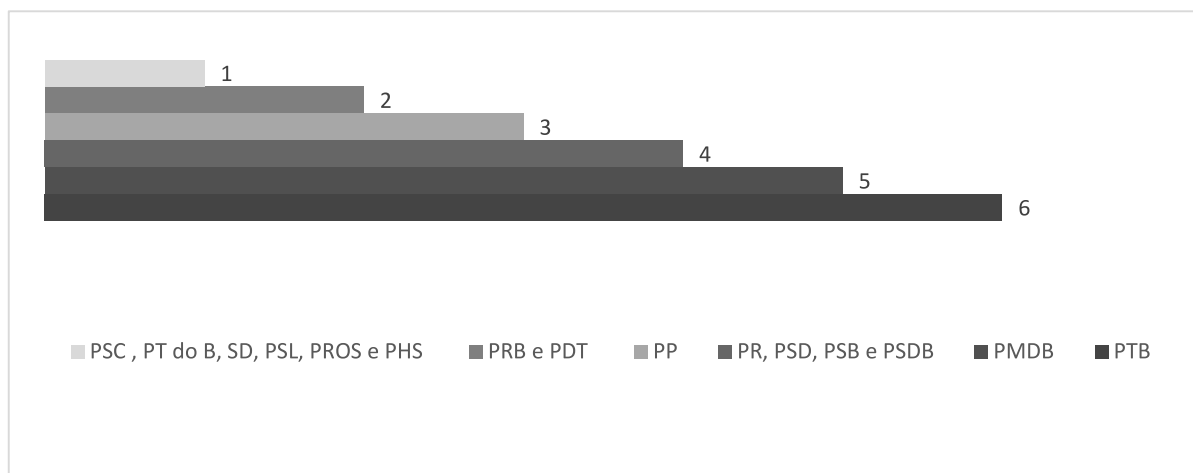
²⁹ Lei Ordinária nº 13967 de 2019

na hierarquia e na disciplina das carreiras militares, o poder público estaria abrindo prerrogativa para “concessões descabidas de habeas corpus e para eventuais abusos de poder”.³⁰

Os gráficos apresentados deixam clara a dificuldade encontrada pelos parlamentares em avançarem com suas propostas, o que pode se dever, em parte, aos constrangimentos institucionais e aos custos associados ao processo legislativo; mas, também, ao caráter polêmico de muitas propostas.

Comparando as duas legislaturas, é possível notar o aumento não apenas na quantidade de projetos com esse viés direitista mas, também, na quantidade de deputados que se dedicaram à elaboração de propostas voltadas para o conservadorismo moral e para a redução do Estado. Considerando o total de 53 deputados federais que compõem a bancada do estado, entre 2011 e 2014, apenas 7 parlamentares elaboraram projetos de cunho ideológico mais alinhado à direita. Já entre 2015 e 2018, esse número dobrou, passando para 14 parlamentares. Com as exceções do PDT e do PSB, todos os partidos representados por esses parlamentares eram alinhados com a direita ou com a extrema-direita e todos os proponentes eram do sexo masculino. O gráfico 13 apresenta a quantidade de propostas por partido:

Gráfico 13 – Número de propostas por partido³¹



Fonte: Elaboração própria.

³⁰ Portal de notícias do Supremo Tribunal Federal.

³¹ Alguns projetos foram apresentados por mais de um deputado mineiro, em alguns casos, os autores eram de partidos diferentes, por isso a quantidade total de propostas por partido é diferente da quantidade total de projetos

O partido que mais apresentou projetos foi o PTB, todos de autoria do deputado, missionário religioso, membro da Renovação Carismática Católica (RCC) e idealizador do maior evento católico do país, “Cristo é Show”, Eros Biondini. Eles foram apresentados entre 2015 e 2018 e todos inseridos nas categorias comportamentais “Família/moralidade” e “Escola sem Partido”, com textos em defesa do aumento da punição para a prática e a propaganda de meios abortivos, da proibição de pesquisas com embriões, de alterações na LDB para extinguir o que o deputado denominou “ideologia de gênero” (incluindo materiais didáticos, disciplinas e aulas que identificam a diversidade sexual e de gênero nas escolas) e um pedido para substituir na Lei Maria da Penha (11.340/06), o termo “gênero” por “sexo”. Após 2016, com a sua migração para o PROS, Biondini que foi membro titular da Comissão Externa de Consumo de drogas entre os jovens no Brasil, continuou com a elaboração de projetos de cunho conservador e religioso, no entanto, nenhum de seus projetos teve sucesso na tramitação, alguns foram retirados por ele e outros foram apensados a outros Projetos de Lei.

O segundo partido na liderança das propostas foi o PMDB, com 5 proposições. Contudo, nenhuma proposta foi enviada na primeira legislatura, coincidindo com o período em que o partido compunha a base do governo petista. A ruptura do PMDB com o governo do PT e, posteriormente, a posse de Michel Temer na Presidência da República, coincidiram com o período da segunda legislatura em que esses projetos foram apresentados. O alinhamento desses parlamentares com o governo reformista e neoliberal de Temer fica ainda mais evidente pelo fato de que todos os projetos encaminhados por deputados do PMDB se inserirem na categoria “Redução do Estado”, sendo 4 deles de autoria do deputado Mauro Lopes e 1 do deputado Silas Brasileiro, todos voltados para a flexibilização das leis trabalhistas.

Entre os 16 projetos enviados por deputados do PR, PSB, PSD e PSDB, 9 enquadram-se em categorias comportamentais, em especial, propostas em torno do aborto, da ideologia de gênero e da educação domiciliar. Entre eles, o PSD demonstrou maior inclinação a medidas voltadas para a flexibilização das leis trabalhistas e para a restrição às ações de movimentos sociais. Entre os deputados do PSB e do PSDB, além das propostas de caráter comportamental, há projetos a favor da facilitação para o porte e a compra de armas de fogo.

Os projetos encaminhados pelo PP foram todos de autoria do deputado Franklin Lima, pastor da Igreja Mundial do Poder de Deus em Belo Horizonte, radialista e diretor da emissora de televisão TV Mundial. Elaborados entre 2015 e 2018, os projetos concentraram-se na categoria comportamental, incluindo a censura a manifestações artísticas com conteúdos sexuais e a inclusão de músicas gospel na programação das empresas de radiodifusão. Os dois

projetos encaminhados pelo PDT, foram elaborados pelo deputado Subtenente Gonzaga e ambos se enquadram na categoria “direitos humanos” por defenderem a redução de critérios para a aquisição de armas de fogo. Os demais partidos contavam com um número menor de parlamentares e apresentaram projetos diversos, isto é, enviaram propostas dispersas entre todas as categorias.

O quadro a seguir apresenta a informação dos projetos aos quais as iniciativas dos deputados mineiros foram apensadas.

Quadro 1 – PLs apresentados por deputados de outros estados aos quais os PLs dos deputados mineiros foram apensados

PROJETO	AUTOR	PARTIDO	CATEGORIA	SITUAÇÃO
PL 4193/2012	Irajá Abreu (TO)	PSD	Redução do Estado	Arquivado
PL 3722/2012	Rogério Peninha Mendonça (SC)	PMDB	Direitos Humanos	PPP
PL 6480/2009	Moreira Mendes (RO)	PPS	Movimentos Sociais	PPP
PL 3501/2008	Joaquim Beltrão (AL)	PMDB	Direitos Humanos	Arquivada
PL 6411/2013	Carlos Bezerra (MT)	PMDB	Redução do Estado	Arquivada
PL 7180/2014	Erivelton Santana (BA)	PSC	Escola sem Partido	ACCT
PL 7221/2014	Ruben Figueiró (MS)	PSDB	Redução do Estado	ADRC
PL 5964/2013	Rogério Peninha Mendonça (SC)	PMDB	Movimentos Sociais	APRC
PL 5269/2001	Pedro Simoni (RS)	PMDB	Família/moralidade	ACCE
PL 9000/2017	Onyx Lorenzoni (RS)	DEM	Família/moralidade	APRC
PL 7477/2010	Sandro Mabel (GO) Luiz Bassuma (BA) e Miguel	PR	Família/moralidade	ADRC
PL 478/2007	Martini (MG)	PT e PHS	Família/moralidade	APRC
PL 1545/2011	Eduardo Cunha (RJ)	PMDB	Família/moralidade	APRC
PL 4744/2012	Sérgio Souza (PR)	PMDB	Escola sem Partido	PLEN

*Legenda: Pronta para a pauta em plenário – PPP; aguardando parecer do relator em comissão –APRC; aguardando constituição de comissão temporária – ACCT; Aguardando Designação de Relator em Comissão – ADRC e Aguardando criação de comissão especial – ACCE.

Fonte: Elaboração própria.

Todos os PLs dos deputados mineiros (projetos de origem) que foram apensados a outros projetos (projetos de destino) permaneceram com a classificação original, isto é, seguem identificados conforme a classificação dos temas característicos da direita radical. No entanto, nenhum dos projetos de destino chegou a ser votado em plenário até a presente data (fevereiro

de 2021). Na autoria desses PLs predominaram os parlamentares do PMDB de diversos estados e os demais projetos dispersaram-se entre diferentes partidos. Assim como os projetos de origem, todas as propostas foram enviadas por parlamentares do sexo masculino, destacando-se a predominância de propostas de caráter comportamental.

Em geral, houve uma sintonia entre os partidos dos parlamentares que elaboraram os projetos de origem e de destino, com a participação do PMDB, PSD, PSDB e PSC. O PT aparece uma única vez com o Projeto de Lei nº478 de 2007, de autoria do deputado Luiz Bassuma, da Bahia, propondo o enrijecimento da punição para a prática do aborto. Ademais, o que se nota é a predominância dos partidos da direita e da direita radical como protagonistas desse tipo de proposta.

Retornando aos projetos de origem apresentados pelos deputados da bancada mineira, observa-se que na legislatura 2010-2014, os deputados Diego Andrade/PSD e Lincoln Portella/PR foram os que mais se destacaram na apresentação de projetos classificados como de direita radical, tendo cada um deles proposto dois PLs (juntos apresentaram 4 dos 8 projetos encontrados nessa legislatura). Os dois projetos do deputado do PR classificam-se como “Família/Moralidade”, enquanto os dois projetos do deputado do PSD tratavam de temas ligados à “Redução do Estado” e “Movimentos Sociais”. O deputado do PR, Lincoln Portella, que redigiu outros dois projetos na categoria Família/Moralidade na legislatura 2015-2018, é um pastor batista que possui carreira no jornalismo e no radialismo cristão mineiro. Portella, integrante da bancada evangélica, exerceu cinco mandatos consecutivos (1998 a 2018), foi um dos deputados que votou a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, e em 2019 protocolou pedido de audiência pública para debater a criação do “Dia do Orgulho Cristão”.

Na legislatura 2015-2018, os parlamentares que mais contribuíram para o crescimento de projetos dessa natureza foram os já citados, Eros Biondini (PTB) e Franklin Lima (PP). Ambos concentraram seus esforços na elaboração de projetos nas categorias de cunho comportamental/costumes. Os dois deputados também fizeram parte do grupo de parlamentares que votou a favor do *impeachment* em 2016.

Outro deputado que também contribuiu para o crescimento no número de projetos da direita radical na legislatura 2015-2018 foi o pemedebista Mauro Lopes, empresário, proprietário de empresas de distribuição de petróleo e de postos de gasolina, que concentrou todos os seus projetos na categoria “Redução do Estado”, propondo, principalmente, medidas

de flexibilização das leis trabalhistas. Lopes elegeu-se pela primeira vez em 1995, quando era filiado ao PFL, mas passou a maior parte de sua trajetória política no PMDB, atual MDB.

Em síntese, se considerarmos as informações apresentadas até aqui (demonstradas na tabela 3) podemos notar que, de fato, houve um aumento substantivo no volume de projetos da pauta da direita radical na iniciativa dos deputados mineiros. A categoria “Redução do Estado” que incluiu projetos em defesa da flexibilização dos direitos trabalhistas que, na primeira legislatura, só contou com 1 projeto de um único deputado, revelou, através de um aumento significativo na segunda legislatura, um interesse maior por parte dos parlamentares em apoiar a política neoliberalizante do governo de Michel Temer. Não só isso, além do aumento no número de projetos, os resultados apontaram que mais deputados engajaram-se neste propósito.

Se observarmos as categorias vinculadas aos temas comportamentais, notamos um engajamento ainda maior, demonstrando que entre os dois períodos houve, de fato, uma adesão por parte de parlamentares da bancada mineira a uma onda de conservadorismo e defesa de padrões morais na sociedade brasileira. Ao observarmos o perfil dos parlamentares que se destacaram na autoria dos PLs fica ainda mais claro um viés ideológico radical, na atuação de políticos ligados à classe empresarial, no protagonismo de projetos voltados para a precarização dos direitos trabalhistas, e de políticos com papéis de liderança em movimentos e grupos religiosos, em defesa da conservação de valores tradicionais e religiosos. Neste sentido, considerando o progresso científico, as conquistas dos movimentos minoritários e a amplitude alcançada pelo debate social de temas que, em décadas anteriores, eram considerados assuntos problemáticos e tabus, é justo falar em radicalismo, uma vez que ao defender o controle do Estado sobre questões de ordem cultural, comportamental e religiosa, esses parlamentares manifestam opiniões e preferências na direção de um retrocesso em relação à pluralidade das identidades individuais.

Quadro 2 – Panorama geral dos PLs apresentados pelos deputados da bancada mineira e seus respectivos autores (2011-2018)

Deputado	Partido	Ideologia	Projetos	Categorias
Lincoln Portela	PR	Direita	*PL 3179/2012	Família/moralidade
	PRB	Direita Radical	*PL 5069/2013	Escola sem Partido
			**PL 8509/2017	
			**PL 9057/2017	
Diego Andrade	PSD	Direita	*PL 7341/2014	Redução do Estado
			*PL 8292/2014	
			**PL 4865/2016	
			**PL 9230/2017	
Isaias Silvestre	PSB	Esquerda	*PL 5069/2013	Família/moralidade
Bernardo Santana	PR	Direita	*PL 6970/2013	Direitos Humanos
Stefano Aguiar	PSC	Direita	*PL 5299/2013	Redução do estado
	PSB	Esquerda	**PL 1859/2015	Escola sem Partido
Rodrigo de Castro	PSDB	Direita	*PL 1360/2011	Direitos Humanos
Subtenente Gonzaga	PDT	Esquerda	*PL 7645/2014	Direitos Humanos
			**PL 4134/2015	
Delegado Edson	PR	Direita	**PL 5065/2016	Movimentos Sociais
Pastor Franklin	PT do B	Direita	**PL 2387/2015	Família/Moralidade Religião
			**PL 6654/2016	
			**PL 8429/2017	
			**PL 8873/2017	
Silas Brasileiro	PMDB	Direita	**PL 2673/2015	Redução do Estado
Mauro Lopes	PMDB	Direita	**PL 6322/2016	Redução do Estado
			**PL 6321/2016	
			**PL 6324/2016	
			**PL 6563/2016	
Eros Biondini	PTB	Direita	**PL 2731/2015	Família/moralidade
	PROS	Direita	**PL 1859/2015	Escola sem Partido
			**PL 3983/2015	
			**PL 477/2015	
		**PL 2731/2015		
Tenente Lúcio	PSB	Esquerda	**PL 1703/2015	Direitos Humanos
Bonifácio Andrada	PSDB	Direita	**PL 1859/2015	Escola sem Partido
Laudívio Carvalho	SD	Direita	**PL 9019/2017	Família/Moralidade
Marcelo Álvaro	PSL	Direita Radical	**PL 10262/2018	Família/Moralidade
Marcelo Aro	PHS	Direita	**PL 3321/2015	Escola sem Partido

Legenda: *Projetos apresentados entre 2011 e 2014, ** projetos apresentados entre 2015 e 2018.

Fonte: Elaboração própria.

No próximo capítulo apresentamos uma análise do comportamento dos deputados da bancada mineira em votações de projetos que podem ser considerados como centrais na pauta da direita radical.

5. CAPÍTULO 4 – COMPORTAMENTO LEGISLATIVO

Em geral, as investigações acerca do comportamento parlamentar são utilizadas pelos analistas políticos para verificar problemas e hipóteses relacionadas a quatro questões centrais: o comportamento dos parlamentares em relação a temas substantivos, o posicionamento ideológico dos deputados, a disciplina em relação às orientações do partido e a disciplina em relação à coalizão.

A exemplo disso, o trabalho de Leoni (2002, p. 362 e 382) sobre ideologia e comportamento parlamentar sugere que a posição dos deputados federais no continuum ideológico explica a dinâmica da maioria das votações em plenário (mais de 85%). A metodologia empregada por Leoni permitiu a criação de mapas espaciais que situaram ideologicamente não apenas os partidos, mas também, as preferências individuais dos atores ante as votações nominais. Segundo o autor, no período analisado (1991-1998) a ideologia parecia ter um papel importante para explicar as preferências manifestas pelos deputados, o que ficava especialmente claro nos resultados das votações dos projetos apresentados pelo Poder Executivo nos quais havia uma nítida distinção entre os parlamentares de direita e de esquerda, que faziam total ou nenhuma oposição ao Governo Federal.

Em relação à disciplina partidária, os estudos do comportamento parlamentar podem indicar tanto a relação entre partido e ideologia quanto conclusões acerca da relevância dos partidos políticos. Neste ponto, a obra de Figueiredo e Limongi difere das conclusões de Leoni, sugerindo que são os partidos que se comportam ideologicamente. Assim sendo, trata-se de uma linha de pesquisa que investiga em que medida os deputados votam de acordo com a orientação das lideranças dos partidos e em que medida os partidos influenciam no processo legislativo. Ao analisarem 221 votações nominais da Câmara dos Deputados do período de 1989 à 1994, os autores constataram que a disciplina partidária era muito superior ao que supunha a literatura até o momento. Segundo os autores “fossem os partidos brasileiros meras siglas de aluguel a reunir os deputados de acordo com sua conveniência de momento, os índices de unidade partidária não poderiam ser assim tão altos” (1999, p. 12). Após esse período outros autores buscaram atualizar a análise de Figueiredo e Limongi chegando à mesma conclusão sobre o comportamento disciplinado dos parlamentares e a possibilidade de discernir de forma clara diferentes blocos ideológicos (citar aqui os autores).

Os usos da análise de dados sobre o comportamento dos legisladores, em votações nominais, nos exemplos apontados, diferem tanto em relação aos contextos, quanto aos problemas de pesquisa propostos. No entanto, o que cabe observar é que tal proposta analítica vem sendo utilizada pelos pesquisadores, com êxito, para interpretar relações institucionais, determinantes para o funcionamento da democracia brasileira, uma vez que cada contribuição abre caminho para novas hipóteses e observações. No caso da questão da radicalização da direita, seguimos identificados com o conjunto de estudos que apontam o fator “ideologia” como uma dimensão válida de análise, admitindo que o voto nominal dos parlamentares é capaz de expressar as suas preferências ideológicas e, por conseguinte, o papel da Câmara dos Deputados na caminhada para o extremismo direitista.

Há de se considerar, contudo, que os dados referentes às votações possuem suas limitações enquanto indicadores de comportamento, visto que os Projetos de Lei antes de chegarem ao plenário percorrem inúmeras instancias, incontáveis correções e discussões pelas comissões e negociações em arenas informais que, na maioria das vezes, não chegam ao conhecimento do eleitorado ou dos pesquisadores e que, portanto, não podem ser alcançados apenas com a análise do resultado das votações. Mas há de se considerar, também, que esses resultados são indicadores objetivos que permitem alcançar, em grande medida, a preferência individual dos deputados e/ou partidos, visto que nesta modalidade de votação eles precisam se manifestar publicamente. Além disso, a análise do comportamento dos deputados em votações nominais nos permite observar a disciplina partidária, uma vez que é possível identificar quando o deputado votou de acordo com a orientação de seu partido e de sua coalizão.

Nas duas legislaturas observadas, durante oito anos (2011-2018), a Câmara dos Deputados votou 149 Projetos de Lei (PLs), entre eles projetos de autoria do Poder Executivo, da Câmara, projetos de autoria do Senado Federal, Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN), Projetos de Lei de Conversão (PLV) e Projetos de Lei Complementar (PLP).³²

O objetivo da análise do comportamento dos deputados nas votações foi verificar como os deputados da bancada mineira comportaram-se em votações de projetos que tinham em suas

³² PLNS são proposições destinadas a dispor sobre matéria orçamentária de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo. PLVs são projetos que surgem a partir da aprovação de Medida Provisória (MP) com emendas pelo Congresso Nacional. E PLPs são projetos que estipulam regras para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Podem ser apresentados por qualquer deputado ou senador, comissão da Câmara, do Senado ou do Congresso, pelo presidente da República, pelo procurador-geral da República, pelo Supremo Tribunal Federal, por tribunais superiores e cidadãos. Fonte: Portal da Câmara dos deputados.

ementas temas importantes para a agenda da direita radical. Foram considerados apenas os projetos que foram efetivamente votados em plenário. Do total dos projetos votados, 16 se encaixavam em algumas das pautas da direita radical, mas apenas para 10 foi possível identificar uma votação nominal que pudesse ser objeto de análise. Destes, 4 votações ocorreram na legislatura 2011-2014 (2 sobre redução do estado, 1 sobre direitos humanos e 1 sobre movimentos sociais) e 6 na legislatura 2015-2018 (sendo 5 na categoria redução do estado e 1 na categoria família/moralidade). Entretanto, para alguns deles, as votações em plenário foram simbólicas e não permitiam o registro do comportamento individual. Para viabilizar a análise buscamos identificar alguma etapa de tramitação do projeto na qual os legisladores tiveram que se expressar nominalmente.

5.1 Classificação dos partidos

Classificar os partidos políticos brasileiros no espectro ideológico tem sido, ao longo de décadas de pesquisas acadêmicas, uma tarefa árdua e delicada. No período ditatorial (1964-1988) com a presença de apenas dois partidos havia uma demarcação mais simplificada entre a direita radical representada pelo autoritarismo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que não se situava à esquerda, mas que aglutinava forças opositoras ao regime militar. Ao fim deste período, com o retorno do multipartidarismo, o que se observou foi o surgimento de novas siglas partidárias, duas delas, o PFL e o PMDB, herdeiras do bipartidarismo do período anterior e outras como PTB, PDT, PT, PC do B, PSB e PSDB (todas registradas ainda na década de 1980) sob a liderança de políticos, militantes e representantes de organizações atuantes desde antes de 1964. De lá para cá a quantidade de partidos se multiplicou, chegando a contar, em 2021, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, com 33³³ partidos registrados.

O alto número de partidos atuantes no país e as controvérsias entre os estatutos dessas siglas, a atuação de seus atores no Poder Executivo e no Legislativo e o perfil de seu eleitorado são fatores que dificultam e quase impossibilitam uma classificação exata e objetiva no eixo esquerda-direita. No entanto, há um notável esforço por parte dos cientistas políticos em driblar tais dificuldades e estabelecer padrões de classificação plausíveis que são de alta relevância para viabilizar novas pesquisas sobre a conjuntura política brasileira.

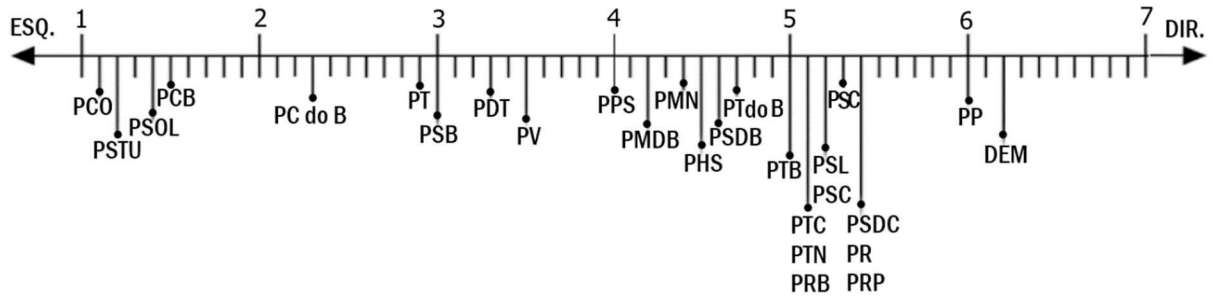
³³ Lista de partidos políticos segundo o TSE, disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse#>, acessado em 10/02/2021.

Neste esforço, há autores que optam por conduzir *surveys* questionando os próprios atores como eles se posicionam no eixo ideológico; outros que analisam a composição social (perfil socioeconômico) dos membros dos partidos e de seu eleitorado; os que observam o comportamento dos parlamentares em plenário e o comportamento dos membros dos partidos diante das alianças eleitorais e coalizões políticas. Há ainda autores que consideram os manifestos dos partidos, as análises dos discursos dos parlamentares, ou que se baseiam na opinião dos próprios cientistas políticos para alocar os partidos no eixo ideológico.

Diante do processo recente de radicalização da direita, é produtivo que consideremos, principalmente, classificações mais recentes, tanto pela sua capacidade de incluir uma maior quantidade de partidos (considerando que muitos foram criados na última década) quanto por viabilizarem análises atualizadas acerca dos processos de transformação política no país e de alterações no comportamento dos partidos. A lista atualizada dos partidos com registro no TSE foi incluída no Anexo 1.

Madeira e Tarouco (2015, p. 30 e 31) ao abordarem o tema da classificação ideológica apresentaram o resultado do *survey*, realizado no sétimo encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em 2010, no qual os acadêmicos das áreas temáticas de eleições e representação política e de instituições responderam a um questionário situando os partidos brasileiros em uma escala de sete pontos, em que 1 representava extrema esquerda e 7 a extrema direita. A média dos resultados obtidos classificou, em ordem crescente, entre 1 e 3 pontos (mais à esquerda) o PCO, PSTU, PSOL, PCB, PC do B, PT e o PSB. Entre 3,1 e 5 pontos (mais ao centro) o PDT, PV, PPS, PMDB, PMN, PHS, PSDB, PT do B e o PRB; e entre 5,1 e 7 pontos (mais à direita) o PTN, PRB, PSL, PSC, PRTB, PSDC, PR, PRP, PP e DEM, conforme a figura a seguir:

Figura 1 – Classificação ABCP 2010

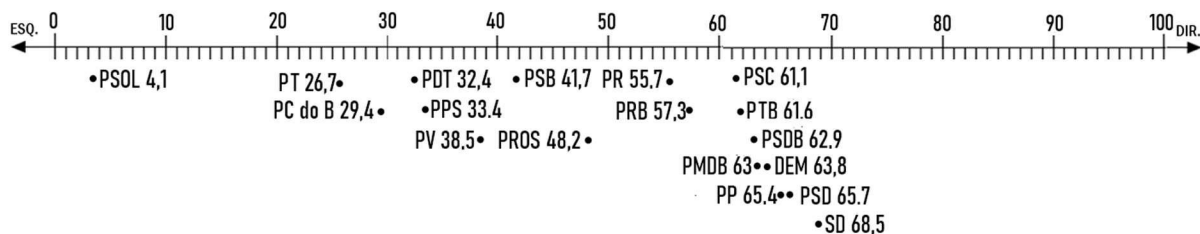


Fonte: Adaptado de Madeira e Tarouco (2015, p. 31)

Um ponto interessante nessa escala é que os analistas situaram partidos no extremo da esquerda, mas não consideraram a existência de partidos no extremo da direita. Outro aspecto relevante, também observado pelos autores, é a distribuição de partidos ao longo de toda a escala, o que indica alta diversidade no perfil dos partidos analisados.

Scheffer (2016) utilizou-se da análise do comportamento dos deputados federais em votações nominiais, ocorridas no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2015), para mensurar a ideologia dos partidos políticos. Para isso ele escolheu votações de projetos com claro teor ideológico, tanto com pautas em torno do Estado Mínimo quanto pautas ligadas ao conservadorismo moral. A partir da observação de projetos onde seria esperado que esquerda e direita votassem majoritariamente “sim” ou “não”, a depender do peso ideológico das pautas, o autor conseguiu elaborar uma média percentual e classificar os partidos em uma escala onde 0 indica máximo à esquerda e 100 indica máximo à direita. O resultado obtido segue na Figura a seguir:

Figura 2 – Classificação de Scheeffer 2016

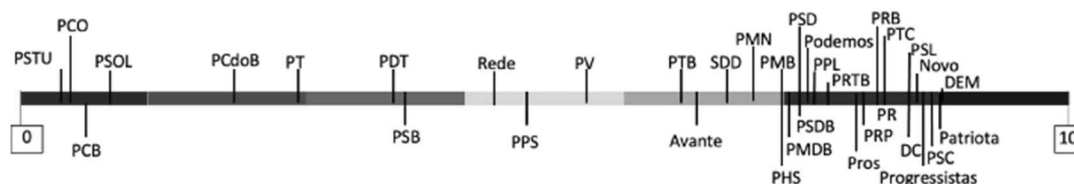


Fonte: Adaptado de Scheeffer (2016, p. 134)

A classificação de Scheeffer sugere uma escala ideológica onde a grande maioria dos partidos analisados se posiciona no centro. Neste caso, o autor operou com um número menor de partidos, 18, considerando apenas aqueles que tiveram representantes eleitos em todas as votações com no mínimo 2 parlamentares. Comparando as duas escalas, nota-se que não há divergências em relação à classificação anterior para alguns partidos como PSOL, PT e PC do B que aparecem em ambas as escalas como partidos mais alinhados com a esquerda. No entanto, partidos que foram classificados com alto alinhamento ao campo da direita na classificação da ABCP, como o DEM e o PP, aparecem nesta segunda escala identificados como direita ou centro-direita (63,8 e 65,4, respectivamente, em uma escala de 0 a 100), não havendo, portanto, nenhum partido situado na extrema direita.

Outra pesquisa realizada recentemente (2018) pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários, da Universidade Federal do Paraná, publicada por Bolognesi, Codato e Ribeiro (2020) efetuou a classificação de 35 partidos políticos. No total, 519 cientistas políticos do Brasil e do exterior responderam a um questionário situando os partidos em uma escala de 10 pontos, sendo 0 o máximo à esquerda e 10 o máximo à direita. A partir dos resultados, os autores classificaram os partidos em sete categorias ideológicas:

Figura 3 – Classificação Bolognesi, Codato e Ribeiro 2020



Posição ideológica dos partidos políticos brasileiros

Legenda

- extrema esquerda
- esquerda
- centro esquerda
- centro
- centro direita
- direita
- extrema direita

Fonte: Observatório das Eleições 2020

Esta classificação é especialmente importante para a investigação acerca da radicalização da direita por se tratar de uma pesquisa recente que foi organizada em um período crucial da política do país, permitindo que os respondentes pudessem observar o comportamento dos partidos depois de episódios importantes como a votação do impeachment de Dilma Rousseff, a votação da reforma trabalhista e a eleição presidencial de 2018. Talvez por esse motivo, partidos como PMDB, PPS e PSDB que em classificações anteriores sempre ocuparam o centro do eixo ideológico, tiveram, nessa escala, uma posição mais acentuada à direita. Outro aspecto importante é que, embora seja notória a concentração de partidos nos grupos de direita, esta escala apresenta uma dispersão de partidos por todos os grupos, o que nos permite inferir que houve maior rigor, por parte dos respondentes, em alocar os partidos na escala de 10 pontos, respeitando as especificidades de cada um. Além disso, esta pesquisa foge da avaliação simplista que, comumente, classifica os partidos entre esquerda, centro e direita, e, por isso, nos permite observar as inúmeras variações classificatórias, visto que não há uma unidade ideológica exata.

Por fim, considerando as escalas observadas e os inúmeros impasses que acometem este tipo de classificação, optamos por conduzir a análise do comportamento dos partidos nas votações usando como referência o trabalho de Bolognesi, Codato e Ribeiro, mas com algumas

alterações. Em primeiro lugar, reunimos os partidos que os autores classificam como extrema-esquerda, esquerda e centro-esquerda classificando-os apenas como “esquerda”. Os partidos classificados como centro-direita e direita também serão reunidos e classificados como “direita tradicional”. Os partidos de “centro” permanecerão com a mesma nomenclatura e os partidos da extrema direita serão classificados como “direita radical”. Essas alterações facilitam a análise dos partidos por contar com blocos maiores e se adapta melhor aos objetivos de nossa pesquisa que é verificar as diferenças entre os partidos da direita tradicional e os partidos que se inserem no campo da direita radical. Em segundo lugar, também serão feitas alterações em relação aos partidos que compõem esse grupo da direita radical. Considerando os partidos que tem demonstrado, ao longo da atual legislatura (56^a) um maior alinhamento tanto com pautas radicais do campo da direita e do campo conservador, quanto com o bolsonarismo, optamos por compor essa categoria com o REPUBLICANOS, o PSL e o PATRIOTA. E considerando também a dificuldade de se classificar determinados partidos diante dos eventos, posicionamentos, alianças e cisões que ocorrem no cenário contemporâneo, optamos por analisar separadamente o PP, o PSC e o DEM. Assim poderemos verificar os partidos que, segundo os especialistas, ocupam posições mais proeminentes à direita, observando essas siglas com o cuidado de não as categorizar, precocemente, sem evidências mais enxutas. Dessa forma, a classificação a ser utilizada no presente trabalho para analisar os resultados das votações nominais segue no quadro a seguir:

Quadro 3 – Classificação ideológica dos partidos

Bloco	Partidos
Esquerda	PSTU, PCO, PCB, PSOL, PC do B, PT, PDT e PSB
Centro	REDE, PPS/CIDADANIA* e PV
Direita Tradicional	PTB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PMN, PMB, PHS, PMDB, PSDB, PSD, PTN /PODEMOS*, PPL, PRTB, PROS, PRB, PR/PL*, PROS, PTC, DC, NOVO e PROGRESSISTAS
Direita Radical	PRB/REPUBLICANOS*, PSL e PRP/PATRIOTA*
Isolado	PP
Isolado	DEM
Isolado	PSC

* Partidos que mudaram de nome ou que foram incorporados

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Bolognesi, Codato e Ribeiro, 2020.

5.2 Análise das votações

Em ambas as legislaturas, os projetos identificados com o ideário da direita e da radicalização da direita pertencentes à categoria “Redução do Estado” foram os que mais alcançaram êxito no processo de tramitação chegando à votação em plenário, seja do texto final ou de destaques e emendas. Os PLs dessa categoria concentraram-se, exclusivamente, em torno da flexibilização das leis trabalhistas e da privatização de empresas estatais. Os demais temas surgiram em apenas três votações, distribuídas nas duas legislaturas. Isso sugere que embora haja uma vasta elaboração de projetos vinculados ao conservadorismo moral e religioso (como foi apresentado no capítulo 3), estes projetos não alcançaram força parlamentar para caminhar até a votação em plenário. O que se observa é que são os projetos vinculados ao ideário neoliberal que possuem maior expressão e interesse entre os legisladores. O Quadro a seguir apresenta informações sobre as votações analisadas.

Quadro 4 – Votações analisadas

Proposição	Ementa resumida	Autor	Votação analisada	Autoria	Data da votação	Legislatura	Situação
PL 7.376/2010	Cria a Comissão Nacional da Verdade	Poder Executivo	Requerimento de urgência 1548/2011 Plenário	Brizola Neto (PDT/RJ)	21/09/2011	2011-2014	Transformado na Lei Ordinária 12528/2011
PL 6738/2013	Cotas para negros em concursos públicos	Poder Executivo	Redação Final	Poder Executivo	26/03/2014	2011-2014	Transformado na Lei Ordinária 12990/2014
PL 4246/2012	Aumento no tempo de direção dos motoristas profissionais	Jerônimo Goergen (PP/RS)	Retirada do art. 235-C (que aumentava o limite da prorrogação da jornada de trabalho) do art. 6º do Substitutivo do Senado Federal	Ivan Valente, (PSOL/SP); Arnaldo Jordy (PPS/PA); Eurico Júnior (PV/RJ); e Assis Melo (PCdoB/RS)	29/04/2014	2011-2014	Transformado na Lei Ordinária 13103/2015

PL 7699/2006	Identidade de gênero das pessoas com deficiência	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Destaque referente ao pedido de retirada do inciso VI do § 4º do art. 18 para retirar a parte do texto acerca da identidade de gênero e da orientação sexual	Rosângela Gomes (PRB/RJ)	05/03/2015	2015-2018	Transformado na Lei Ordinária 13146/2015
PLP 302/2013	Seguro-desemprego de trabalhadores domésticos	Senado Federal - Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal	Requerimento de destaque para suprimir a parte do texto que concedia o máximo de 3 meses de seguro desemprego	Chico Alencar (PSOL/RJ)	17/03/2015	2015-2018	Transformado na Lei Complementar 150/2015
PL 4330/2004	Regime de trabalho terceirizado	Sandro Mabel (PL/GO)	Emenda aglutinativa nº15 que alterou a Subemenda Substitutiva Global aprovada em 08/04/2015 para permitir que o regime de trabalho terceirizado pudesse ser estendido à atividade fim.	Arthur Oliveira Maia (SD/BA) e Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	22/04/2015	2015-2018	Aguardando apreciação pelo Senado Federal

PL 6726/2013	Concessão do Pré-Sal	Mendonça Filho (DEM/PE)	Requerimento de urgência (REQ 1219/2015) solicitado pelo autor do projeto para antecipar a apreciação da proposta em plenário	Mendonça Filho (DEM/PE)	06/10/2015	2015-2018	Apensado ao PL 4973/2013
PL 4302/1998	Regime de trabalho temporário e terceirizado	Poder Executivo	Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.302 de 1998	Senado Federal	22/03/2017	2015-2018	Transformado na Lei Ordinária 13429/2017
PL 6787/2016	Mini Reforma trabalhista	Poder Executivo	Subemenda Substitutiva Global apresentada pelo Relator da Comissão Especial, ressaltados os destaques.	Relator deputado Rogério Marinho (PSDB-RN)	26/04/2017	2015-2018	Transformado na Lei Ordinária 13467/2017
PL 10332/2018	Privatização de empresas da Eletrobrás	Poder Executivo	Subemenda Substitutiva Global apresentada pelo Relator da Comissão de Minas e Energia	Relator Deputado Julio Lopes (PP-RJ)	04/07/2018	2015-2018	Arquivada

Fonte: Elaboração própria

5.2.1 PL 7.376/2010 – Comissão Nacional da verdade

Em maio de 2010 a presidenta, Dilma Rousseff (PT), apresentou o PL 7.376/2010 que tinha por objetivo aprovar a criação de uma comissão responsável por esclarecer violações graves aos direitos humanos em razão de perseguições políticas entre 1964 e 1988 (período que contempla a ditadura militar). A versão final do texto, aprovado no plenário da Câmara, em setembro de 2011, permitiu a criação da Comissão, concedendo o direito de investigação de casos de tortura, assassinatos, desaparecimento de vítimas, ocultação de cadáveres e a divulgação dos achados históricos, incluindo a identificação das instituições, dos locais e de outras possíveis documentações envolvidas nessas práticas.

A chamada Comissão Nacional da Verdade foi questionada, à época, por parte da classe política e das Forças Armadas, sob alegações de que, ao desenterrar os crimes cometidos durante a ditadura, o projeto contrariava a Lei da Anistia, implementada após a redemocratização do país. Por meio de carta às redes sociais, o general Maynard Marques Santa Rosa, chefe do Departamento Geral do Exército alegou que “A Comissão da Verdade certamente será composta dos mesmos fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o sequestro de inocentes e o assalto a bancos como meio de combate ao regime, para alcançar o poder” (Azevedo, 2020).

O projeto foi aprovado por votação simbólica, portanto não foi possível analisar objetivamente a preferência dos parlamentares pela aprovação ou pela rejeição da proposta. No entanto, em setembro de 2011, dezesseis meses após a apresentação do projeto, foi votado nominalmente o pedido de urgência (REQ 1548/2011) do deputado carioca, Brizola Neto (PDT), para que a proposta fosse, enfim, apreciada em plenário. Admite-se que, embora essa votação não seja referente à redação final, ela seja capaz de demonstrar a intenção dos parlamentares diante da proposta, uma vez que, ao aprovarem o requerimento de urgência, a apreciação passaria para a ordem do dia e os deputados precisariam deliberar sobre o assunto, o que os levaria, por conseguinte, a aprovar ou rejeitar a criação da Comissão. Além do mais, o âmago dessa votação envolveu o debate acerca de um revisionismo histórico em torno de um período austero da trajetória política do país; período este, que até os dias de hoje, permeia a contraposição ideológica entre esquerda e direita, principalmente por grupos da direita radical que negam a violência da ditadura, atacam os direitos humanos e promovem manifestações em defesa do intervencionismo militar como alternativa para reconstituir a ética na política e na sociedade. Portanto, trata-se de um projeto que afetou os interesses, de parte da classe política, em manter no passado um trecho da história que poderia e pode revelar um alinhamento impopular do ponto de vista eleitoral tanto para os próprios parlamentares, quanto para seus partidos. Até porque muitos partidos de direita com representação na Câmara dos Deputados possuem vínculos históricos com a ditadura militar, inclusive alguns políticos em atividade nesta votação tinham filiação partidária ou vínculos familiares com políticos da ARENA. E de outro lado, também haviam parlamentares de partidos de esquerda como PC do B e PT que participaram dos movimentos em defesa dos direitos humanos e da militância pelo fim da ditadura. Ou seja, a suposição mais óbvia é de que esses dois blocos teriam posturas opostas diante da expectativa em torno da criação desta Comissão, principalmente, os parlamentares da

direita radical. Do total de 53 deputados eleitos por Minas Gerais, 40 participaram da votação. Os resultados seguem na tabela 4:

Tabela 4 — Votação do Requerimento de Urgência para criação da Comissão Nacional da Verdade (2011)

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	9	100	0	0	0	0
Centro	2	100	0	0	0	0
Direita Tradicional	14	82,4	3	17,6	0	0
DEM	3	60	1	20	1	20
PP	4	80	0	0	1	20
PSC	1	700	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados

Nesta votação nenhuma bancada orientou o voto contrário, mas dez partidos liberaram os deputados para votarem conforme suas preferências individuais. Os blocos “esquerda” e “centro” se comportaram como era esperado, com 100% de aprovação ao requerimento. Nenhum parlamentar da “direita radical” participou desta votação. No DEM, o deputado Lael Varella (DEM) foi o único que contrariou sua bancada votando “não” ao requerimento de urgência. O único deputado do PSC votou favorável ao requerimento assim como os 3 deputados do PP. Entre os partidos classificados como direita tradicional, apenas quatro votaram contra o requerimento: José Humberto (PHS), Aelton Freitas (PR), Bernardo Santana de Vasconcellos (PR) e Luís Tibé (PT do B), no entanto, eles haviam sido liberados pelas bancadas.

Embora a bancada mineira tenha votado, em sua grande maioria (82%), pela aprovação do requerimento, a taxa de aprovação entre os mineiros foi inferior ao resultado observado na Câmara como um todo (86,9% de votos “sim”) e à bancada paulista (83,3% de votos “sim”).

Enquanto os parlamentares mineiros dos partidos mais radicais à direita, em sua maioria, foram favoráveis ao requerimento, em âmbito nacional, a direita radical apresentou 28,6% de reprovação, seguida por 22,2% do DEM, 19,3% do PP e 13,3% do PSC. Se compararmos estes dados com os percentuais atingidos em Minas Gerais, podemos considerar que a direita radical,

em Minas Gerais, praticamente não se opôs à criação da Comissão, no entanto, quase todos esses partidos tiveram baixíssima representação no estado (nenhum parlamentar dos partidos do bloco “esquerda radical” e 1 do PSC) com as exceções do DEM com 4 deputados demonstrando um resultado muito mais aproximado do posicionamento do partido a nível nacional e do PP, com 3 deputados, que também se aproximou mais do cenário geral da votação no plenário, com um percentual mais baixo de rejeição. Portanto, pode-se considerar que os deputados mineiros oriundos dos partidos mais radicais à direita não tiveram protagonismo na rejeição da criação da Comissão Nacional da Verdade e, por isso, nesta votação, não contribuíram para o crescimento do radicalismo da direita, no entanto, em nível nacional, esses mesmos partidos foram os que mais alinharam à radicalização, quando observado este projeto, especificamente.

5.2.2 PL 6738/2013 – Cotas para negros em concursos públicos

O Projeto de Lei 6.738 apresentado pelo Poder Executivo em novembro de 2013 com o objetivo de implementar um sistema de cotas raciais para candidatos a concursos públicos provocou grande repercussão na sociedade e na mídia, naquele ano. Assim como a Lei de Cotas Raciais para ingresso em universidades públicas (Lei nº 12.711, de agosto de 2012), o projeto da Presidência da República propunha trazer um avanço na luta centenária pela igualdade de direitos, propondo que 20% das vagas para cargos em concursos públicos fossem reservadas aos candidatos negros.

O histórico dos partidos políticos e movimentos sociais de esquerda no país no embate às desigualdades sociais e das minorias sugeria que o bloco da esquerda se manifestasse a favor do projeto e os partidos de direita, que tendem a aderir aos princípios meritocráticos do neoliberalismo, tivessem maior resistência ao projeto. É preciso considerar, contudo, que a notoriedade do movimento negro e de outras minorias cresceu nas duas últimas décadas e, por isso, o voto contrário a uma pauta como essa poderia ganhar visibilidade e provocar mobilização do eleitorado. Por isso nossa hipótese para esse caso em especial é de que somente os parlamentares mais extremados à direita se manifestariam publicamente contra o sistema de cotas raciais. Os resultados apresentados na tabela 5 são referentes à votação da redação final do projeto, ocorrida em 26 de março de 2014.

Tabela 5 – Votação da redação final do projeto que criava cotas raciais em concursos públicos

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	8	100	0	0	0	0
Centro	2	100	0	0	0	0
Direita Tradicional	14	82,3	3	17,7	0	0
Direita radical	1	100	0	0	0	0
DEM	3	100	0	0	0	0
PP	2	66,6	1	33,3	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados.

Nesta votação, com exceção de três partidos – o Solidariedade que optou pela obstrução e PSD e PSC que liberaram seus parlamentares para votarem conforme suas preferências – todos os demais partidos orientaram suas bancadas pelo voto favorável. Como era esperado, o voto “sim” predominou em todos os blocos, com destaque para o DEM cujos 3 parlamentares votantes seguiram a orientação do partido e o bloco da “direita radical” que contou com o voto favorável do único deputado presente à votação, George Hilton (PRB). Radialista e apresentador de TV, Hilton, um dos poucos parlamentares negros da bancada mineira, também é pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e possui uma longa trajetória de filiações partidárias. Foi deputado estadual entre 1998 e 2007 passando pelo PRT, pelo PL e pelo PSL; eleito Deputado Federal em 2010 e 2014; pelo PRB; em 2016, após ser nomeado por Dilma Rousseff como Ministro dos Esportes, ele filiou-se ao PROS, em 2017 foi para o PSB,; em 2018 para o PSC e em 2020, concorrendo ao cargo de vereador pelo município de Contagem/MG pelo PT, não alcançando êxito. Embora estivesse filiado à um partido conservador, Hilton compôs a base aliada do governo petista; em 2016 votou contra a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, contra a PEC do Teto dos Gastos Públicos e votou a favor do processo que pedia abertura de investigação do então presidente Michel Temer.

Nenhum deputado do PSC participou desta votação. O bloco “direita tradicional” foi majoritariamente favorável à aprovação do projeto com a exceção dos Deputados Mauro Lopes (MDB), Diego Andrade (PSD) e Dr. Grilo (SDD) que contrariaram a orientação do governo e de suas bancadas. O mesmo ocorreu com o PP que contou com a participação de 3 deputados, dois deles favoráveis e 1 contrário (Renzo Braz).

Nesta votação, o resultado apresentado pela bancada mineira foi extremamente semelhante ao resultado apresentado pela Câmara dos Deputados como um todo (Câmara: 88,2% de votos “sim” contra 10,1% de votos “não” e MG: 88,2% de votos “sim” contra 11,7% de votos “não”). O estado de São Paulo demonstrou maior resistência em aprovar o projeto com 83,6% de votos “sim” e o Rio de Janeiro foi o mais favorável entre os três com 95% de votos “sim”.

Todos os parlamentares da direita radical (cenário geral e bancada mineira) votaram favoráveis ao projeto (100% de votos “sim”). O DEM, no cenário geral, foi mais resistente à criação das cotas (9,5% de votos “não” no plenário, contra 0% em Minas Gerais). E a bancada mineira do PP foi a que mais demonstrou rejeição pela aprovação do projeto, com 33,3% de votos “não” superando, inclusive, a rejeição demonstrada pelo partido em todo o plenário da Câmara, que obteve 14,3% de votos “não”. Já o PSC, não teve representação no estado nessa votação, mas em âmbito nacional, o partido revelou 55,5% de rejeição à criação das cotas raciais.

Neste caso, não só em Minas Gerais, mas considerando os parlamentares de todos os estados brasileiros, o que se viu foi que os partidos observados isoladamente foram mais combativos ao projeto do que os partidos agrupados no bloco “direita radical”. O que nos leva a observar, mais atentamente, se esta votação, em especial, representou um caso isolado ou se, de uma forma geral, DEM, PP e PSC são partidos que realmente já tinham um alinhamento mais acentuado para com as pautas da direita radical ainda na primeira legislatura observada.

5.2.3 PL 4246/2012 – Aumento no tempo de direção dos motoristas profissionais

O Projeto de Lei do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) alterou partes da Consolidação das Leis Trabalhistas que versavam sobre a categoria dos motoristas profissionais. Entre as alterações, aprovadas pelo plenário da Câmara, destaca-se o aumento de 5% para 10% da tolerância admitida sobre os limites de peso bruto do caminhão por eixo para rodagem, o fracionamento do tempo de descanso durante as viagens de longa distância, a definição de que o tempo de espera para carga e descarga, quando superior a duas horas, contará como período de repouso e a prorrogação da jornada diária de trabalho por até 4 horas mediante convenção ou acordo coletivo.

Segundo o autor do projeto, as mudanças precisavam ser implementadas por que a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) prejudicaram os custos de produção e a classe dos empresários do ramo dos transportes. Em suas palavras: “o que se tem de concreto até agora é a total inviabilidade, tanto do trabalhador que exerce a profissão de motorista quanto das empresas que prestam serviço de transporte de carga, de trabalharem em conformidade com a atual legislação” (PL4.246/2012, GOERGEN, 2012, p. 03).

O aumento na tolerância admitida sobre os limites de carga e do limite da quantidade de horas dirigidas produzem impactos tanto nos direitos trabalhistas, quanto na segurança, especialmente, dos caminhoneiros. Estes, antes da aprovação do projeto, já trabalhavam sob o regime de 4 horas ininterruptas no volante (passando para 5,5 horas) e já enfrentavam altos índices de acidentes rodoviários por conta do alto peso das cargas, do risco das viagens noturnas, do pouco tempo de repouso e dos prazos de carga e descarga estabelecidos pelos empregadores. Além disso, o aumento no limite da carga tende a danificar mais o asfalto, intensificando o número de acidentes e a necessidade de manutenção das estradas.

Tentando reduzir os impactos do projeto, a bancada do PC do B solicitou uma votação nominal para votar o destaque do art. 6º do Substitutivo do Senado Federal, na tentativa de suprimir o artigo 235-C que aumentava o limite da prorrogação da jornada de trabalho diária de 2 para 4 horas (que permite que os motoristas profissionais trabalhem até 12 horas por dia).

Na última sessão extraordinária do dia 29 de abril de 2014, a supressão do artigo 235-C foi discutida pelas lideranças e rejeitada de forma simbólica. Enquanto as lideranças dos partidos de direita foram unânimes em orientar pelo voto “sim”, ou seja, para não suprimir o artigo e manter o texto original, apenas o PC do B, o PSOL e o PV orientaram pelo voto “não” para que o artigo fosse suprimido.

Os demais partidos do bloco “esquerda” apresentaram opiniões divergentes³⁴, o deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO) orientou a bancada pela manutenção do texto, argumentando que que o PDT havia participado dos debates e da comissão especial e que, por conta disso, ele tinha absoluta certeza de que a manutenção do texto representaria a vontade soberana dos caminhoneiros do país. A bancada do PSB, através do deputado Glauber Braga

³⁴ Sessão deliberativa extraordinária da Câmara dos Deputados, 29/04/2014, páginas 90 a 112, disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2014/4/EN2904141811.pdf>. Acessado em: 09/03/2021

do Rio de Janeiro, não defendeu, nem reprovou a retirada do artigo, apenas admitiu que haviam divergências de opiniões que eram válidas e que, por isso, o partido liberaria os parlamentares. No PT, os parlamentares demonstraram um explícito conflito de opiniões, por exemplo, o deputado paulista Arlindo Chinaglia defendeu a manutenção do texto, alegando que tal escolha estava de acordo com as demandas das centrais sindicais e com as preferências dos próprios caminhoneiros que tinham mais propriedade para tratar do assunto do que os parlamentares. Já os deputados petistas Amauri Teixeira (BA) e Carlos Zarattini (SP) argumentaram que o aumento da jornada de trabalho dos caminhoneiros levaria os trabalhadores à exaustão e provocaria mais acidentes rodoviários.

Contrariando os argumentos de parte dos deputados do PT, PDT e PSB, grupos sindicais ligados à categoria dos motoristas profissionais foram à público manifestar seu posicionamento diante da aprovação do PL 4.246 pelo plenário da Câmara. Segundo os manifestos, embora alguns deputados tenham garantido que a deliberação contou com o debate prévio com a categoria, na realidade, a aprovação da lei tratou-se, tão somente, da materialização dos interesses dos empresários. Cerca de um mês após a aprovação do projeto na Câmara, representantes dos motoristas de todas as regiões do Brasil fincam 5.000 cruzeiros em frente ao Congresso Nacional em Brasília. Em repúdio à deliberação dos parlamentares, a SEEDESP³⁵ declarou que:

A proposta que revoga a Lei dos Motoristas foi enganosamente “vendida” para a sociedade e para os deputados federais como sendo a manifestação de vontade dos trabalhadores (...) de modo que se o agronegócio conseguir aprovar e transformar em lei as condutas agressivas e perigosas persistentes, violadoras de direitos humanos, anti-sociais diariamente praticadas contra os trabalhadores motoristas, que desafiam o Estado Democrático de Direito e a vida, ele deverá assumir a responsabilidade por tal ato. (SEEDESP, 20/05/2014)

Em carta aberta³⁶ à presidenta Dilma Rousseff, em março de 2015, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT, a Central dos Trabalhadores

³⁵ SEEDESP – Sindicato dos empregados em empresas distribuidoras de gêneros alimentícios, remédios, jornais e revistas, de gás (GLP), materiais para escritório, peças e acessórios para veículos, materiais para construção, empresas de sucatas e de materiais para reciclagem, locadoras de veículos, prestadoras de serviço com veículo, e empresas similares do estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.seedesp.org.br/Destaque.aspx?id=18>. Acessado em 09/03/2021.

³⁶ Nota De Repúdio, União Geral dos Trabalhadores, 04/03/2015, disponível em: <https://ugt.org.br/post/9139-Nota-de-Repudio>. Acessado em: 09/03/2021.

e Trabalhadoras do Brasil – CTB, a União Geral dos Trabalhadores – UGT e mais de 250 federações e movimentos sindicais manifestaram repúdio à sanção do projeto, alegando que a greve dos caminhoneiros usada para pressionar o governo petista não passou de uma farsa oriunda de uma minoria não representativa e “patrocinada por maus empresários do setor de transporte, grandes embarcadores e o agronegócio” para favorecer o lucro e para sustar o compromisso assumido pelo Brasil em prol da redução dos acidentes rodoviários.

Os manifestos dos grupos sindicais, ainda que tenham sido publicados após a votação do projeto, revelam a enorme contradição no discurso dos deputados de esquerda que defenderam a manutenção do texto original. O PT, embora estivesse historicamente vinculado a projetos em defesa dos direitos dos trabalhadores, orientou pela liberação dos parlamentares e após o resultado da votação nominal requerida pela bancada do PC do B o bloco “esquerda” se dividiu, o resultado segue na tabela 6:

Tabela 6 – Aumento do tempo de prorrogação das horas de trabalho para motoristas profissionais

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	2	40	3	60	0	0
Centro	1	100	0	0	0	0
Direita Tradicional	19	100	0	0	0	0
Direita radical	1	100	0	0	0	0
DEM	3	100	0	0	0	0
PP	3	100	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados.

Embora o PT não tenha orientado os votos de sua bancada, o que se observa é que apenas o bloco “esquerda” teve votos contrários (60% de votos “não”), enquanto que os demais blocos e partidos foram unânimes em aprovar a emenda.

O deputado Fábio Ramalho do PV foi o único parlamentar mineiro que não seguiu a orientação da bancada, votando “sim”. E nenhum deputado do PSL de Minas participou desta votação.

No geral, a bancada mineira, proporcionalmente, colaborou mais do que todo o plenário da Câmara, apresentando 90,6% de votos “sim” contra 78,5% do plenário em geral. Se comparada às bancadas carioca e paulista, a bancada mineira também obteve percentuais maiores para a aprovação do projeto com mais de 25% de diferença nos votos “sim”, demonstrando maior adesão dos deputados mineiros ao tema de interesse.

Em comparação, as bancadas mais alinhadas à direita, tanto em Minas Gerais quanto no Plenário da Câmara, foram majoritariamente favoráveis ao projeto. O bloco “direita radical” e o DEM apresentaram 100% de votos sim nos dois cenários. Já o PP, em Minas Gerais, colaborou mais com a aprovação do projeto do que a totalidade dos deputados (100% de votos “sim” em MG contra 95,2% de votos “sim” da Câmara).

5.2.4 PL 7.699/2006 – Identidade de gênero das pessoas com deficiência

O PL 7.699 foi apresentado pelo deputado Paulo Paim (PT/RS) em dezembro de 2006 com o intuito de instituir a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, garantindo direito à acessibilidade, transporte, tratamentos especializados pelo SUS. A votação da redação final do projeto foi realizada de forma simbólica em 05 de março de 2015. Neste mesmo dia, o plenário votou a incorporação e a retirada de destaques do texto.

Um dos destaques mais polêmicos foi o pedido de retirada do inciso VI do § 4º do art. 18 que dava destaque ao respeito à identidade de gênero e à orientação sexual dos portadores de deficiência nos atendimentos realizados pelo SUS, apresentado pelo bloco composto pelo PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL e PT do B. Em suma, este inciso, concede garantia de respeito e tratamento digno, mediante à identidade sexual e de gênero de pessoas portadoras de deficiência, especificamente, no âmbito dos serviços oferecidos pelo SUS.

Este projeto, por ter relação com as minorias e por tocar no tema da liberdade da expressão do gênero e da sexualidade nos traz uma oportunidade de verificar o comportamento dos deputados mineiros e as prováveis diferenças entre os blocos. Principalmente, porque no pedido de retirada do inciso já houve, de antemão, um pressuposto ideológico, visto que o bloco que apresentou o pedido da retirada deste inciso do texto é composto por partidos que possuem vínculo com organizações religiosas, entre eles o PRB (atual REPUBLICANOS), que foi fundado e presidido por membros da Igreja Universal do Reino de Deus e que, segundo Valle (2018, p. 89) contava com 71,4% de deputados evangélicos em 2015 e 63,3% em 2018. O bloco

incluía também o PSC, ligado à Assembleia de Deus e com 75% de deputados evangélicos em 2015 e 50% em 2018; e por partidos que possuem alto número de parlamentares evangélicos como o PMN (composto por 33,3% de evangélicos em 2015 e em 2018) e o PTC com 50% em 2018.

Por essa razão, estima-se que as bancadas que compõem o bloco que formalizou o pedido, tal como as demais bancadas de partidos mais conservadores demonstrassem predileção pelo voto “não” (para que as expressões fossem retiradas do texto original). Por outro lado, por se tratar de uma matéria que permeia o âmbito dos costumes e das tradições, não podemos deduzir que os partidos mais progressistas demonstrariam unanimidade em aprovar a manutenção do texto original. Nossa hipótese inicial é de que, diferentemente, dos projetos relacionados à redução do Estado, as propostas de cunho comportamental tendem a evocar interpretações e preferências mais particulares do que coletivistas. Os resultados seguem na tabela 7:

Tabela 7 – Votação em separado do inciso VI do § 4º do art. 18 da subemenda substitutiva global de Plenário ao PL nº 7.699/2006 para suprimir do texto original os termos “orientação sexual” e “gênero”

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	9	69,2	4	30,8	0	0
Direita Tradicional	10	50	9	45	0	0
Direita radical	0	0	1	100	0	0
DEM	2	100	0	0	0	0
PP	0	0	4	100	0	0
PSC	0	0	0	0	1	100

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados.

Nesta votação, além do bloco que propôs a retirada dos termos “gênero” e “sexualidade” (composto pelo PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL e PT do B), o bloco composto pelo PMDB, PP, PTB, PSC, PHS e PEN além do PR, do PDT e o Solidariedade também orientaram pelo voto “não”

Entre os parlamentares mineiros do bloco “esquerda” apenas os membros do PT foram unânimes em votar pela manutenção do texto; todos os deputados do PSB contrariaram a orientação da bancada optando pelo voto “sim” e o deputado Mário Heringer (PDT) também contrariou sua bancada, votando “sim”. Demonstrando divisão entre os parlamentares de esquerda em relação à manutenção da parte do texto que garante o respeito à identidade sexual e de gênero das pessoas com deficiência.

Na direita tradicional, apenas a bancada do PSDB orientou o voto “sim” e os 5 deputados votantes do partido seguiram a orientação. Todos os demais partidos do bloco orientaram pelo voto “não”, no entanto, 50% do bloco optou pela manutenção do texto original; dentre os deputados que mais contrariaram a bancada, destaca-se o PSD que teve 3 votos “sim”, os demais deputados, em geral, seguiram a orientação pelo voto “não”.

Entre os partidos observados separadamente, os dois deputados do DEM que participaram da votação seguiram a orientação da bancada votando “sim”. Os quatro deputados do PP também seguiram suas bancadas votando “não”. E a única parlamentar mineira do PSC presente no plenário naquele dia, Raquel Muniz, absteve-se do voto e por isso o gráfico não apresenta os resultados deste partido. Interessante observar o posicionamento das lideranças do DEM que, ao contrário do esperado, orientou pela manutenção do texto.

O bloco “direita radical” e o PP apresentaram os resultados esperados, com 100% adesão à retirada da regulamentação dos direitos de identidade sexual e de gênero pelos portadores de deficiência os atendimentos do SUS, indo contra o governo e respeitado a orientação de suas bancadas.

Nesta votação, a manutenção do inciso foi aprovada por 51,1% do plenário da Câmara; a bancada mineira demonstrou um índice de aprovação quase idêntico (51,2%), enquanto que os resultados do Rio de Janeiro e de São Paulo demonstraram maior divisão em relação ao tema; a minoria dos deputados cariocas, apenas 28,1% votaram “sim” e a maioria da bancada paulista contribuiu para a aprovação (60% de votos “sim”).

Entre os deputados da direita radical, os mineiros tiveram maior rejeição (100%) do que o plenário da Câmara (94,7%). O mesmo ocorreu com a bancada mineira do PP, que rejeitou absolutamente o projeto, demonstrando um resultado mais distante do partido em âmbito nacional (70,3% de votos “não”). Apenas o DEM apresentou um resultado controverso, tanto em Minas, quanto no plenário, onde obteve 70% de votos favoráveis.

5.2.5 PLP 302/2013 - Seguro-desemprego de trabalhadores domésticos

O Projeto de Lei Complementar nº 302, de 2013, foi elaborado pela Comissão Mista de Consolidação da Legislação e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, em 2013, para consolidar direitos dos trabalhadores domésticos que ainda não haviam sido contemplados pela PEC 66 de 2013 (conhecida como PEC das Domésticas). Embora a PEC 66 tenha efetivado um avanço nos direitos trabalhistas como regras para a jornada de trabalho, pagamento de horas-extra e salário mínimo, ainda existiam outras pautas importantes que aguardavam votação para que a lei entrasse em vigor.

Em 17 de março de 2015, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou um destaque polêmico do PSOL à emenda substitutiva da deputada Benedita da Silva (PT/RJ) para a PLP 302/2013 que alterou a quantidade de parcelas de seguro desemprego para os trabalhadores domésticos de 3 para 5, equiparando o acesso ao seguro à demais categorias profissionais.

O caráter polêmico da votação se deve ao fato de que a emenda substitutiva da deputada Benedita da Silva contrariou a Medida Provisória da Presidenta Dilma Rousseff e a própria tradição emblemática do partido pela defesa da classe trabalhadora, propondo um limite máximo de 3 meses de seguro-desemprego para a categoria dos empregados domésticos; enquanto que o PSOL, através de um destaque do deputado carioca Chico Alencar, defendeu a prorrogação do seguro para 5 meses. O discurso do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) durante o debate sobre o destaque ressaltou a contradição partidária diante dessa questão:

Eu só quero aqui orientar quem está votando “sim”. Olhe o descabro: a MP da Presidente Dilma diz que o seguro-desemprego é de 3 a 5 meses para todos os trabalhadores. No texto da Deputada Benedita da Silva, ela regra 3 meses para a empregada doméstica. O PSOL está corrigindo isso, colocando de 3 a 5 meses também para a empregada doméstica. É muito simples: se a MP da Presidente Dilma fala em 5 meses para todo mundo, por que discriminar a empregada doméstica? É uma loucura a votação do PT e do PMDB contrária a isso! Quer dizer, contra a empregada doméstica. Não dá para compreender a Benedita da Silva nesse sentido. O PSDB vota “não” ao texto. Vota a favor do destaque. Deputado Nilson Leitão, 2015, p. 289.³⁷

³⁷ Sessão Deliberativa Ordinária, nº 034.1.55.O, 17/03/2015, Câmara dos Deputados, p. 289. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2015/3/V1703151400.pdf>. Acessado em: 12/03/2021

Este destaque que representou uma vitória para a causa trabalhista foi aprovado pelo plenário com 61,4% dos votos. No entanto, como já fora mencionado, a ampliação da quantidade de parcelas do seguro-desemprego foi polarizada pelo oposicionismo entre o governo e a oposição. Enquanto o governo e as bancadas do PT, do PSB e do PC do B orientaram pelo voto “sim” para que o limite de 3 parcelas fosse mantido no texto, algumas bancadas mais situadas à direita como PSDB e DEM orientaram pelo voto “não”. Uma possível explicação para comportamento da esquerda é a de que, naquele momento, aumentar a quantidade de parcelas do seguro desemprego geraria gastos que poderiam comprometer a gestão do governo petista e por isso a atitude mais racional por parte do governo, e dos partidos mais fiéis de sua base aliada, seria rejeitar o destaque, enquanto que, para os partidos que compunham a oposição mais fervorosa ao governo do PT, votassem pela ampliação da quantidade de parcelas, não como manifestação ideológica de uma defesa genuína da classe dos empregados domésticos, mas como forma de combater a gestão petista.

Tabela 8 – Aumento da quantidade de parcelas do seguro desemprego para trabalhadores domésticos

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	10	76,9	3	23,1	0	0
Centro	1	100	0	0	0	0
Direita Tradicional	14	63,6	8	36,4	0	0
Direita radical	1	100	0	0	0	0
DEM	1	20	1	50	0	0
PP	1	25	3	75	0	0
PSC	0	0	1	100	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados.

Como já fora previsto pela orientação das bancadas, os deputados mineiros do bloco da esquerda não foram unânimes em aprovar a mudança (76,9% dos votos SIM), se aproximando do bloco da direita tradicional.

Na direita radical, o único deputado presente à votação, Marcelo Álvaro Antônio (PRP), votou a favor; no centro, o mesmo ocorreu com o único deputado presente, Fábio Ramalho (PV).

Os partidos analisados separadamente, DEM, PP e PSC votaram “não” em sua maioria, demonstrando maior rejeição ao destaque do que os deputados agrupados no bloco da direita tradicional.

Comparando o resultado desta votação com o total de deputados votantes (61,4% de votos “sim”), a bancada mineira aderiu mais à proposta com 63,6%, diferente de outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo que tiveram uma votação mais dividida com, 55,9% e 49,1% de votos “sim”, respectivamente. O que indica, portanto, que a bancada mineira, em geral, foi mais favorável ao aumento de parcelas de seguro desemprego para os empregados domésticos do que as bancadas do Rio e São Paulo e do que a Casa legislativa como um todo.

A votação pelo aumento na quantidade de parcelas do seguro desemprego dos empregados domésticos, revelou tanto em âmbito nacional, quanto no estado de Minas, aspectos da coalisão governo/oposição da época.

O bloco “direita radical”, no plenário, foi em 94,1 % favorável à manutenção das 3 parcelas, em Minas, o resultado foi de 100% de aprovação à manutenção da quantidade de parcelas. Algo que nos permite duas inferências: a primeira, de que, o PRB, que tem a maior quantidade de deputados deste bloco, integrou a base de apoio à reeleição de Dilma Rousseff e, por isso, o partido, nesta votação, foi fiel à orientação do governo. A segunda, de que, esses parlamentares votaram conforme suas preferências ideológicas, indo contra o trecho do projeto que ampliaria direitos trabalhistas.

O mesmo aconteceu com o PP, que também fazia parte do governo. Neste caso, em âmbito Nacional, o partido obteve 62,5% de votos sim, indo de encontro à orientação do governo petista; já em Minas, o partido de comportou de forma oposta, com 25% de votos “sim”.

Enquanto isso, o DEM e o PSC que já faziam parte da oposição tiveram, respectivamente, 5% e 16,6% de votos “sim” em âmbito nacional, contribuindo para o aumento no número de parcelas e contrariando a bancada governista.

Neste caso, é difícil falar, objetivamente, em voto ideológico; obviamente, uma parcela da própria esquerda se indispôs com sua base de apoio para defender o aumento do seguro desemprego. Mas os partidos mais alinhados com a direita, supostamente, nesta votação, adotaram um voto estratégico, mais característico da democracia de coalisão.

5.2.6 PL 4330/2004 – Regime de trabalho terceirizado

O Projeto de Lei 4.330 de 2014, apresentado pelo deputado Sandro Mabel (PL/GO) protagonizou uma das votações mais polêmicas dos últimos anos. O projeto que reuniu diversos dispositivos em prol da regulamentação do regime de trabalho terceirizado passou por um longo processo de tramitação que dividiu os parlamentares e alarmou os movimentos sindicais, acentuando, principalmente, o embate ideológico das relações entre classes e a questão da intervenção do Estado. O projeto passou por diversas votações nominais e simbólicas antes de ser aprovado, mas foi a emenda aglutinativa nº15 – que defendia que as empresas pudessem subcontratar todos os seus serviços (qualquer atividade) – assinada pelo relator Arthur Oliveira Maia (SD/BA) e pelo líder do PMDB, deputado Leonardo Picciani (RJ) que provocou o maior embate.

Para muitos dos deputados governistas, a emenda representava deliberadamente a precarização dos direitos trabalhistas. Para o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), "acabaram abrindo a porteira para generalizar a terceirização, colocando em risco o emprego de 33 milhões de empregados diretos, que, se terceirizados, vão ganhar 26% a menos, para trabalhar em média três horas a mais" ³⁸(2015, p. 284). Já os defensores da emenda alegaram que a aprovação do projeto era necessária para garantir os direitos dos trabalhadores terceirizados. Segundo o deputado gaúcho, Darcísio Perondi (PMDB), a aprovação da emenda estaria afastando a precarização: "ouvi aqui líderes dizendo que os direitos trabalhistas vão ser enterrados. É o contrário. Estão absolutamente assegurados" (2015, p. 285). O posicionamento da bancada mineira segue na Tabela 9:

³⁸ Sessão Deliberativa Ordinária da Câmara dos Deputados nº 077.1.55.O de 22/04/2015, página 284. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/ordinari/2015/4/V2204151400.pdf>. Acessado em: 12/03/2021

Tabela 9 – Terceirização do trabalho

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	3	23	10	77	0	0
Centro	1	100	0	0	0	0
Direita Tradicional	18	75	6	25	0	0
Direita radical	0	0	1	100	0	0
DEM	1	100	0	0	0	0
PP	3	100	0	0	0	0
PSC	1	100	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do Portal da Câmara dos Deputados.

Nessa votação, os blocos “esquerda” e “direita radical” foram os que demonstraram maior rejeição à emenda, com 77% e 100% de votos “não”, respectivamente. No entanto, enquanto a bancada do bloco de esquerda contou com a participação de 13 deputados, o bloco da “direita radical” contou com apenas um, o deputado Marcelo Álvaro Antônio do PRP. O mesmo se repetiu com o “centro”, o DEM e o PSC que contaram com o voto de apenas um parlamentar cada e por isso demonstraram 100% de aprovação. Já o PP foi o único partido da bancada mineira, com mais de um parlamentar votante que demonstrou total aprovação à terceirização do trabalho para todas as atividades laborais.

Enquanto no cenário geral da votação na Câmara dos Deputados houve uma divisão acentuada dos votos com a aprovação do projeto por apertados 52,6% de votos “sim”, a bancada mineira apresentou uma diferença de quase 10 pontos percentuais (61,3% de votos “sim”), com maior contribuição para a aprovação da emenda tanto em relação ao cenário geral, quanto na comparação com as bancadas fluminense e paulista, que tiveram 50% e 57,9% de votos “sim”, respectivamente.

Enquanto em Minas Gerais, a direita radical foi representada por um único deputado que foi contrário ao projeto, em âmbito nacional, esse bloco, obteve 35,7% de votos favoráveis à terceirização. Já as bancadas mineiras dos partidos isolados, DEM, PP e PSC contribuíram de forma muito mais efetiva para a aprovação do projeto do que suas bancadas nacionais que apresentaram, respectivamente, 75%, 90,3% e 60% de votos “sim”. Ou seja, embora a direita radical tenha sido sub-representada em Minas Gerais nesta votação e por isso, apresente resultados controverso; os partidos que, em Minas, possuem mais representante alinhados à

direita, contribuíram muito mais para este projeto de redução do Estado do que os parlamentares do plenário e de outros Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo.

5.2.7 PL 6.726/2013 – Concessão do Pré-Sal

O Projeto de Lei nº 6.726, elaborado pelo deputado pernambucano Mendonça Filho (DEM), em 2013, atingia diretamente o controle do Estado brasileiro sobre a maior empresa estatal do país. Contrariando a Lei da Partilha (Lei Federal 12.858/13) que destinava os *royalties* do petróleo para a educação e a saúde, a proposta do deputado visava substituir o regime de partilha pelo regime de concessão, permitindo que empresas estrangeiras pudessem arrematar áreas de exploração do Pré-Sal, retirando da Petrobrás a exclusividade sobre a operação e a exploração da área. O texto do projeto afetava diretamente o controle da estatal sobre a administração do petróleo, do gás natural e de outros insumos, os processos de exportação e a política industrial da empresa e, por conseguinte, relacionava-se diretamente com a pauta da redução do estado.

O projeto foi duramente criticado pela bancada governista e chegou a ser arquivado em janeiro de 2015, mas após o desarquivamento, o deputado Mendonça Filho entrou com um requerimento de urgência para a apreciação do projeto no dia 6 de outubro de 2015. Não havendo votações nominais no processo de tramitação do projeto, o resultado que segue é o comportamento dos deputados na votação nominal que indeferiu o pedido de urgência do parlamentar.

Tabela 10 – Concessão de exploração da área do Pré-Sal

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	0	0	14	100	0	0
Centro	0	0	1	100	0	0
Direita Tradicional	7	29,2	17	70,8	0	0
Direita radical	0	0	1	100	0	0
DEM	1	100	0	0	0	0
PP	0	0	3	60%	2	40
PSC	1	100	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados.

Os dados mostram claramente o alinhamento dos partidos de esquerda ao posicionamento do governo que era contrário à apreciação do projeto. Um deputado no centro (Fábio Ramalho (PV)) e um na direita radical (Marcelo Álvaro Antônio (PRP)) votaram de forma semelhante.

O PP também votou majoritariamente contra o projeto. O bloco denominado “direita tradicional” demonstrou maior divisão interna. Apenas o deputado Zé Silva (SD) e os deputados do PSDB (100%) votaram pela aprovação do requerimento. Todos os demais partidos se posicionaram contrariamente. Já o DEM e o PSC, com 1 parlamentar votante em cada partido, demonstraram 100% de aprovação ao pedido de urgência para a votação do projeto.

Nesta votação, a bancada do Rio de Janeiro foi a que demonstrou maior rejeição ao requerimento (90,3% de votos “não”) ao contrário da bancada paulista que teve o menor índice de votos “não” (67,2%). Os parlamentares mineiros (76,6% de votos “não”) aproximaram-se do resultado geral da Câmara dos Deputados (74% de votos “não”). O alto índice de rejeição dos deputados fluminenses pode estar vinculado ao sistema de arrecadação do estado do Rio de Janeiro; mediante a aprovação do projeto, segundo Lopes (2016, p. 37) o estado fluminense, além de ser um dos mais atuantes na extração de petróleo, é também, expressivamente, dependente dos recursos provenientes do petróleo ao ponto de as arrecadações do setor chegarem a quase 15% da receita bruta estadual total entre 2012 e 2014. Por isso, a possibilidade de o estado sofrer modificações na participação especial e, por conseguinte, na arrecadação, pode ter contribuído para a rejeição do requerimento de urgência.

Cabe ressaltar que, no caso dos requerimentos de urgência o posicionamento dos parlamentares não indica, necessariamente, a predileção ou a rejeição ao teor do projeto; ao contrário disso, o voto contrário a um requerimento de urgência pode representar, tão somente, um procedimento estratégico de priorizar determinadas pautas em detrimento de outras. Contudo, no caso deste projeto, o pedido de urgência do partido Democratas inseriu-se no contexto de um debate fortemente difundido na época, principalmente a partir dos impactos da Operação Lava Jato, de que a Petrobrás estaria quebrada por ineficácia da gestão e por consequência de práticas de corrupção e que, por isso, a desnacionalização da empresa e sua posterior inserção no setor privado, seria uma estratégia, necessariamente, urgente, para recuperar a economia do país. Apesar disso, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi um dos parlamentares que defendeu a urgência na alteração do regime de partilha para o regime de concessão, alegando que o regime de partilha estava dando exclusividade à uma empresa estatal ineficiente e falida e, ao mesmo tempo, prejudicando o setor petrolífero privado do Rio de Janeiro e que, portanto, a mudança no regime de exploração do petróleo era uma necessidade urgente. Já os deputados cariocas Alessandro Molon (PT) e Jandira Feghali (PC do B) defenderam a rejeição do requerimento alegando que o fim do regime de partilha só poderia ferir a soberania nacional e os investimentos em políticas públicas e, por isso, não poderia ser votado antes de um amplo debate a respeito dos impactos da aprovação do projeto.

Há de se considerar, portanto, que embora a votação tenha sido referente à um pedido de urgência, o resultado apresentado pelos partidos de direita associado ao discurso³⁹ dos parlamentares que votaram pela urgência no prosseguimento da apreciação do projeto são demonstrativos de sua predileção pela alteração no regime de exploração do petróleo brasileiro, em prol da redução do domínio estatal sobre o setor, não obstante, os únicos três parlamentares cariocas que votaram favoráveis, Rodrigo Maia (DEM), Otávio Leite (PSDB), Ezequiel Teixeira (SD) pertencem à partidos do bloco de direita.

A respeito da contribuição do estado para a radicalização do ideário de direita, cabe frisar que, enquanto os parlamentares do PSC em plenário, apresentaram 50% de votos “sim” e 50% de votos “não”; em Minas, essa bancada foi 100% favorável ao projeto.

³⁹ Sessão Deliberativa Extraordinária nº 297.1.55, de 06/10/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2015/10/EV0610151357.pdf>. Acessado em: 14/03/2021.

5.2.8 PL 4.302/1998 – Regulamenta os regimes de trabalho temporário e terceirizado

O PL 4.302 que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho para ampliar os regimes de trabalho temporário e terceirizado foi encaminhado à Câmara dos Deputados, em 1998, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, foi aprovado pelo Senado Federal com substitutivo e aprovado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), em maio de 2003.

Em agosto de 2003, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva encaminhou à Câmara dos Deputados uma mensagem pedindo que o projeto fosse retirado de pauta, no entanto, ao longo de quase 15 anos o projeto continuou em tramitação, passando inúmeras vezes pela CTASP, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pela Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), chegando ao plenário da Câmara, por fim, em março de 2017 (já no governo de Michel Temer). Na ocasião foi aprovado pela maioria dos deputados mesmo diante do alto volume de protestos das organizações sindicais, dos movimentos sociais e de diversos pedidos de retirada de pauta e adiamento da votação encaminhados por deputados contrários ao projeto.

Antes da aprovação do PL 4.302, a legislação trabalhista permitia que os empresários contratassem funcionários em regime temporário, por até três meses, em casos de necessidade transitória de substituição, ou seja, férias ou afastamentos por licença de empregados regulares ou então em períodos de acréscimo extraordinário de serviços, como o setor do comércio e da indústria em épocas de feriados. A legislação também proibia a terceirização da atividade-fim (atividade para a qual a empresa foi criada) e permitia a terceirização de prestação de serviços relacionados à atividade-meio (funções que não estão diretamente ligadas ao objetivo principal da empresa). Após a aprovação do projeto, o período de contratação temporária aumentou para 180 dias prorrogáveis por até 90 dias (aproximadamente 9 meses) e o regime de terceirização passou a vigorar sem restrições, para todas as funções, inclusive para serviços prestados à administração pública (Secretaria Nacional de Organização da CUT, 2008, p. 2).

O discurso dos líderes no dia da votação marcou, precisamente, o embate entre o discurso neoliberal e o discurso intervencionista. Para o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) a votação tratava-se de “uma batalha que não retira nenhum direito dos trabalhadores, mas que vai permitir que as empresas brasileiras possam reduzir a sua incapacidade produtiva, possam voltar a competir, possam voltar a ter especialidades” (fonte). Já a deputada fluminense Jandira Feghali, líder do PCdoB, argumentou que o projeto representava um desmonte de todas

as conquistas do mundo do trabalho alcançadas nos últimos 100 anos: “Se um mesmo empresário tiver duas empresas, ele fica jogando o trabalhador de uma empresa para outra, sem férias, sem nenhuma rescisão, sem nenhuma verba indenizatória de rescisão e nem multa de Fundo de Garantia. Ele não tem nada!” (Plenário da Câmara, 2017). O comportamento da bancada mineira na votação é exibido na Tabela 11.

Tabela 11 – Ampliação dos regimes de trabalho terceirizado e temporário

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	1	8,4	11	91,6	0	0
Direita Tradicional	18	75	6	25	0	0
Direita radical	0	0	2	100	0	0
DEM	1	50	0	0	1	50
PP	6	100	0	0%	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados.

Os votos dos blocos “esquerda” e “direita tradicional” mostram a forte divisão entre governo e oposição no governo de Michel Temer, como desdobramento do golpe parlamentar de 2016.

Todos os partidos do bloco da “esquerda” se posicionaram contra a aprovação, com a única exceção do PSB na pessoa do deputado George Hilton. Os únicos dois deputados agrupados no rótulo “direita radical”, Lincoln Portela (PRB) e Dâmina Pereira (PSL) votaram junto do bloco da esquerda.

A “direita tradicional” e o PP foram majoritariamente favoráveis ao projeto e no DEM os dois parlamentares votantes se dividiram entre o voto “sim” e a abstenção, representando 50% de votos “sim” e nenhum voto “não”. O PSC não teve nenhum representante mineiro nesta votação.

No entanto, no cômputo geral da Câmara dos Deputados, os três partidos que foram agrupados no bloco da direita radical (PSL, PRP e PRB) manifestaram 78,3% de votos “sim”, o que indica que, nesta votação, a bancada mineira deste bloco não colaborou para o processo de

radicalização do ideário direitista, tal qual os demais parlamentares do bloco. Contudo, há de se considerar que apenas dois deputados mineiros participaram da votação.

Comparando os resultados, a bancada mineira (com 57,7% de votos “sim”) teve um índice de aprovação ao projeto maior do que o plenário como um todo (54,2%) e maior do que as bancadas do Rio e São Paulo, com 41% e 55% respectivamente.

5.2.9 PL 6787/2016 – “Minirreforma” trabalhista

O PL 6.787 apresentado em dezembro de 2016, pelo Poder Executivo, ficou conhecido como minirreforma trabalhista por alterar diversos pontos da legislação trabalhista vigente desde 1943. Entre as alterações mais polêmicas, destacam-se:

a) A preponderância das negociações entre empresários, sindicatos e trabalhadores sobre a legislação, permitindo que jornada de trabalho e salários possam ser negociados entre as partes a despeito das imposições das Leis de Consolidação do Trabalho.

b) Ampliação do regime temporário de trabalho, sendo permitidos por até 240 dias (aproximadamente 8 meses) sem que o trabalhador receba, ao fim do contrato, as verbas rescisórias por demissão sem justa causa.

c) Ampliação e flexibilização da jornada máxima de trabalho, passando de 44 horas semanais (dentro das quais, duas são cumpridas como horas extra) para 48 horas semanais (dentro das quais, quatro são cumpridas como horas extra) e permitido que a jornada diária chegue a 12 horas.

d) Fracionamento das férias em até três vezes ao longo do ano

e) Regulamentação do trabalho intermitente, permitindo a alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador.

O governo e a bancada governista, principalmente, com apoio do MDB e do PSDB, defenderam a aprovação da reforma sob os argumentos de que as alterações serviriam como um impulso para frear a crise econômica e o desemprego acelerado e para modernizar a legislação trabalhista que, após 74 anos, já não mais condizia com a realidade do cenário econômico e social do país. Já a oposição foi combativa em rejeitar a proposta sob alegações de que a flexibilização da proteção legal dos trabalhadores representaria, tão somente, a precarização das

condições do trabalho, o privilégio da classe empresarial, além de não ser capaz de estabilizar a economia em crise.

Após quatro sessões extraordinárias consecutivas, mais de 14 horas de discussões e votações onde 16 destaques da oposição foram rejeitados, o plenário da Câmara aprovou, na madrugada do dia 27 de abril de 2017, a proposta principal sem permitir grandes alterações no texto. O comportamento da bancada mineira pode ser observado na Tabela 12.

Tabela 12 – Reforma trabalhista do Governo Michel Temer

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	1	10	9	90	0	0
Centro	1	100	0	0	0	0
Direita Tradicional	21	75	7	25	0	0
Direita radical	0	0	2	100	0	0
DEM	2	100	0	0	0	0
PP	4	66,6	2	33,3	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados.

Nesta votação, todos os partidos do bloco da “esquerda” foram unânimes em orientar pela rejeição do projeto. O único deputado que não seguiu a orientação da liderança votando a favor foi Tenente Lúcio (PSB) que votou favorável à aprovação da reforma. A única representante do “centro”, deputada Luzia Ferreira (PPS) votou favorável, respeitando a orientação do partido.

Entre os partidos agrupados na “direita tradicional” o SOLIDARIEDADE orientou pelo voto “não” e o PHS liberou seus parlamentares; todos os demais partidos orientaram pelo voto “sim”. Apenas dois parlamentares, Marcelo Álvaro Antônio (PR) e Ademir Camilo (PTN) se posicionaram contrariamente às suas bancadas, votando “não”. DEM e PP foram majoritariamente favoráveis ao projeto e nenhum deputado do PSC participou da votação. Novamente os deputados agrupados na direita radical – Lincoln Portela (PRB) e Dâmina Pereira (PSL) – votaram em convergência com a esquerda, e rejeitaram a proposta.

No cenário geral, a bancada paulista foi a que mais contribuiu com os votos “sim” (68,6%) superando inclusive o percentual de votos favoráveis de todo o plenário da Câmara de 62,6%. A bancada mineira se aproximou mais do cenário geral, com 59,2% de votos “sim”, superando a bancada carioca que teve um índice menor de aprovação ao projeto, de 51,2%.

Em âmbito nacional, a direita radical, o DEM, o PP e o PSC, foram majoritariamente favoráveis à esta reforma, apresentando, respectivamente, 77,2%, 100%, 83,3% e 66,6% de votos “sim”. Ainda que haja uma coerência entre os resultados observados e as hipóteses iniciais, é interessante observar que os índices de engajamento para com as pautas da radicalização da direita, são muitas vezes, maiores entre os partidos isolados do que entre os partidos do bloco “direita radical”. E este é um quadro que se mostra não só em Minas, mas em toda a Câmara. Neste ponto, cabe voltarmos à questão do funcionamento da Câmara dos Deputados e refletirmos sobre, em que medida, o comportamento dos parlamentares é orientado pela ideologia e em que ponto este comportamento é orientado pelas relações institucionais entre os atores e os partidos. Decerto, em votação em que há um teor ideológico mais claro, os partidos apresentam resultados mais específicos de suas bancadas, no entanto, para que a análise desses projetos seja viável, há de se considerar as relações entre governo e oposição.

5.3.10 PL 10.332/2018 – Privatização de empresas da Eletrobrás

O projeto de Lei n. 10.332 apresentado pelo Poder Executivo em 2018 – sob a presidência de Michel Temer – com o propósito de privatizar seis empresas distribuidoras da Eletrobrás foi aprovado pelo plenário da Câmara, em 4 de julho daquele ano, na forma de subemenda substitutiva global, apresentada pelo relator da Comissão de Minas e Energia. Posteriormente, o plenário votou requerimentos de retirada de pauta e destaques em separado e no dia 10 do mesmo mês o projeto foi aprovado em votação simbólica. Oito dias depois, o plenário do Senado Federal votou pela rejeição e arquivamento do projeto.

O projeto aprovado pelos deputados, no dia 4, envolvia o processo de privatização da Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Boa Vista Energia, Amazonas Distribuidora de Energia (Amazonas Energia), Companhia Energética do Piauí (Cepisa) e da Companhia Energética de Alagoas (Ceal). Segundo a Agência Câmara de Notícias, essas empresas fornecem energia para mais de 13 milhões de pessoas das regiões Norte e Nordeste do país, em uma área correspondente a 29% do território nacional. O posicionamento dos deputados mineiros segue na Tabela 13.

Tabela 13 – Privatização de distribuidoras de energia da Eletrobrás

Bloco/Partido	Sim		Não		Abstenção	
	N	%	N	%	N	%
Esquerda	0	0	7	0	0	0
Direita Tradicional	17	81	4	19	0	0
Direita radical	1	100	0	0	0	0
DEM	2	100	0	0	0	0
PP	4	100	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria. Dados do portal da Câmara dos Deputados.

Nesta votação, observa-se a forte oposição dos partidos de esquerda ao projeto do Governo Temer. Os deputados do bloco “centro” e do PSC não participaram da votação. O bloco “direita tradicional” foi majoritariamente favorável às privatizações, com as exceções dos deputados Eros Biondini (PROS), Weliton Prado (PROS), Dâmina Pereira (PODEMOS) e Lincoln Portela (PR) que votaram contra a orientação de suas bancadas. Já o bloco “direita radical”, o DEM e o PP mostraram 100% de alinhamento favorável à proposta de privatização.

Ainda que o projeto tenha sido arquivado pelo Senado, o plenário da Câmara dos deputados votou, em sua maioria, pelo “sim” (61,7%). Já a bancada mineira apresentou uma aprovação ainda maior, com 68,5% de votos “sim”, demonstrando a colaboração efetiva dos deputados mineiros em apoiar as medidas neoliberalizantes do governo pemedebistas e aproximando-se do percentual de aprovação da bancada paulista (73,6% de votos “sim”). Já a bancada carioca foi, entre as três, a que menos contribuiu para a aprovação do projeto, com 51,7% de votos “sim”

Nesta votação, todos os partidos observados separadamente, apresentaram, na bancada mineira, uma votação muito mais expressiva do que a votação apresentada pelo plenário da Câmara, na qual o DEM obteve 76,6% de votos sim, o PP 83,3% e o PSC 66,6%, ou seja, a bancada mineira desses partidos comportou-se de forma muito mais incisiva, em relação ao projeto de privatização do que os próprios partidos, em âmbito nacional.

5.3 Discussão dos dados

A primeira constatação mais evidente é o posicionamento claro do bloco “esquerda” em oposição à aprovação de projetos de cunho neoliberal e conservador. Em quase todos os projetos, esse bloco se mostrou contra esse tipo de proposta. Salvo duas excepcionalidades, a primeira delas diz respeito ao Projeto de Lei Complementar nº 302, de 2013, em que o PT assumiu uma posição contrária ao estatuto do partido ao defender uma quantidade menor de parcelas de seguro desemprego à classe das trabalhadoras domésticas; a segunda diz respeito aos casos de indisciplina partidária observados entre os parlamentares do PSB. Já os demais partidos do bloco (PT, PDT e PC do B), foram fiéis às bancadas e, em geral, ao governo petista.

Os partidos de “centro” demonstraram maior alinhamento com a orientação de suas bancadas, contribuindo, na maioria das votações, para a aprovação de propostas voltadas para a redução do Estado. Os deputados do centro convergiram mais com a esquerda em relação à temas que afetavam os movimentos sociais e os direitos humanos, mas apresentaram maior resistência diante de projetos vinculados ao tema “família/moralidade”.

Os deputados da direita tradicional foram, em sua maioria, favoráveis às medidas de redução do Estado, mas mostraram-se mais divididos quanto à pautas de comportamento e costumes.

Nos partidos analisados em separado – DEM, PP, PSC – houve uma convergência maior para com as pautas da direita do que o observado entre os deputados da “direita radical”. Em ambas as legislaturas, o PSC contou com apenas um parlamentar na bancada de Minas Gerais por legislatura, portanto, o resultado do partido nas votações reflete o alinhamento de apenas dois parlamentares. Já o DEM e o PP que demonstraram forte alinhamento tanto com o conservadorismo moral, quanto com a redução do Estado, refletiram a orientação e a atuação de suas lideranças em nível nacional. Além disso, os dois partidos tiveram, em ambas as legislaturas, nas votações em questão, mais de três parlamentares cada um.

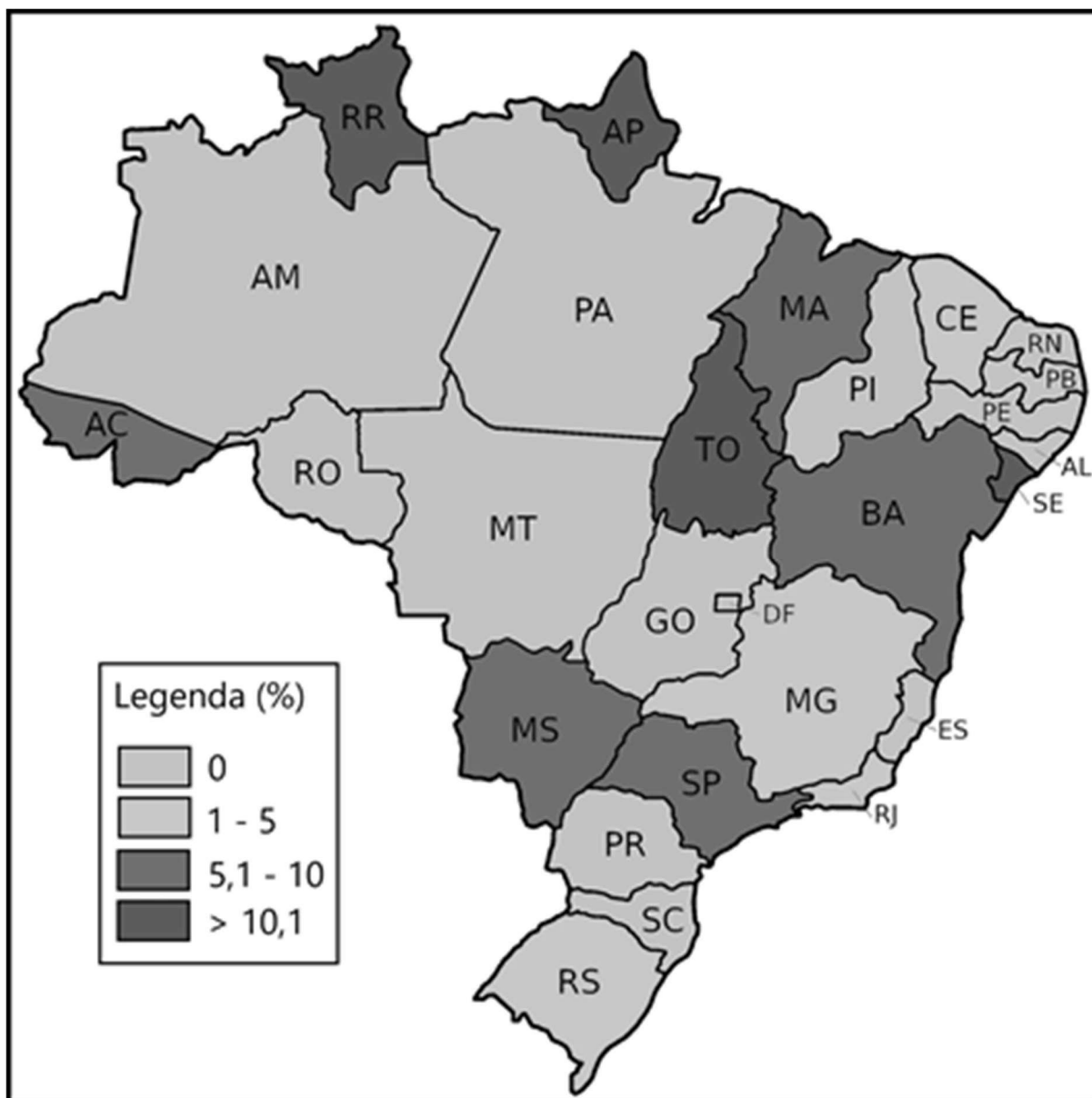
Os deputados dos partidos agrupados na “direita radical”, na maioria das votações, não demonstraram alinhamento com as pautas de seu bloco ideológico, seja nas questões comportamentais, seja nas relacionadas à redução do Estado. Neste sentido, cabe nos perguntarmos sobre a capacidade das classificações ideológicas dos partidos brasileiros captarem as inclinações ideológicas de seus membros. Trata-se aqui de um problema de classificação dos partidos? Ou o comportamento desses deputados reflete a heterogeneidade dos partidos brasileiros e as variações regionais? O número limitado de deputados agrupados

sob esse rótulo limita as nossas conclusões. Apenas 2 deputados classificados como direita radical participaram das votações na legislatura 2011-2014 e 4 na legislatura 2015-2018. Também seria o caso de nos perguntarmos sobre o papel de outras clivagens na orientação do comportamento, como parece ser o caso do voto favorável do deputado George Hilton (PRB), negro, a favor do projeto que introduzia cotas raciais nos concursos públicos.

A análise do comportamento dos deputados dos partidos agrupados na direita radical – PRB/REPUBLICANOS, PSL e PRP/PATRIOTA – tal como os posicionamentos de suas lideranças diante das votações observadas sugerem que esses partidos foram peças importantes na trajetória de radicalização da direita. Na maioria das votações, esses parlamentares foram orientados a votar a favor de projetos neoliberalizantes e entre os projetos que versavam sobre temas comportamentais, esses partidos estão entre os que mais demonstraram apego à vínculos tradicionais e moralistas. Isso ocorreu principalmente quando observados os resultados desses partidos nas votações gerais do plenário da Câmara, isto porque, em Minas Gerais, a quantidade de parlamentares filiados a estes partidos foi muito baixa.

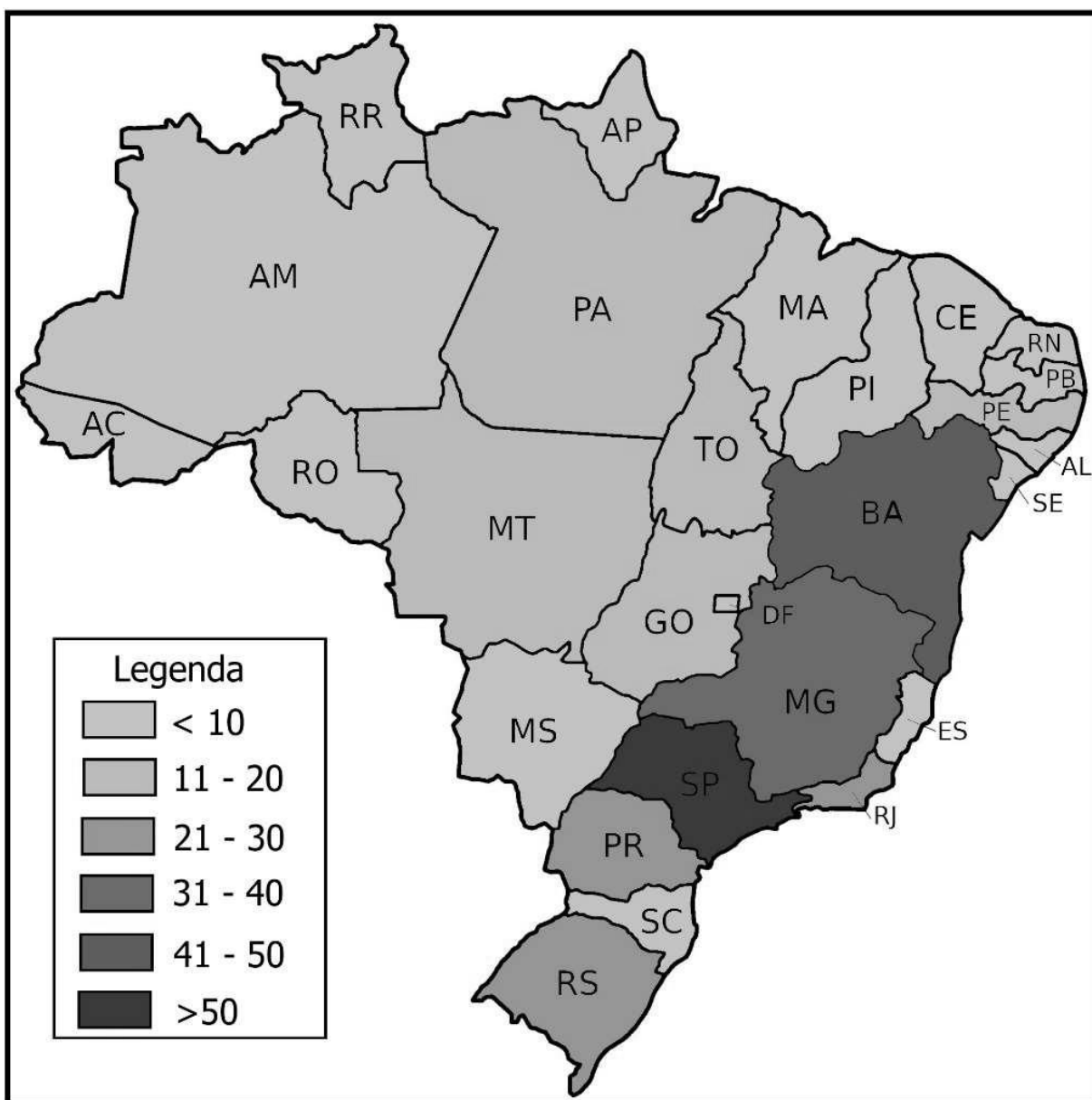
Por outro lado, em Minas Gerais, os partidos isolados – DEM, PP e PSC – na grande maioria das votações, apresentaram mais engajamento para com as pautas da radicalização da direita do que todo o plenário da Câmara. O que nos sugere duas conclusões: a primeira de que a escolha por analisar esses partidos separadamente foi pertinente no sentido de nos permitir observar que essas siglas, embora provoquem controvérsias quanto à sua posição no eixo ideológico, foram de fato, grandes contribuintes para o endurecimento do neoliberalismo e do retrocesso moral no país; e a segunda de que, embora esses partidos não sejam, numericamente, tão presentes no estado mineiro, o comportamento desses parlamentares gerou uma contribuição efetiva para que a bancada mineira contribuísse para este processo de “endireitamento político”. A figura 4 apresenta a média percentual de deputados federais eleitos em 2010 e em 2014 pelos partidos do bloco “direita radical” e a figura 5 apresenta a quantidade numérica de votos favoráveis às pautas da direita radical, em ambas as legislaturas, nas votações observadas:

Figura 4 – Média percentual dos Deputados Federais eleitos em 2010 e em 2014 pelo PRB, PRP e PSL



Fonte: elaboração Própria

Figura 5 – Votos favoráveis às pautas da direita radical



Fonte: elaboração Própria

Conforme a figura 4, o estado de Minas Gerais elegeu, em cada legislatura, 2 parlamentares do bloco “direita radical” (uma média de 3,77% dos deputados eleitos pelo estado), uma quantidade, relativamente, baixa se comprado com os estados da Região Sul, por exemplo, ou com os estados de São Paulo (7,14%), da Bahia (5,12%) ou do Rio de Janeiro (4,34%) que, também possuem grandes bancadas na Câmara dos Deputados; ou mesmo de estados menores como Roraima, Amapá, Tocantins e Sergipe (todos com 12,5% de deputados da direita radical). No entanto, se observarmos a figura 5, Minas foi o terceiro estado com maior quantidade de

votos favoráveis às pautas da direita radical nas votações observadas, perdendo apenas para São Paulo e Bahia que já contavam com uma quantidade maior de deputados com esse perfil ideológico. Esse dado, nos indica que o estado de Minas foi um dos protagonistas no processo de radicalização da direita, mas que isso não ocorreu por vias eleitorais de políticos extremistas, mas sim, através de partidos que já tinham representação no estado.

A análise do comportamento nas votações no cômputo geral da Câmara dos Deputados mostra que a bancada mineira deu uma contribuição importante para a aprovação de medidas de redução do Estado, com uma proporção de votos favoráveis superior à média geral. Mas esta contribuição não partiu de deputados de partidos da direita radical, e sim de partidos da direita tradicional, do DEM, do PP e, em alguns casos, de partidos de centro. Logo, os resultados sinalizam menos para um fortalecimento de novos atores identificados com uma direita radical e mais para uma maior porosidade dos partidos tradicionais de direita às pautas que tem sido associadas à esse processo de radicalização. Ou, em outras palavras, a uma radicalização da direita tradicional.

6. CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo compreender o processo de radicalização do campo ideológico da direita, que ocorreu no Brasil ao longo dos anos de 2010. Processo este que englobou tanto o âmbito institucional da política, quanto elementos da esfera social, aglutinando forças através de grupos, movimentos religiosos e sociais, meios de comunicação, redes sociais e, também, partidos e atores políticos que tinham como denominadores comuns o ideal de gestão pública voltado para a redução do Estado e o apreço pela imposição de padrões comportamentais, firmados sob o conservadorismo moral com base, principalmente, no desprezo às causas das minorias oprimidas.

Diante da multiplicidade de elementos envolvidos ao fenômeno observado, optou-se por analisar uma das esferas nas quais essa radicalização se manifestou: a elite parlamentar na Câmara dos Deputados. Assim, foram investigadas mudanças no perfil e no comportamento de parte da elite parlamentar – neste caso, dos deputados da bancada de Minas Gerais – ao longo do período proposto, com a finalidade de se compreender qual foi o papel destes parlamentares na trajetória do extremismo direitista. Neste sentido a pergunta inicial e mais ampla que orientou a pesquisa – como compreender a radicalização da direita no Brasil a partir da década de 2010? – foi viabilizada através de uma outra pergunta, mais específica: “em que medida a bancada de Minas na Câmara dos Deputados expressou e/ou foi afetada pela tendência de fortalecimento e radicalização da direita?” Porquanto, estimou-se que ao compreendermos as dinâmicas legislativas que ocorreram neste estado, que em vários aspectos se assemelha com o contexto político do país, ofereceríamos uma contribuição para compreendermos o fenômeno da radicalização no âmbito político de modo mais geral.

Para responder a esta pergunta foi realizada uma investigação junto à literatura e a coleta de informações contidas em diversos órgãos oficiais, com foco em três aspectos (1) os estudos sobre elites políticas; (2) os estudos sobre comportamento parlamentar e produção legislativa e (3) as investigações recentes sobre o fortalecimento das direitas.

Em relação ao perfil dos deputados mineiros foi possível corroborar algumas hipóteses amplamente difundidas tanto pela literatura, quanto pelo senso comum de uma predominância de parlamentares do sexo masculino (superior a 90% em ambas as legislaturas), de cor branca (cerca de 87% dos parlamentares a partir da legislatura em que o TSE exigiu a declaração de raça), casados, com idade superior a 40 anos, em sua grande maioria, muito bem escolarizados (cerca de 80%, com cursos de graduação ou pós graduação); de alto poder aquisitivo (quase metade dos parlamentares mineiros se autodeclararam multimilionários), em sua maioria,

eleitos pelas regiões mais ricas do estado, muitos deles, oriundos de carreiras liberais ou empresariais, principalmente do setor agropecuário e com bagagem no exercício do poder legislativo; com grande parte deles tendo exercido mais de três mandatos na Câmara dos Deputados.

Um perfil que, em geral, confirma a expectativa de uma elite parlamentar distante do perfil médio do eleitor brasileiro, seja em relação às minorias sociais, como em questões de gênero e raça; seja em relação à padrões socioeconômicos, visto que a classe à qual a maioria desses deputados se insere, lhes permite o acesso a bens materiais e imateriais que são negados à grande maioria do povo que estes representam.

Neste sentido, o parlamento em Minas apresentou-se como uma bancada que possui um perfil ainda mais excludente do que o país como um todo, senão pelo elevado nível socioeconômico mas, principalmente, pela menor presença de parlamentares do sexo feminino e da cor preta, que são menores no estado que em toda a Câmara dos Deputados.

Em relação ao paralelismo entre ideologia e determinados grupos de interesse não houve, no estado, indícios de aumento no número de parlamentares ligados a bancadas religiosas ou militares de uma legislatura para a outra; no entanto, em 2014, houve um aumento na quantidade de parlamentares eleitos por pequenos partidos de direita.

Comparando as duas legislaturas, não se observou um aumento substantivo de deputados com o perfil mais conservador ou radical, em um sentido ideológico. No entanto, considerando as premissas teóricas em torno do recrutamento político, o desenho geral da bancada mineira, quando observados os partidos que predominaram e o perfil social dos deputados eleitos, sugere que, em grande medida, esses parlamentares já se adequavam à um perfil mais característico do ideário da direita do que da esquerda.

Em relação às iniciativas legislativas a comparação entre os dois períodos observados demonstrou resultados objetivos sobre três aspectos distintos: (1) o aumento no número de projetos com teor ideológico explicitamente vinculados à radicalização da direita; (2) o aumento na quantidade de parlamentares que apresentaram esse tipo de proposta e (3) aumento da quantidade de deputados na origem das proposições.

O volume de propostas com esse cunho ideológico aumentou em 300% durante o período. Com a exceção dos projetos classificados como “Direitos Humanos” todos os demais se multiplicaram entre os parlamentares mineiros. E embora a categoria “Redução do Estado” tenha aumentado em 500%, algo que convergiu com a política neoliberal do governo de Michel Temer (coincidindo com o período da apresentação dos projetos), principalmente, considerando o teor dos PLs que em sua totalidade se concentraram na defesa da flexibilização dos direitos

trabalhistas, observou-se um salto ainda maior nas propostas ligadas à temas comportamentais, com destaque para as categorias “Família/moralidade” e “Escola sem Partido” onde os proponentes manifestaram, deliberadamente, suas preferências conservadoras, especialmente, em torno de temas como o aborto e as questões de gênero. Além do aumento no volume de projetos, destaca-se o aumento na quantidade de proponentes que se dedicaram em elaborar propostas classificadas nessas categorias. Número que duplicou de uma legislatura para a outra.

Outro ponto que merece destaque é o perfil desses proponentes, que foi totalmente formado por parlamentares do sexo masculino e, em sua grande maioria (cerca de 90%), por políticos filiados à partidos de direita e da direita radical. Além disso, um terço dos projetos foi apresentado por parlamentares ligados à movimentos religiosos com membros da bancada evangélica e da Renovação Carismática da Igreja Católica.

Em relação ao comportamento dos parlamentares mineiros nas votações de matérias relacionadas à pauta da direita radical, observamos que a classificação ideológica dos parlamentares votantes convergiu com os comportamentos esperados na grande maioria das vezes. Com a exceção da PEC das domésticas em que o PT assumiu uma posição contrária ao estatuto do partido ao defender uma quantidade menor de parcelas de seguro desemprego à classe das trabalhadoras domésticas, todos os demais projetos classificados como “Redução do Estado” foram majoritariamente rejeitados pelos parlamentares de esquerda, salvo os casos de indisciplina partidária do PSB que, em diversas votações, se aproximou mais do bloco “centro” do que do campo da esquerda.

Os deputados de “centro” apresentaram uma atuação mais segmentada, diante das propostas relacionadas à redução do Estado; na maioria das votações, eles foram favoráveis às matérias neoliberalizantes. Já em relação às propostas de caráter comportamental, esses deputados se aproximaram mais do campo da esquerda, votando majoritariamente, contra projetos de cunho conservador. Os deputados da direita tradicional foram ainda mais enfáticos na aprovação de medidas favoráveis à redução do Estado, mas mostraram-se mais divididos quanto a pautas de comportamento e costumes.

DEM, PP e PSC foram os partidos que mais se alinharam às pautas características da radicalização do campo da direita, tanto em relação à redução do Estado, quanto em relação às propostas conservadoras. Os parlamentares mineiros desses partidos estão entre os que mais refletiram a orientação e a atuação de suas lideranças em nível nacional.

Já os achados obtidos através dos resultados das votações dos parlamentares filiados aos partidos classificados como “direita radical” foram os que menos corresponderam à hipótese inicial do trabalho. Na maioria das votações, eles não demonstraram alinhamento com as pautas

de seu bloco ideológico, seja nas questões comportamentais, seja nas relacionadas à redução do Estado. Neste sentido, é seguro afirmar que os parlamentares mineiros da direita radical não contribuíram para a aprovação de pautas radicais da direita no período observado. Por outro lado, as cúpulas nacionais desses partidos foram enfáticas em defender tanto a redução do estado quanto o conservadorismo moral.

Observando o quadro geral das votações em Minas e no Brasil é notável que, na maioria das vezes, os parlamentares mineiros, proporcionalmente, contribuíram mais para a aprovação de propostas características do extremismo de direita do que o plenário da Câmara como um todo e do que os parlamentares dos outros dois maiores estados do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro. Essa contribuição da bancada mineira deveu-se, em grande medida, à atuação dos partidos que foram analisados em separado – DEM e PP – que, na maioria das votações, demonstraram mais alinhamento para com o extremismo de direita do que partidos como o PSL, por exemplo, um partido que atualmente é reconhecido como um dos mais conservadores do país.

Neste sentido, o mapa das eleições de 2010 e de 2014 no Estado confirma a hipótese de que, embora o percentual de deputados eleitos pelos partidos mais radicais à direita esteja entre os mais baixos do país, Minas contribuiu, em plenário, para essa radicalização mais do que estados que elegeram percentuais maiores de políticos da direita radical. Algo que nos leva a uma das questões abordadas neste trabalho, o perfil dos legisladores não sofreu grandes alterações de uma legislatura para a outra, no entanto, ao longo deste período, eles se tornaram mais porosos às pautas da direita radical, algo que foi observado no centro e na direita tradicional.

A análise das três dimensões nos permitem concluir que, de fato, ao longo do período observado, alguns parlamentares da bancada mineira foram estreitando seu alinhamento para com as pautas da direita radical, aderindo a correntes de ideais conservadores e demonstrando essas preferências através da proposição de leis e do posicionamento nas votações.

Esse estreitamento foi perceptível a partir da comparação entre as duas legislaturas que mostrou tanto um aumento substantivo na quantidade de Projetos de Lei, elaborados por esses parlamentares que dialogaram com o extremismo quanto pelo comportamento desses parlamentares que, ao longo da segunda legislatura, contribuíram para a aprovação de diversos projetos que diminuíram o controle do Estado sobre a legislação trabalhista e sobre empresas estatais.

Em relação à pergunta que orientou a pesquisa, é possível concluir, além do que já foi mencionado, que o comportamento dos parlamentares de Minas Gerais e dos demais estados

representou a institucionalização da disseminação dos ideais direitistas para além do campo das ideias, levando-os à prática através de suas prerrogativas legislativas. Embora a grande maioria dos projetos apresentados pelos deputados mineiros não tenha sido convertida em lei, eles contribuíram para materializar propostas da direita radical com mudanças no status quo, principalmente no que tange à derrocada da legislação trabalhista.

Neste sentido, nossos achados corroboram as inferências de Barros (2019) e de Vásquez (2007) acerca dos impactos do radicalismo da direita. Segundo os autores, esse boom de ideias extremistas, ao ganhar representação na política institucional seria a chave para a perseguição às minorias, visto que a negação dos direitos humanos, da diversidade e da solidariedade são características próprias da extrema-direita. Isso também pode ser observado na redução dos espaços e órgãos de implementação de políticas públicas de igualdade racial e da defesa dos direitos humanos implementado pelo governo de Jair Bolsonaro e que foi observado através da análise da produção legislativa e do comportamento em votações nominais entre os parlamentares mineiros.

No que concerne à relação entre correntes conservadoras e a defesa do neoliberalismo, nossos resultados também demonstraram que o período da radicalização correspondeu ao período em que os parlamentares mineiros, em sua maioria, votaram pela aprovação de projetos em prol da redução do Estado, algo que converge com os argumentos de Saes (2011), Souza (2016) e Quadros (2014). Estes autores sugerem que o conservadorismo está historicamente vinculado à preservação das relações sociais capitalistas, ganhando força, principalmente, entre os partidos de direita e utilizando-se de modelos morais e religiosos para se sustentarem enquanto vertente política, algo que também foi evidenciado pela atuação significativa de parlamentares vinculados a correntes religiosas na elaboração de projetos de cunho conservador.

A teoria de Brown (2019) a respeito do caráter antidemocrático característico do neoliberalismo e do caráter moralista dos políticos que o defendem nos permitem pensar sobre o ideário radical crescente no Brasil ao longo dos anos de 2010 e, principalmente, após a vitória de Jair Bolsonaro, como catalizadores de um modelo político que tende a excluir as minorias, estrategicamente, como forma de fortalecer as classes dominantes, reduzir as funções do Estado e de estabelecer no poder público uma elite política que também corresponde a uma elite econômica. Neste ínterim, faz sentido que, nesse processo de radicalização, as políticas sociais e leis de amparo aos trabalhadores fossem os primeiros alvos desses políticos e, também, que a consolidação dessa direita no poder trouxesse consigo a oposição ao Estado Democrático de Direito e às instituições que os representam, como foi visto ao longo de 2019 e de 2020 quando

os partidos e políticos mais radicais passaram a ter como alvo o Poder Judiciário, defendendo medidas extremas como fechamento do Congresso, do STF e a intervenção militar. Aspectos que também figuraram entre os Projetos de Lei analisados, por meio dos quais alguns deputados defenderam a valorização das carreiras militares e a redução dos direitos trabalhistas e de liberdades individuais com a forte defesa da separação entre o Estado e a formação de valores fundamentais para a ordem republicana como o direito à educação para cidadania.

A compreensão das preferências, estratégias e comportamento da direita radical no Brasil e sua expressão institucional é um empreendimento complexo que demanda um maior volume de estudos com um recorte temporal e espacial mais amplo e atenção para os diferentes aspectos e expressões desse processo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Parecer sobre proposta da Escola sem Partido pode ser votado hoje**. 11/07/2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/541762-parecer-sobre-proposta-da-escola-sem-partido-pode-ser-votado-hoje/>. Acessado em: 09/12/2020.

ALMEIDA, Acir de. **Processo legislativo: Mudanças recentes e desafios**. Boletim de análise político-institucional | n. 7 | jan.-jun. 2015

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2003.

AMORIM NETO, Octavio & SANTOS, Fabiano. (2002), "**A produção legislativa do Congresso: entre a Paróquia e a nação**", in Luiz Werneck Vianna (org.), A democracia e os três poderes no Brasil, Belo Horizonte, Editora da UFMG.

ARENDETT, Hannah. (1949). **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AZEVEDO, Reinaldo. **Comissão da Verdade é Comissão da Calúnia, diz general do Alto Comando**. Revista Veja, 10/02/2010. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/comissao-da-verdade-e-comissao-da-calunia-diz-general-do-alto-comando/>. Acessado em: 19/02/2021.

BARBOSA, J. R. **Movimento Brasil Livre (MBL) e Estudantes pela liberdade (EPL) ativismo político, Think tanks e protestos da direita no Brasil contemporâneo**. 41º Encontro Anual da Ampocs, 2017

BARROS, Ronaldo, C. S. **Bolsonaro: O racismo fora do armário**. Presente na obra “Brasil: incertezas e submissão?” Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2019.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo. Editora Unesp, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A essência do neoliberalismo**. Le Monde Diplomatique. Março de 1998. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609#nh1>. Acessado em 30/11/2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo, a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Editora Politeia. 2019;

BRUGNARO, Fabrício e CHAIA, Vera. **A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook**. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan.2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas**. 08/10/2018.

CICHELLI, Vincenzo. **The Contemporary Engagement of young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping**. Italian Journal of Sociology of Education, 2, 2009.

CINTRA, Antônio Octávio e LACOMBE, Marcelo Barroso (2007). “**A Câmara dos Deputados na Nova República: a visão da Ciência Política**”. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra. Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp / Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

CHALOUB, Jorge. LIMA, Pedro e PERLATTO, Fernando. **Direitas no Brasil contemporâneo**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2. Dezembro. 2018.

CODATO, A. BOLOGNESI, B. ROEDER, K, M. **A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador**. Direita Volver, 2015.

CONSTANTINO, Rodrigo. **O papel dos liberais na imprensa e o lançamento da Rede Liberdade**. Portal Instituto Liberal, 28/11/2016. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-papel-dos-liberais-na-imprensa-e-o-lancamento-da-rede-liberdade/>. Acessado em 11/10/2020.

CRUZ, S, V. **Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual**. Direita Volver. 2015.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. Editora da universidade de São Paulo, (1957) 2013.

DULCI, Otávio Soares. **As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia**. Ciências Sociais Hoje. Cortez Editora, Ampocs, 1984.

FIGUEIREDO, Angelina e LIMONGI, Fernando. **Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, 1995, pp. 175-200.

_____. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro, 1999, Editora FGV.

FELISBINO, Riberti de Almeida. **Atores e práticas: A produção de leis da elite parlamentar da câmara dos deputados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Pensamento Plural, Pelotas [05]: 103 - 128, julho/dezembro 2009

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2020**. ISSN 1983-7364. ano 14 2020

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA e PULSE by DECODE. **Política e fé entre os policiais militares, civis e federais do Brasil**. Estudo Especial. Primeiros resultados, agosto de 2020.

FREITAS, Andréa. **Infidelidade partidária e representação política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil**. Caderno CRH, 2008

FREY, João. **Exclusivo: os 12 partidos que formam a base fiel do governo na Câmara**. Radar do Congresso, Congresso em Foco, 30/09/2020, disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/exclusivo-os-12-partidos-que-formam-a-base-fiel-do-governo-na-camara/>. Acessado em: 10/01/2021.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita o futuro da política radical**. 1996, Unesp, São Paulo.

KAYSEL, André. **Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras**. Direita Volver, 2015.

LEMOS, Leany Barreiro de S. (2001), "O Congresso Brasileiro e a Distribuição de Benefícios Sociais no Período 1988-1994: Uma Análise Distributivista". Dados, vol. 44, nº 3, pp. 561-605.

LEONI, Eduardo. **Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998)**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº3, 2002.

LIMA, V, A. **A direita e os meios de comunicação**. Direita Volver, 2015.

MACHADO, Carlos, MARQUES, Danusa e MIGUEL, Luis Felipe. **Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados**. Dados, 2015.

LOPES, Maria, E, G. **A dependência do Estado do Rio de Janeiro mediante às arrecadações do setor petrolífero**. Monografia de Bacharelado, Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Economia, 2016

NETO, Octávio Amorim e SANTOS, Fabiano. **O Segredo Ineficiente Revisto: O que Propõem e o que Aprovam os Deputados Brasileiros**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, 2003, pp. 661 a 698.

MACHADO, Diego de Oliveira. **Relação entre disciplina e infidelidade partidária na Câmara dos Deputados**. Biblioteca Digital Câmara, 2012.

MADEIRA, Rafael Machado e TAROUÇO, Gabriela da Silva. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil**. Rev. Sociol. Polít. 2013.

_____. **Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos. Análise de um expert survey**. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 1, e24-e39, jan.-mar. 2015

MADEIRA, Rafael Machado e QUEIROZ, Marcos Paulo dos Reis. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil**. Opinião pública, 2018.

MARENCO, André e SENRA, Miguel. **Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 22, 2007

MAYHEW, David. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MELO, Hildete Pereira de. **A política de cotas para as mulheres no Brasil: importância e desafios para avançar!** [online] 13 de setembro de 2018. Gênero Número. Disponível em <http://www.generonumero.media/a-politica-de-cotas-para-as-mulheres-no-brasil-importancia-e-desafios-para-avancar/>

MESSENBERG, Débora. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Revista Sociedade e Estado, 2017.

MORAES, R, C. **A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução**. Direita Volver, 2015

PENHA, Lilian Milena Souza. **Minas Gerais é o retrato do quadro eleitoral do Brasil**. Jornal GGN, 28/08/2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/eleicoes/minas-gerais-e-o-retrato-do-quadro-eleitoral-do-brasil/>

QUADROS, M, P dos Reis. **Neoconservadorismo e direita religiosa nos estados unidos: formação ideológica, “guerra cultural” e política externa**. Espaço Plural, nº 31, 2014, p. 43 – 61.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **As razões da eleição de um Congresso conservador**. [online]. 07 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/24542-as-razoes-da-eleicao-de-um-congresso-conservador>

RABAT, Márcio Nuno. **As eleições de 1945 e o atual Sistema Partidário Brasileiro**. Cadernos Aslegis, v.2, n.4, p. 95-104, jan/abr 1998

REIS, Thiago. **Quase metade da nova Câmara dos Deputados será formada por milionários**. G1, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/quase-metade-da-nova-camara-dos-deputados-sera-formada-por-milionarios.html>

RESENDE, Roberta Carnelos e EPITÁCIO, Sara. **Mulheres à esquerda e à direita: carreiras políticas e partidos políticos**. Mediações, Londrina, 2017

RICCI, Paolo. **O Conteúdo da Produção Legislativa Brasileira: Leis Nacionais ou Políticas Paroquiais**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, 2003, pp. 699 a 734.

RIDENTI, Marcelo. **Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil**. PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.45-62

ROCHA, Camila. **Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina**. Direita Volver, 2015.

_____. **“Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró Impeachment de Dilma Rousseff**. DADOS, Rio de Janeiro, vol.62(3):e20190076, 2019

_____. **O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? O ódio como política, a reinvenção das direitas no Brasil**. 2018

ROCHA, Camilo. **Qual o tamanho do bolsonarismo dentro das polícias militares**. Nexo Jornal. 11/06/2020. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/11/Qual-o-tamanho-do-bolsonarismo-dentro-das-pol%C3%ADcias-militares>. Acessado em: 03/12/2020.

ROMA, Celso. **Os Efeitos da Migração Interpartidária na Conduta Parlamentar**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. RBCS, 2002.

ROSÁRIO, Miguel do. **Migração Partidária mostra que oposição resistiu ao tsunami bolsonarista**. O cafezinho. 09/06/2020. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2020/07/09/migracao-partidaria-mostra-que-oposicao-resistiu-ao-tsunami-bolsonarista/>. Acessado em: 04/12/2020.

SAES, Décio. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**.

São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, André Marengo. **Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária**. In:

SOARES, Glácio, A, D e RENNÓ, Lúcio, R. Reforma Política: lições da história recente. Editora FVG, 2006.

SANTOS, Fabiano (2002). **Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão**. Dados, vol.45, n.2, pp.237-264.

_____. (1997), **"Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira"**. Dados, vol. 40, nº 3, pp. 465-492.

SCHMITT, Rogério. **Migração Partidária e reeleição na Câmara dos deputados**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2, n. 54, p. 127-146, jul. 1999.

SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DA CUT. **Nota sobre o substitutivo do senado federal ao projeto de lei nº 4.302-b, de 1998**. Assessoria da Secretaria Nacional de Organização da CUT; e Escritório Crivelli Advogados Associados. 21 de outubro de 2008.

SOUZA, Murilo e TRIBOLI, Pierre. **Votação da reforma trabalhista é concluída após mais de 14 horas de embate em Plenário**. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 27/04/2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/512656-votacao-da-reforma-trabalhista-e-concluida-apos-mais-de-14-horas-de-embate-em-plenario/>.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação dos resultados das Eleições 2018**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e-resultados/resultados-eleicoes-2018>. Acessado em 01/11/2020

VALLE. Vinicius, S, M. **Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13 n. 2. Dezembro. 2018

VÁSQUEZ. Adolfo Sánchez. **Esquerda e direita na política: e na moral?** Estudos de Sociologia. Revista Semestral do Departamento de sociologia e do Programa de Pós-graduação em sociologia. FCL Unesp. 2007

7. ANEXO A

Anexo A – Lista de partidos (fevereiro de 2021)

Partido/ Sigla	Ano	Partido/Sigla	Ano
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	1981	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)	1997
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	1981	Democracia Cristã (DC)	1997
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1981	Partido Da Causa Operária (PCO)	1997
Partido Dos Trabalhadores (PT)	1982	Podemos (PODE)	1997
Democratas (DEM)	1986	Partido Social Liberal (PSL)	1998
Partido Comunista Do Brasil (PC do B)	1988	Republicanos (REPUBLICANOS)	2005
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1988	Partido Socialismo E Liberdade (PSOL)	2005
Partido Da Social Democracia Brasileira (PSDB)	1989	Partido Liberal (PL)	2006
Partido Trabalhista Cristão (PTC)	1990	Partido Social Democrático (PSD)	2011
Partido Social Cristão (PSC)	1990	Patriota (PATRIOTA)	2012
Partido Da Mobilização Nacional (PMN)	1990	Partido Republicano Da Ordem Social (PROS)	2013
Cidadania (CIDADANIA)	1992	Solidariedade (SOLIDARIEDADE)	2013
Partido Verde (PV)	1993	Partido Novo (NOVO)	2015
Avante (AVANTE)	1994	Rede Sustentabilidade (REDE)	2015
Progressistas (PP)	1995	Partido Da Mulher Brasileira (PMB)	2015
Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	1995	Unidade Popular (UP)	2019
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	1996		

***Notas sobre alterações nos nomes e incorporações de partidos:**

Em 2017 o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) alterou o nome para Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN) mudou para Podemos (PODE). Em 2019 o Partido Popular Socialista (PPS) mudou para Cidadania (CIDADANIA), o Partido da República (PR) mudou para Partido Liberal (PL) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB) mudou o nome para Republicanos.

Em 2019 o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) foi incorporado ao PODE, o Partido Pátria Livre (PPL) foi incorporado ao PCdoB e o Partido Republicano Progressista (PRP) foi incorporado ao PATRIOTA

Fonte: Elaboração própria. Dados do TSE,